Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

Perspetivas sobre o Património e Educação Patrimonial no início do Período Democrático (1974-1985)

Maria Torres Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, especialização em Património e Projetos Culturais

Orientadora:
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Doutora Sofia Almeida Costa Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro de 2017

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

Perspetivas sobre o Património e Educação Patrimonial no início do Período Democrático (1974-1985)

Maria Torres Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, especialização em Património e Projetos Culturais

Orientadora:
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Doutora Sofia Almeida Costa Macedo Magrinho, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Antes de começar, gostaria de deixar um enorme agradecimento a todos os que me ajudaram, direta ou indiretamente, a escrever a dissertação.

Em termos académicos, agradeço a ajuda da orientadora, Professora Doutora Maria João Vaz e coorientadora, Professora Doutora Sofia Macedo, pela prontidão na resposta às dúvidas e pela motivação que me forneceram semanalmente.

A Rui Rasquilho devo um grande abraço pela partilha do seu arquivo privado. Só assim se efetivou a temática da dissertação, uma vez que a consulta deste arquivo permitiu explorar documentos inéditos no campo científico do Património Cultural e da Educação Patrimonial.

Família, namorado e amigos, sabem o valor que têm e como foram cruciais em todo o processo. As várias horas de conversa, de debate e sugestões, foram fundamentais para terminar esta etapa. Obrigada pelo apoio e paciência.

Por tudo o que aprendi, por todo o crescimento inerente ao processo de recolha de informação e de construção da dissertação, um muito obrigada! Hoje sou, certamente, uma mulher mais completa.

RESUMO

A dissertação centra-se nas práticas de Educação Patrimonial em Portugal no período compreendido entre 1974 e 1985. Tendo em conta que este período foi de intensas mudanças estruturais e políticas, importa perceber quais foram as dinâmicas de Educação Patrimonial aplicadas no contexto.

A Educação Patrimonial integra-se no conjunto de práticas de Interpretação Patrimonial, e como tal, procura conhecer, explorar e divulgar o Património local e valorizar as suas potencialidades. Procura também criar uma ligação com o público, de modo a estimular o espírito crítico e a vontade de aprender. Posto isto, importa perceber em que padrões é que foi aplicada na época, tendo em conta que atualmente estes mesmos moldes ainda não se encontram plenamente definidos no quadro legislativo nacional.

A investigação parte de uma abordagem teórica aos conceitos e metodologias e explora as suas imbricações práticas, destacando os projetos desenvolvidos em Portugal.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Património Cultural, Políticas Públicas da Cultura em Portugal, Período Democrático.

ABSTRACT

The dissertation focuses on practices of Heritage Education in Portugal, in the period between 1974 and 1985. Considering that this period was one of intense structural and political changes, it's important understand what was the dynamics of Heritage Education applied in the context.

The Heritage Education is integrated in the set of Heritage Interpretation practices, and as such, it seeks to know, explore and divulge the local Heritage and value its potentialities. Its also search to create a connection with public, in order to stimulate critical spirit and will to learn. Having said this, its important understand the patterns that were applied at the time, although, these same patterns are not yet fully defined in the national legislative framework.

The research starts from a theoretical approach to concepts and methodologies and explores their practical implications, highlighting the projects developed in Portugal.

Key words: Heritage Education, Cultural Heritage, Public Policies of Culture in Portugal, Democratic Period.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO 1 - Enquadramento Metodológico e Conceptual 3
1.1. Enquadramento Metodológico 3
1.1.1. Objeto de estudo 3
1.1.2. Problemática e Objetivos do estudo 3
1.1.3. Estrutura da dissertação 4
1.1.4. Estratégia de Investigação e Metodologia 5
Fontes e Bibliografia 7
1.2. Reflexão sobre os principais conceitos teóricos 8
1.2.1. Património Cultural 8
1.2.2. Interpretação Patrimonial 11
1.2.3. Educação Patrimonial 12
CAPÍTULO 2 - Contextualização e Evolução histórica do Património Cultural 23
2.1. Património Cultural em Portugal. Antecedentes e Contextos 23
2.2. Políticas de Defesa do Património Cultural 26
2.2.1. A constituição Portuguesa de 1976 28
2.2.2. Os Programas dos Governos Constitucionais 29
2.2.3. A Revisão Constitucional de 1982 31
2.2.4. Lei 13/85 Lei do Património 32
2.2.5. Questões educativas 36
CAPÍTULO 3 – Educação Patrimonial em Portugal: Casos de Estudo 43
3.1. Cronologia dos principais eventos de dinamização da Educação Patrimonial 43
3.2. 1.º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural 45
3.3. Seminários Regionais 50
3.4. Programa "Acções de Defesa do Património" / Projeto Abertura da Escola à Comunidade" 61
3.5. Concurso "Um Tesouro para Descobrir- Uma Herança para Defender" 67
CONCLUSÃO 71
FONTES 73
BIBLIOGRAFIA 77
ANEXOS I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.2. Organização do setor Cultural ……..……..….37
Quadro 2. 2. Organização do setor Educativo……...…40
Quadro 3.3. Síntese das Atividades realizadas…….57

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

DG – Diário do Governo

DGEMN – Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DR – Diário da República

EP – Educação Patrimonial

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites

IPHAN – Instituto do Património Histórico-Artístico Nacional

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

JNE – Junta Nacional de Educação

ME – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MC – Ministério da Cultura

OEPE – Observatorio de Educación Patrimonial

PREC – Período Revolucionário em Curso

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado de Empreendedorismo e Estudos da Cultura, no ramo de especialização Património e Projetos Culturais, no ISCTE-IUL.

Através deste estudo procurei perceber as dinâmicas de Educação Patrimonial em Portugal, no início do período democrático, mais concretamente entre 1974 e 1985. Destaquei as questões relativas à salvaguarda e divulgação do Património Cultural, com recurso às ferramentas do que hoje se acordou chamar de Educação Patrimonial, tendo em conta a evolução do conceito ao longo da História.

O conceito de Educação Patrimonial deriva da expressão anglo-saxónica *Cultural Heritage,* que teve uma ampla difusão pela Europa desde o século XX. Este conceito resulta em ações de Interpretação Patrimonial que visam o contacto com o público de forma pedagógica, assumindo como grande objetivo a difusão do conhecimento sobre o Património Cultural, procurando criar processos de diálogo e debate sobre as temáticas exploradas, promovendo um espirito crítico.

O presente trabalho de investigação insere-se nas áreas temáticas do Património Histórico-Cultural, Educação Patrimonial, Cultura e Políticas Públicas Portuguesas da época contemporânea.

A centralidade do período estudado apresenta a justificação para a pertinência da investigação.

A escolha do intervalo cronológico teve em conta as profundas mudanças estruturais que tiveram consequências para a Cultura e para o Património Cultural português. A década selecionada (1974-1985) torna-se relevante devido às mudanças significativas que ocorreram no país após a revolução de 25 de Abril de 1974 e que reformularam as políticas para com a Cultura e o Património.

Selecionei como término o ano de 1985, ano em que foi publicada a primeira lei do Património Cultural Português (Lei 13/85), que pode ser encarada como o encerramento de um ciclo de políticas culturais e início de outro, bem mais regulamentado e orientado para a democratização da Cultura e usufruto do Património português.

Trata-se de um período conturbado, com bastante instabilidade política, que se refletia na vida pública, em que a sociedade estava sedenta de mudanças e teve de aprender a organizar-se sob a égide democrática, com todos os benefícios que lhe estão associados[1]. A alteração dos

[1] Barreto, coord., 2007: 21-26.

parâmetros políticos permitiu a discussão em torno de novas linhas condutoras sobre o Património, tornando-se importante identificar os seus regulamentos, perceber a sua área de influencia e atuação, e por fim analisar a sua aplicação prática, principalmente no que respeita a área da Educação Patrimonial, tendo em conta que o Património"(...)é igualmente um poderoso fator de desenvolvimento social"[2] O que promove relações de conhecimento e de interação entre o Património Cultural e as comunidades, tornando-se imprescindíveis para o desenvolvimento local e para a valorização dos espaços que são de todos, devendo ser reconhecidos e preservados pelo conjunto da sociedade. Estas noções de identificação com os espaços e com a História deviam fazer parte da nossa essência, de modo a que no futuro se possa manter viva esta relação. Os agentes educativos, formais e não formais, são instrumentos essenciais para a aplicação das estratégias que promovam o fortalecimento das comunidades e das sociedades com o seu passado e memória coletiva.

Posto isto, torna-se importante conhecer melhor estas dinâmicas e perceber qual era o conceito de Educação Patrimonial na época em análise, definindo os seus contextos e circunstâncias e identificando os principais agentes que sobre ele operavam.

[2] Tinoco, Filipe e Hipólito, 2014: 24.

CAPÍTULO 1 - Enquadramento Metodológico e Conceptual

1.1. Enquadramento Metodológico

1.1.1. Objeto de estudo

O principal elemento de estudo desta investigação são as práticas de Educação Patrimonial em Portugal no período cronológico selecionado, tendo em conta as suas particularidades, tentando perceber as suas metodologias e a sua real eficácia. Importa então entender os mecanismos, bem como a sua magnitude, através dos quais o Património chegava ao conhecimento das populações e das comunidades portuguesas e em que contextos é que se realizavam estratégias de Interpretação Patrimonial e o seu contributo efetivo para a formação de consciências num período de rutura de ideais políticos que envolviam grande parte da população portuguesa.

Os casos de estudo que se encontram explorados nesta investigação permitem tomar conhecimento de algumas iniciativas empreendidas em Portugal, tendo por base os princípios de Educação Patrimonial.

1.1.2. Problemática e Objetivos do estudo

Esta dissertação de Mestrado visa desenvolver uma reflexão e análise sobre os domínios da Educação Patrimonial em Portugal, partindo da seguinte questão de investigação: de que formas, com que propósitos e com que resultados foi o Património Cultural utilizado e incorporado nas preocupações específicas de formação dos cidadãos portugueses e na definição de um sistema público de defesa do património em Portugal, entre 1974 e 1985?

Pretendo interligar alguns conceitos e realidades que destaquem o Património Cultural, de modo a relacionar os dados e obter conclusões a partir desta análise. Em termos mais concretos, procuro contribuir para o esclarecimento das práticas de Educação Patrimonial realizadas em Portugal, através da sua contextualização histórica e interpretação dos seus métodos. Na tentativa de colaborar na definição do conceito de Educação Patrimonial. De modo a destacar a evolução organizativa e legislativa ocorrida em Portugal no campo do Património Cultural e da Educação, procurando revelar as preocupações dos primeiros Governos Provisórios e Constitucionais do período da democracia sobre esta temática, tendo como pano de fundo concetual significativo a adoção, em 1972, pela UNESCO, de uma convenção internacional para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Estes dados devem ser interligados com a produção legislativa geral, iniciando-se com as legislações produzidas no ano de 1976,

que se baseiam especificamente na análise da atuação da Secretaria de Estado da Cultura e do Ministério da Educação, contribuindo para a definição do papel destas matérias nas políticas públicas portuguesas. Neste segmento e após uma primeira análise da bibliografia disponível e de primeiras leituras, destaquei algumas ações que considerei fundamentais tais como o Concurso "Um tesouro para Descobrir, Uma Herança para Defender", que decorreu entre 1979 e 1980 e o Programa "Acções de Defesa do Património", que decorreu entre 1978-79, ambos dinamizados pela Secretaria de Estado da Cultura. A relação destes dados permitiu-me perceber as estratégias de Educação Patrimonial no período em que a revolução política criou alterações em todos os domínios quotidianos dos portugueses, alterando as prioridades governativas e qual a relevância destas ações para a promulgação da primeira ação legislativa nacional tendente à defesa e salvaguarda do Património Cultural, a Lei do Património, a Lei 13/85, que formalizou algumas das questões abordadas anteriormente.

Com o presente trabalho também pretendo contribuir para o avanço do conhecimento sobre a história da salvaguarda do Património Cultural em Portugal e a utilização da Educação Patrimonial enquanto estratégia para o cumprimento de tal desígnio.

1.1.3. Estrutura da dissertação

O Capítulo 1 é referente ao enquadramento conceptual e metodológico, onde procuro realizar uma análise conceptual sobre as principais noções abordadas. De notar que os modelos de Educação Patrimonial praticados em Portugal não estão definidos institucionalmente (estando este conceito ausente da legislação portuguesa sobre a matéria, assim como dos regulamentos e estruturas orgânicas das várias entidades tutelares quer da Cultura, quer da Educação), pelo que a sua compreensão assenta numa análise da bibliografia disponível sobre a temática tanto em Portugal, como no panorama internacional para entender melhor as problemáticas em questão. Desta forma, a revisão da literatura procurou a sistematização quer do conceito de Educação patrimonial, quer as suas práticas, estratégias e modelos de aplicação. Seguidamente apresenta-se a metodologia aplicada ao longo do estudo, de modo a explanar as escolhas realizadas e a organização da investigação.

O Capitulo 2 diz respeito à evolução administrativa e legislativa ocorrida em Portugal no campo do Património Cultural e da Educação, onde procurei revelar as preocupações dos primeiros Governos Provisórios e Constitucionais sobre as questões relacionadas com a Educação Patrimonial.

O Capitulo 3 faz a análise dos casos de estudo mais concretos, que espelham os contextos de Educação Patrimonial em Portugal, dentro do período cronológico estudado. O universo de estudo foi assim determinado pela aplicação das referidas balizas cronológicas e pelo estudo da ação da Secretaria de Estado da Cultura. Tomou como elementos de referência, com os quais seria passível de promover algumas leituras comparativas e interpretativas, a obra de Jorge Henrique Pais da Silva – *Pretérito Presente* – e o movimento que acontecia em simultâneo, o das Associações de Defesa do Património, que promoviam inúmeras iniciativas de proteção e divulgação do Património Cultural Português.

1.1.4. Estratégia de Investigação e Metodologia

No que respeita ao plano de investigação e métodos procurei realizar uma reflexão teórica com base na revisão de literatura, tendo em conta os domínios conceptuais inerentes à área temática apresentada.

A revisão bibliográfica constituiu a base de uma pesquisa intensiva /qualitativa, de modo a obter informação em profundidade e em continuidade sobre o tema. De modo a complementar a informação recolhida, adotei uma metodologia com recurso a fontes orais assente na realização de entrevistas presenciais.

O processo de entrevista apresenta um interessante conjunto de possibilidades informativas, assente numa filosofia de contacto que este método permite obter entre as partes integrantes do mesmo (investigador e interlocutor)[4]. Em termos de estrutura de entrevistas, optou-se por um esquema baseado em questões abertas[5] de carácter semi-diretivo ou semi-dirigido, baseado num guião flexível, previamente estabelecido, capaz de fornecer uma maior liberdade de resposta, e como tal como permitir ao entrevistado criar um percurso discursivo que lhe faça sentido, sem a obrigatoriedade das questões fechadas dos inquéritos[6].

A entrevista permitiu definir os momentos-chave na cronologia a estudar, tal como identificar os agentes e contextos envolvidos, de modo a poder realizar uma análise mais aprofundada sobre o objeto de estudo, traduzindo uma realidade complexa, descrições, interpretações, pontos de vista ou mesmo opiniões pessoais que se podem tornar peças valiosas no processo de investigação. Desta forma, realizei duas entrevistas a pessoas que foram importantes na dinamização dos casos de estudo estudados.

[4] Rover, 2012: 17-18.
[5] Byrman, 2012: 63.
[6] Tinoco, Filipe e Hipólito, 2014: 193.

Uma teve como sujeito Rui Rasquilho, aquando do acesso ao seu arquivo particular. Esta entrevista foi fundamental para o trabalho de investigação devido à relevância que o entrevistado teve no contexto cultural da época. Rui Rasquilho assumiu vários cargos de relevância no contexto nacional e internacional, nomeadamente o cargo de presidente da Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património (1980), adido cultural em Rabat (1984-1992) e Brasília (1994-2003), entre outros. No âmbito das suas funções na Secretaria de Estado da Cultura em Portugal, promoveu diversas iniciativas conducentes à promoção e salvaguarda do Património Cultural português. Dada a sua proximidade e gosto pelo Património desenvolveu cursos, formações e seminários, tendo constituído um acervo pessoal com documentação referente a essas mesmas iniciativas, que serve de base à minha investigação. A entrevista decorreu em 4 abril de 2017, na residência do entrevistado, em Aljubarrota.

A segunda entrevista teve como sujeito entrevistado Pedro Barbosa, cujo envolvimento na coordenação e organização do "1.º Curso de Dinamização para a Conservação do Património Artístico e Cultural de Portugal", realizado em 1977 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, definiu a sua relevância enquanto sujeito selecionado. Pedro Barbosa na época era docente desta Faculdade e fez parte do grupo organizador do curso, o que o tornou um elemento indispensável ao meu estudo sobre este curso e as suas repercussões no cenário da Educação Patrimonial em Portugal no período seguinte. Esta entrevista foi realizada em 28 de junho de 2017 na Faculdade de Letras de Lisboa.

Para além de informação relevante sobre os casos de estudo, estas entrevistas permitiram perceber algumas questões relacionadas com contextos de épocas anteriores, em que se destaca a ação de Jorge Henrique Pais da Silva, também ele professor na Faculdade de Letras, e grande impulsionador da defesa e salvaguarda do Património em Portugal em contextos formativos, uma vez que os entrevistados possuíam uma grande proximidade com este professor, devido ao facto de trabalharem juntos e partilharem uma história de aprendizagens mútuas. Neste sentido considerei fundamentais os seus testemunhos, contribuindo efetivamente para conhecer melhor os detalhes do curso realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano de 1977.

As entrevistas não foram transcritas na íntegra. Foi feita uma fichagem das mesmas, relacionando os temas mais relevantes para esta dissertação. Numa etapa posterior, a informação decorrente das entrevista foi objeto de "uma análise de conteúdo, sistemática,

destinada a testar as hipóteses de trabalho"[7], de modo a organizar os dados de forma mais sequencial, retirando as conclusões possíveis.

Em termos metodológicos mais abrangentes, Alan Byrman na obra *Social Reaserch Methods* defende que o método qualitativo deve seguir uma linha condutora que permita a evolução da investigação. Este processo deve ser realizado desde a questão de partida até às considerações finais, passando pelas seguintes fases: elaboração da teoria ou pergunta de partida, formulação de hipóteses, desenho da pesquisa, identificação dos conceitos operatórios, seleção da pesquisa e seleção dos elementos para a realização de entrevistas, análise dos dados, terminando com as considerações finais[8]. Ao longo da dissertação de mestrado segui esta metodologia, com base nas etapas de seleção e tratamento da informação apresentadas por Byrman.

O método de pesquisa qualitativa / intensiva justificou-se pela sua pertinência e adequação ao tema, visto que a investigação desta problemática em concreto assenta essencialmente na revisão bibliográfica, é complementada com a informação resultante das entrevistas e finalmente com a análise dos casos de estudo e sua interpretação face às etapas metodológicas realizadas.

Fontes e Bibliografia

Em termos de fontes, os documentos mais relevantes para esta investigação reportam-se aos casos de estudo, nomeadamente os documentos referentes ao concurso "Um Tesouro para Descobrir; Uma Herança para Defender" (1979-1980) e o Programa "Ações de Defesa do Património" (1978-79), ambos dinamizados pela Secretaria de Estado da Cultura e tendo sido ambos consultados no arquivo pessoal de Rui Rasquilho.

Trata-se, portanto, de uma análise de documentos inéditos que serão, com esta dissertação, apresentados e disponibilizados para outras investigações, permitindo a consolidação e o aprofundamento da informação até ao momento disponível sobre o tema em estudo. Ainda nesta perspetiva analisei documentação produzida no âmbito do "I Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural", lecionado na Faculdade de Letras das Universidade de Lisboa no ano de 1977, que embora não tenha constituído um caso de estudo, promoveu ações onde se identificaram vários pontos de contato com os casos estudado, como por exemplo os intervenientes, os objetivos e a abordagem teórica aos temas. Uma vez que este

[7] Tinoco, Filipe e Hipólito, 2014: 192.

[8] Byrman, 2012: 63.

curso se baseou na ação pedagógica desenvolvida por Jorge Henrique Pais da Silva, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 1966 e 1971, tornou-se essencial consultar os princípios defendidos por este investigador e consolidados na sua obra *Pretérito Presente, para uma teoria da preservação do património histórico-artístico,* que foi documento base de análise e debate no âmbito dos trabalhos do I Congresso Internacional para a Defesa e Investigação do Património em Alcobaça em 1978, e dado à estampa em 1980 por ocasião da Campanha Nacional de Defesa do Património, desse mesmo ano.

Considerei ainda como fontes, no domínio das fontes orais, as entrevistas realizadas e os testemunhos recolhidos, que se revelaram essenciais como forma de complementar as informações documentais existentes, permitindo uma melhor crítica das fontes e o avançar de propostas interpretativas.

Para além destes documentos, consultei também fontes de caracter legislativo, nas questões que se referem à área do Património Cultural, nomeadamente os elementos que pretendiam definir um quadro regulador da defesa e proteção do Património, sendo eles publicados no *Diário do Governo (DG*) e no *Diário da República (DR*).

Quanto às questões de apresentação bibliográficas, a dissertação irá seguir as normas de referenciação bibliográfica de dissertação ou trabalho de projeto de Mestrado e de tese de Doutoramento da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, do ISCTE-IUL.

1.2. Reflexão sobre os principais conceitos teóricos

Para poder explorar com rigor as temáticas do Património e da Educação Patrimonial em Portugal num período tão dinâmico da nossa História, é necessário definir os conceitos operativos que são fundamentais para a gestão dos conteúdos apresentados.

1.2.1. Património Cultural

Entendamos que o Património Cultural surge enquanto memória da identidade coletiva, o que o torna capaz de fomentar sentimentos de pertença, continuidade e coesão social[9].

O conceito de PC é uma construção que foi sendo efetuada sobretudo no seio da civilização da Europa ocidental de oitocentos. A noção Património deriva do latim e representa a herança paterna, remetendo para um legado, que, como tal, assume uma carga simbólica

[9] Desvallées e Mairesse, 2013: 75.

representativa[10]. Este Património pode ser encarado de forma lata e muito abrangente, podendo ser abordado segundo vários domínios, o que levou alguns autores, nomeadamente, Françoise Choay [11] a restringir a noção de Património a Património Histórico. Deste modo, os Monumentos Históricos representavam um passado, materializando a memória de uma comunidade. Estes bens patrimoniais devem ser reconhecidos, conservados, protegidos, inventariados e apropriados[12].

A evolução do conceito de Património, a partir do Monumento, aconteceu de forma gradual, consagrando numa primeira fase o Monumento Histórico que viria a dar origem ao conceito de Património Histórico Edificado[13]. Se a noção de Monumento Histórico é utilizada desde o século XV, é porém no período pós revolução francesa que ganhou novas dimensões, caracterizada por uma ligação exacerbada ao poder e passou a abranger diferentes aspetos, dos quais se destacam as questões da conservação e restauro, ou ainda do arrolamento de bens. O Património começou a assumir uma real importância como testemunho do passado e da história[14] e inicia-se um processo tendente à patrimonialização da sociedade. Mais tarde, no século XIX e como consequência das alterações decorridas advindas da revolução industrial, a noção de Monumento Histórico assume a sua faceta institucional, com a integração da intervenção (a vários níveis) em bens culturais nas políticas estatais de tutela da Cultura[15].

Uma nova e muito relevante evolução do conceito de Património materializa-se na utilização do termo Bem Cultural em substituição do termo Monumento Histórico. No seguimento das grandes convulsões mundiais – Grande Guerra e II Guerra Mundial, no século XX, nascem novas preocupações com os bens patrimoniais. Não só se alargou o âmbito cronológico daquilo que era considerado Património (remetido sobretudo para os vestígios pré-históricos, clássicos ou medievais) como se alargou a sua tipologia, nomeadamente a preocupação com o Património Urbano Histórico, passando a integrar os centros históricos das cidades, tornando-os elementos de debate, nomeadamente o passado histórico *versus*

[10] Segundo vários autores como Françoise Choay (1999), Rodney Harrison (2003), Laurajane Smith (2006).
[11] Choay, 1999.
[12] mith, 2006: 43.
[13] Choay, 1999:70.
[14] Lameira, (coord.), 2006: 24.
[15] Lameira, (coord.), 2006: 56.

modernidade [16]. Tal é especialmente evidente no pós II Guerra Mundial, refletindo as destruições de centros urbanos europeus provocada pelo conflito.

No decorrer do século XX vários foram os momentos que marcaram o panorama internacional: a Conferência de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, promovida pela UNESCO, em 1972, mas que apenas foi adotada em Portugal em 1980, embora já fosse conhecida antes. Esta convenção enquadrou o Património Cultural segundo três categorias: Monumentos, Conjuntos e Locais de Interesse. Os estados signatários comprometiam-se a contribuir para a identificação, inventariação, proteção e valorização do Património Cultural[17].

No contexto português, o período pós revolução 25 de Abril de 1974 deu-se ênfase às questões patrimoniais[18], com relevância para o conjunto de as medidas legislativas que foram promovidas, no sentido de classificação de monumentos, sítios ou conjuntos, de modo a ampliar o conceito de Património Cultural e colocar em prática as normas de proteção e salvaguarda. Deste modo o Património Cultural tornava-se num instrumento de coesão e desenvolvimento das sociedades a nível cívico, social, territorial e económico[19].

A evolução do conceito de Património Cultural baseou-se em interesses e ideologias políticas, que definem as suas linhas de atuação e de proteção, as quais refletem valores históricos, culturais, sociais de modo a convergir no bem comum e na difusão do conhecimento. Para além de todos estes valores intrínsecos do Património, este também pode ser encarado como um recurso financeiro, que deve ser potenciado para gerar desenvolvimento económico e, nesse sentido, ser disponibilizado como um bem de preço, a ser pago pelos visitantes[20].

Falar de Património Cultural também implica falar da classificação dos seus bens, sendo que se denotou um aumento significativo de bens culturais classificados ao longo do século XX, processo que se manteve até ao presente.

É de assinalar que no período histórico sobre a qual esta dissertação se debruça ainda estava em formação o conceito de "Património Imaterial", por isso não é aqui tratado.

Em suma, podemos considerar o Património Cultural como um conjunto de elementos simbólicos que refletem a identidade e a memória coletiva, através do qual se promovem

[16] Choay 1999: 155-158.
[17] Cruz, 2015: 14.
[18] Custódio, 2010: 346-348.
[19] Folgado, 2010: 323-335.
[20] Folgado, 2010: 328-330.

sentimentos de pertença, consoante os elementos representativos de uma dada comunidade[21]. Trata-se do conjunto de todos os monumentos, locais de interesse, pontos de referência, centros Históricos e locais classificados de uma nação que traduzem a passagem do tempo e consequentemente o passado. Uma vez que "a memória confere ao Património uma dimensão afetiva, significativa e vinculativa em relação ao passado, motivando a sua apropriação e transmissão no presente e no futuro"[22]. Os três termos tornam-se indissociáveis: Património, memória e identidade, na medida em que formam uma simbiose e se complementam.

1.2.2. Interpretação Patrimonial

A Interpretação Patrimonial apresenta-se como a ferramenta metodológica de valorização do Património Cultural, cujo principal objetivo é dotar os bens patrimoniais de um significado e promover uma relação com quem o usufruir. É o mecanismo através do qual se difunde os pormenores e a História dos monumentos, bens, ou elementos imateriais.

Tem como objetivo dar resposta à curiosidade do visitante e promover o debate e a comunicação, no sentido de criar a dúvida e colocar o público a questionar-se sobre os valores do Património e as suas fragilidades. Neste sentido pode ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento sustentável de áreas que possuam Património Natural ou Cultural, na medida em que atrai o turismo e procura desenvolver um turismo informado[23].

A Interpretação Patrimonial é então um instrumento de informação, educação e promoção do interesse pelo Património, tendo como objetivo proporcionar experiências mais dinâmicas e que resultem numa maior consciencialização do público sobre o Património explorado, para que se desenvolva um processo cognitivo e atividades direcionadas para a sua divulgação e fruição[24], combatendo a exposição factual dos acontecimentos, monótona e facilmente ultrapassável.

Freeman Tilden defende que as ações de Interpretação Patrimonial devem considerar seis princípios fundamentais[25], sendo eles:

1- O estabelecimento de uma relação entre o objeto e o visitante é condição essencial para a promoção de conhecimento.

[21] Vieira, 2005.
[22] Cruz, 2015: 21
[23] Smith, 2006: 23-24.
[24] Vicente, 2009: 225-243.
[25] Tilden, 1977: 11.

2- Informação e interpretação são atos distintos. A interpretação tem de apresentar informação real e fidedigna, mas revela-a de modo a captar a curiosidade do visitante;
3- A Interpretação procura o contributo pluridisciplinar;.
4- O principal objetivo da Interpretação é a provocação e a curiosidade;.
5- É fundamental não dissociar as partes do seu todo;.
6- Adequação do discurso aos públicos alvo, de modo a procurar a eficácia no alcance da transmissão de conhecimento. Disto resulta, por exemplo, que ações de Interpretação Patrimonial para públicos infantis não se baseiam na simplificação de discurso, mas antes da adoção de uma abordagem própria. .

Em suma, "awaken people's curiosity it's enough to open minds; do not overload them. Put there just a spark. If there is some good inflammable stuff it will catch fire"[26]. Isto significa que o visitante só se interessa pelo que realmente lhe for significativo ou se de algum modo lhe for sensível, dadas as suas anteriores experiências de vida. O visitante vai estar mais apto a querer conhecer algo com que se identifique, que represente os seus ideais e formas de pensar. Cabe ao intérprete saber identificar estes sinais e explorar a visita segundo estas linhas condutoras, procurando sempre cativar o visitante.

A Interpretação Patrimonial está na génese da Educação Patrimonial, uma vez que ambas utilizam mecanismos comunicativos e estimulam a transmissão de conhecimento.

1.2.3. Educação Patrimonial

No panorama europeu, o conceito de Educação Patrimonial foi aplicado primeiramente no Reino Unido, sob a designação de *Heritage Education,* termo que dava conta dos elementos que se pretendiam transmitir aos públicos que visitavam os monumentos históricos, de modo a torná-los mais informados e participativos.

Em Portugal, o conceito começou por ser abordado no âmbito da valorização de uma memória nacional que se pretendia exaltar, de acordo com a ideologia do chamado Estado Novo"[27]. Porém, com a mudança de regime político este conceito também conheceu uma alteração, incorporando as novas ideias relativas ao Património Cultural.

O conceito de Educação Patrimonial pode ser entendido como um método de ensino, praticado em diferentes contextos, segundo a sua finalidade. Este processo educativo procura dar a conhecer o bem ou bens patrimoniais evidenciando as suas potencialidades e interesses

[26] Prefácio da 2ª Edição, Tilden, 1967.
[27] Pedreirinho, 2011: 19.

de modo a cativar o público, independentemente do contexto em que for aplicado. Sendo um processo cognitivo procura divulgar a essência do bem que se quer destacar, a sua riqueza histórica, potencialidades e limitações, no contexto da sua proteção e salvaguarda, enquanto representante de um testemunho da memória coletiva ou individual. Trata-se então do ato de educar, de desenvolver capacidades cognitivas de forma livre, através da interação dos vários elementos explorados. Deste modo procura-se promover a participação e o desenvolvimento de uma atitude critica, estimulada através do diálogo e identificação cultural, na tentativa de criar soluções para os diversos problemas detetados[28].

Segundo Maria de Lourdes Parreiras Horta, a Educação Patrimonial "é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e colectivo"[29], sendo importante promover uma ação participativa e interrogativa, de modo a estabelecer uma aprendizagem ativa, que suscita o interesse sobre a área. Para Marcelo Martín Guglielmino a "educação patrimonial é o meio de transmitir às gerações vindouras todo o Património do género humano herdado das gerações passadas"[30]. O que nos obriga a refletir sobre a importância do passado e das diferentes realidades patrimoniais, tudo isto através da compreensão e da identificação com o Património e com a memória coletiva que ele reflete. O presente também deve estar incluído na equação, na medida em que é através dele que se exploram os bens legados. Mais concretamente, a Educação Patrimonial pode funcionar como uma ferramenta de "alfabetização cultural"[31]. Segundo esta lógica, a Educação Patrimonial seria a fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, promovendo a relação com os valores culturais inerentes[32]. Já Sônia Florêncio[33] considera que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais. Neste sentido importa destacar a relação entre o bem patrimonial e os seus diferentes públicos, consoante as suas dificuldades e limitações, de modo a criar pontes: a Educação Patrimonial inclui uma metodologia interdisciplinar, que reflete a solidariedade, o

[28] Custódio, 2000: 32.
[29] Florêncio, Clerot, Bezerra e Ramassote, 2014: 65.
[30] Martín, 2007: 21.
[31] Ferreira, 1993: 44.
[32] Florêncio, Clerot, Bezerra e Ramassote, 2014: 35.
[33] Florêncio, Clerot, Bezerra e Ramassote, 2014: 19.

respeito, a tolerância, o desenvolvimento do espírito crítico e do gosto estético, a sensibilização para a preservação e proteção do bem patrimonial[34].

Falar em Educação Patrimonial é falar em três realidades distintas de atuação: educação formal, não formal e informal. Ao longo desta dissertação encontram-se contextos de educação patrimonial maioritariamente não formais, como é o caso da educação nos museus, monumentos, sítios, centros culturais, centros históricos, entre outros. Também é dado destaque a processos de educação informal, através do estudo ações de formação, concursos projetos para docentes e profissionais da área. Falta ainda referir o contexto de educação formal, promovida através das escolas e institutos.

Seria importante inserir a Educação Patrimonial nos contextos escolares, tendo em conta que a escola é o local de formação de base, que complementa a educação familiar, pois na escola os alunos estão com um espirito recetivo, de aprendizagem seguindo certas regras e, portanto, conscientes que devem reter os conhecimentos. Sendo esse o local ideal para formar consciências e identidades, nele deve ser inserido o gosto pelo Património e pelos desígnios culturais[35].

Independentemente do contexto em que é aplicada, a Educação Patrimonial procura promover o conhecimento e estabelecer pontes didáticas entre o bem patrimonial e as pessoas, promovendo consequentemente sentimentos de pertença e identidade. Deste modo procura-se fomentar a perceção e a integração da herança cultural que se pretende transmitir. Esta identificação com o Património envolvente contribui para uma cidadania ativa com responsabilidades diretas na salvaguarda e proteção patrimonial, sendo que esta identificação só acontece quando se compreende o Património e se interpretam as suas vertentes. Só ao conhecê-lo minimamente é que é despertada a curiosidade, que contribui para a consciencialização da comunidade sobre a importância do bem cultural e da sua envolvente. Embora Jorge Custódio afirme que em Portugal a Educação Patrimonial ainda se encontra na Idade da Pedra em relação à Educação Ambiental[36], ele acredita que a Educação Patrimonial seria um investimento, em termos de quantidade e de qualidade, por parte de todos os intervenientes, para que os jovens futuramente possam exercer a sua cidadania de forma

[34] Duarte, 1994: 12.

[35] Pereira, 2003: 115.

[36] Custódio, 2000: 11-16.

consciente[37]. A Educação Patrimonial pode funcionar como um instrumento de motivação individual e coletiva, para a prática da cidadania e do diálogo entre gerações[38].

1.3. Estado da Arte

Nas últimas décadas o número de estudos realizados sobre as temáticas do Património Cultural e valorização do Património Artístico, essencialmente no âmbito das ciências sociais e humanas, tem aumentado devido à crescente importância que estas questões têm adquirido para as sociedades atuais.

As questões relativas à Educação Patrimonial, em Portugal, têm estado arredadas da investigação científica dedicada ao Património Cultural. Este tema tem sido desenvolvido em larga escala sobretudo no Brasil, Espanha e França, a que se acrescenta uma estratégia prática de intervenção existente no Reino Unido.

Um dos conjuntos bibliográficos supra referidos é representado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituto do Brasil, responsável pelo Património Cultural no país e que tem a seu cargo a reflexão, a uma escala brasileira, sobre as temáticas da Educação Patrimonial, tendo começado por definir o conceito em 1980[39]. A partir de então as práticas de Educação Patrimonial rapidamente passaram do contexto dos museus para os arquivos e para ambientes mais informais, devido à estratégia do IPHAN que definiu três eixos de atuação, sendo eles: a inclusão da temática do Património Cultural na Educação formal; a gestão compartilhada de ações educativas; e a criação de elementos pedagógicos de Educação Patrimonial. Para além disso também apostam na formação de docentes nestas áreas de ensino.

A Educação Patrimonial foi desenvolvida através de vários prismas, como é o caso da obra de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelenia Gunberg e Ariadne Monteiro, *Guia Básico de Educação Patrimonial***.** Este guia, além de apresentar uma definição do conceito de Educação Patrimonial, aborda o processo educativo sob o prisma interrogativo, ou seja, coloca o observador numa posição crítica, de análise do bem patrimonial, elucidando quais eram as suas funções no passado. Parte da curiosidade para desvendar o desconhecido. Neste âmbito também reflete as questões da interdisciplinaridade, uma vez que a Educação Patrimonial

[37] Pereira, 2003, 121

[38] Duarte, 1994: 5.

[39] Gil e Possamai, 2014: 17.

atravessa várias áreas, desde a cidadania, até à História, à Geografia, ou mesmo às Artes, devendo ser abordada sob diferentes perspetivas.

Outra obra importante lançada recentemente intitula-se de *Manual de Referência do Património Mundial: Gestão do Património Mundial Cultural*, pelos autores Gamini Wijesuriya, Jane Thompson e Christopher Young. Esta obra trata fundamentalmente da evolução da lista do Património Mundial, após a Convenção do Património Mundial de 1972. Assume-se como resultando de uma pareceria entre várias instituições (ICCROM, ICOMOS, IUCN e Centro do Património Mundial da UNESCO) e consiste numa análise abrangente dos diferentes sistemas de Gestão do Património Mundial.

Outros autores focam estas questões, nomeadamente Sônia Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra, Rodrigo Ramassote[40], Cléo Oliveira[41], Maria Margaret Lopes[42], Zita Possamai[43]. Todos eles abordam a importância da Educação Patrimonial em contextos informais, demonstrando formas de expor a informação sem a descontextualizar e revelando o valor simbólico e representativo que o Património Cultural representa para as sociedades.

É de realçar que o termo "Educação Patrimonial carrega o peso de uma abordagem institucional, historicamente elitista, centrada em bens materiais e relacionada aos fatos de uma determinada memória nacional"[44]. Esta citação pode ser também aplicada ao contexto português, pois ao longo da história do século XX a Educação Patrimonial existiu à margem das políticas públicas, foi praticada em contextos informais, sem legislação que lhe fosse aplicada e teve resultados pontuais, fruto dos projetos onde era desenvolvido. Este cenário informal deu-lhe liberdade para ir desenvolvendo várias metodologias ajustáveis aos locais e às circunstâncias e talvez seja isso que lhe confere um carater dinâmico e cativante para os diferentes tipos de público.

No contexto europeu importa destacar a obra de Lida Branchesi. A obra *Heritage Education for Europe: Outcome and Perspectives* reflete sobre as atividades de ensino do Património Cultural promovidas pelo Conselho da Europa e avalia alguns projetos, tais como *Europe from one street to the other* e *The city beneath the city*. Tim Coperland defende a identificação de pontes de ligação diretas entre os cidadãos e o Património Cultural. Ou seja, a educação proporciona o cenário cultural ideal para a cidadania, pois reflete as

[40] Florêncio, Clerot, Bezerra e Ramassote, 2014.
[41] Oliveira, 2011.
[42] Lopes,1997.
[43] Possamai, 2014.
[44] Gil e Possamai, 2014: 14.

responsabilidades perante a preservação do património. Estas características podem ser estimuladas através da Educação para o Património, uma vez que facilitam a compreensão dos problemas contemporâneos, promovendo simultaneamente o espírito critico para criar abordagens capazes de resolver esses mesmos problemas e conflitos. Acima de tudo, esta estratégia de educação direcionada para o Património Cultural permite o desenvolvimento de opiniões informadas sobre as questões culturais e define a forma como estas podem influenciar os ambientes políticos, económicos e ambientais[45].

O contexto espanhol também é bastante rico no que respeita as questões de Educação Patrimonial e à sua difusão, tendo em conta que difundir o Património Cultural não consiste apenas em comunicar a informação inerente a um objeto ou um lugar, inclui refletir, estimular emoções e interligar a sociedade com o Património[46].

Cardona recupera estes tópicos no seu trabalho[47], tal como Merillas Fontal[48]. Ambos refletem sobre os objetivos da Educação Patrimonial que identificam como sendo a promoção do conhecimento, a caracterização da cultura própria e das alheias, a construção de uma memória coletiva e individual, o desenvolvimento de atitudes e valores que promovam a valorização do Património e também a procura de uma melhor comunicação e transmissão de conhecimentos através da sensibilização da população. Merrilas Fontal procura também definir algumas estratégias do processo de aprendizagem e sensibilização, que passam pelo conhecimento, compreensão, respeito, valorização, usufruto, transmissão e interpretação de um bem patrimonial. O que cria um ciclo de aprendizagem, desde a tomada de consciência até à sua divulgação enquanto processo cognitivo[49].

Alguns destes autores inserem-se na linha de intervenção do Observatório de Educação Patrimonial (OEPE), pertencendo ao Plano Nacional de Educação e Património Espanhol, que funciona como um instrumento administrativo. No seu início (no ano de 2010) o Observatório pretendia perceber o panorama Espanhol que diz respeito à Educação Patrimonial e face à realidade encontrada traçar metas e estratégias de atuação. Para tal desenvolveu vários planos de Educação para melhorar o processo de consciencialização e sensibilização para o Património. O projeto seguinte foi muito importante, dizendo respeito à consolidação e avaliação dos programas e internacionalização do Observatório em si. O projeto, que se

[45] Coperland, 2007:22-26.
[46] Cano e Ruiz, 2003: 31-39.
[47] Cardona, 2003.
[48] Fontal, 2003.
[49] Fontal, 2003: 55-58.

encontra em vigor, tem a designação de *Evaluación de los aprendizajes en programas de Educacíon Patrimonial centrados en los processos de sensibilización del Patrimonio Cultural*[50]. Os objetivos principais fundem-se com as tarefas de inventariação, classificação, análise, sistematização, avaliação e *standardização* dos conceitos e práticas de Educação Patrimonial no contexto espanhol. Estes objetivos pretendem difundir a informação disponibilizada sob a forma de publicação dos trabalhos. Deste modo organiza-se a exposição dos conteúdos, criando redes de divulgação. A equipa técnica do Observatório é multidisciplinar e conta com nomes importantes no contexto da Educação Patrimonial. Inclui membros de Expressão Plástica, Expressão Corporal, Organização Educativa, Literatura, Música, Sociologia, Arquitetura e Ciências Sociais. Deste modo podem ser realizados diversos projetos envolvendo os diferentes modos de expressões culturais, tornando-se muito versátil e abrangente.

O contexto Francês também apresenta um corpo sólido de bibliografia sobre a Educação Patrimonial, defendendo a sua divulgação e exploração em contexto letivo.

Um projeto importante a referir é o HEDERUC, desenvolvido em França entre 2002 e 2005. Incluiu-se no programa Sócrates (subsídios europeus para a educação) e visava o desenvolvimento de novos métodos educacionais. O projeto defende que a Educação Patrimonial deveria estar associada à educação formal, uma vez que iria promover o conhecimento e desenvolvimento dos alunos. Deste modo iria incitar o consumo de bens cultural e enriquecer a camada mais jovem da população. O projeto reflete a necessidade de chamar a atenção dos jovens para o Património Cultural. Os alunos deveriam ter a oportunidade de aprender e conhecer o seu Património Cultural uma vez que serão eles os seus responsáveis de futuro. O objetivo era promover um conjunto de ferramentas para o ensino primário e secundário, nomeadamente um Manual para professores e num *site* que divulga a informação trabalhada pelo projeto.

No que respeita ao ensino primário é defendido que as crianças são geralmente mais recetivas a novos conceitos e realidades em contexto escolar, e deste modo podem ir à descoberta do seu próprio bairro ou localidade. Sendo esse o ponto de partida para as suas investigações, elas podem detetar as mudanças que foram acontecendo na sua aldeia, vila ou cidade e identificar as causas dessas mudanças. As crianças constroem a sua noção do passado usando as suas próprias experiências e aprendizagens e como tal é importante que o conhecimento do passado esteja conectado às suas experiências e vivências, de modo a criar

[50] Fontal, 2003: 17-20.

ligações entre estes processos cognitivos. Também importa tentar conhecer as suas perspetivas do passado antes de tentar desenvolvê-las ou mudá-las. Desta forma, o projeto procura o desenvolvimento da identidade histórica de cada aluno de modo a partir de diferentes pontos de partida e daí construir um percurso de conhecimento do passado.

No ensino secundário espera-se que os alunos já apresentem uma outra consciência do passado. Para este efeito a disciplina de História gera largos contributos. Algumas das estratégias de Educação Patrimonial podem ser transmitidas através das aulas de História e do conhecimento do passado para se compreender o presente. Valorizando-se os acontecimentos que falharam, as batalhas perdidas, as personagens que não foram importantes o suficiente para serem considerados heróis e os acontecimentos mais simples que deram conta da identidade de um dado local. "A identidade Histórica fornece uma base sólida para a compreensão de outros pontos de vista, tradições e experiências"[51]. Neste sentido importa conhecer o passado através dos antecedentes históricos na sua existência quotidiana, isto é, através de praças, ruas, ou casas que normalmente não são consideradas elementos chave na interpretação do passado. Este processo procura partir do conhecimento do local, do particular para a exploração do passado de forma mais alargada. Importa primeiro conhecer o quotidiano e o banal para se entender a importância do extraordinário, seja este extraordinário o palácio, o monumento, o castelo ou mesmo a batalha. Deste modo, o projeto procura uma abordagem de orientação dos estudantes para uma interpretação altamente pessoal e significativa do mundo e do passado: "En bref, le patrimoine a besoin d'une place au sein de la classe et la classe a besoin d'une place au sein de l'éducation au patrimoine [52].

Este projeto, tal como muitos outros, procura provar que há preocupações com o Património Cultural e que estas preocupações podem ser demonstradas através da partilha de valores e conhecimentos que promovam o trabalho de equipa e o equilíbrio intercultural[53]. Neste sentido falar de Educação Patrimonial é falar também em Educação Artística [54] e Cultural. O grande objetivo é reduzir a divisão social, promover o diálogo, a tolerância e aproximar as diferentes culturas que coabitam e partilham os mesmos espaços em França.

[51] Troyer, Vermeersch e Lehouck (coord.) 2005: 12.

[52] Troyer, Vermeersch e Lehouck (coord.) 2005:15-18.

[53] Musset, 2002: 1

[54] Branchesi, 2007: 22.

Ainda em contexto francês é importante destacar a obra de Eric Aujas e Rose Marie Benoit, intitulada *Les Métiers de la pédagogie du patrimoine*[55] e Daniel Demeulenaere com o artigo "La dimension européenne du patrimoine[56]".

Em Portugal vários autores abordam as questões de Património e Educação Patrimonial, nomeadamente Helena Pedreirinho, com a sua tese de Doutoramento *A defesa do património imóvel histórico-artístico no Estado Novo: a contribuição da legislação para a definição de uma política patrimonial,* submetida à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa[57]. Esta dissertação aborda a evolução das políticas públicas sobre o Património Cultural em Portugal, tendo em conta a atuação de organismos específicos criados neste âmbito. Reflete sobre a conceção jurídica das políticas patrimoniais e as questões de salvaguarda do Património Cultural enquanto responsabilidade do Estado. Os diferentes valores do Património também são abordados (valor artístico, histórico, turístico e paisagístico). Considera ainda a evolução do conceito de Património e do seu alargamento, tornando-se mais abrangente, de usufruto público. Por fim reflete o processo de adesão à comunidade internacional.

Ana Duarte também desenvolveu uma obra importante neste sentido, *Educação Patrimonial: guia para professores, educadores, monitores de museus e tempos livres*[58]. Este guia apresenta exemplos concretos de atividades a realizar no âmbito de Educação Patrimonial para públicos jovens e estudantis (ensino básico e secundário). As propostas integram técnicas de animação, de educação pela arte, programas de evocação histórica a partir de efemérides ou monumentos. São no geral bastante interessantes, visam a interatividade e a participação dos alunos, criando dinâmicas de aprendizagem através de jogos e fichas técnicas, contribuindo, deste modo para um domínio e conhecimento do Património local bem mais ativo. O grande objetivo da obra é dar a entender que a Educação Patrimonial tem como função criar pontes entre a comunidade e o Património, explorando as suas complexidades e estimulando uma atitude ativa no conhecimento. A Educação Patrimonial é, sobretudo, aprender a saber ver, ou seja, saber escolher o que se quer ver, para por momentos, descobrir, falar sobre os objetos, os espaços, as pessoas[59]. O que vai ao encontro das reflexões de Maria Pereira e Ana Paula

[55] Aujas e Benoit (dir.) 2007: 19-22.
[56] Demeulenaere, 1995: 34.
[57] Pedreirinho, 2011: 67.
[58] Duarte, 1992: 62.
[59] Duarte, 1992: 66.

Cardoso[60], que consideram o Património Cultural um elemento aglutinador e fundamental da identidade nacional[61]. As autoras refletem sobre a necessidade de mudança de mentalidade, no sentido do desenvolvimento de uma maior consciência patrimonial que poderia ser desenvolvida através de meios de autoformação e autoeducação[62]. Cristiana Martins segue esta lógica ao evidenciar o papel da Educação Patrimonial na promoção do conhecimento, valorização, preservação e transmissão da herança patrimonial, apresentando como caso de estudo o Património Industrial da Covilhã.[63]

Nicole Cruz[64] e Deolinda Folgado[65] debruçam-se sobre os valores representativos do Património Cultural que definem como um bem comercial, transacionável e gerador de riqueza. Referem casos de estudo concretos, enquadrando-os no panorama cultural português. José Amador[66], Maria João Neto[67] e Miguel Tomé[68], procuram relacionar a Educação Patrimonial com os contextos normativo e regulamentar com enfoque específico no Património artístico do século XX.

José Sampaio da Nóvoa dedicou bastante tempo da sua carreira a investigar questões relacionadas com a Educação, tal como Filomena Bandeira e Luís Raposo[69]. Estes autores são profissionais de áreas distintas, mas em alguns momentos das suas carreiras debruçaram-se sobre estas temáticas, produzindo artigos e obras de referência.

Em termos de ações para o público foi desenvolvido o Seminário Internacional de Educação Patrimonial, organizado em Braga em 2013, contou com mais duas edições anuais, a de 2014 e de 2016[70]. Estes Seminários foram importantes para sobressair a temática da Educação Patrimonial em contexto de apresentação e debate de ideias. Destes seminários

---

[60] Pereira, 2003: 107.

[61] *Ibidem*: 108.

[62] Custódio, 2000: 10-11.

[63] Martins, 2011: 66-67.

[64] Cruz, 2015: 44-46.

[65] Folgado, 2010: 323-335.

[66] Amador, 2002.

[67] Neto, 1995.

[68] Tomé, 2002.

[69] Luís Raposo apresentou um artigo recente sobre o tema: Raposo, Luís, (2014), " O papel do Associativismo na construção de uma política democrática de museus", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e técnicas do Património*, Universidade do Porto, vol.XIII, p. 261-274.

[70] Parrado, 2016: 19-20.

resultaram duas obras[71] (e-books), que se tornam pertinentes no contexto da produção académica sobre o tema. Em termos de conceção atual sobre a matéria estudada acredita-se que a Educação para o Património deve ser empreendida como uma ação de consciência da população, de modo a dar importância à memória e ao passado. Esta ação de consciência serve para perceber de onde viemos ou o que somos, dependendo, portanto, de processos passados e do seu respetivo conhecimento[72].

Incidindo neste panorama, cabe-me explorar um pouco mais o contexto português, no período compreendido entre 1974 e 1985 para perceber as suas dinâmicas no que diz respeito às práticas de Educação Patrimonial. A respetiva análise encontra-se nos capítulos seguintes.

[71] Refiro-me a: A *Educação Patrimonial: Novos Desafios Pedagógicos* e *A Educação Patrimonial: Contributos para Uma Consciência Patrimonial.*

[72] Sendo esta a opinião de Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, por altura da sua intervenção no Seminário sobre Educação Patrimonial decorrido em Lisboa, em Março de 2016. Defende ainda uma atitude crítica face às parcas iniciativas de Educação Patrimonial desenvolvidas atualmente. Vaz Pinto procurou incentivar a prática de estratégias culturais em prole da Educação Patrimonial, que tem tanto para dar a conhecer.

CAPÍTULO 2 - Contextualização e Evolução histórica do Património Cultural

2.1. Património Cultural em Portugal. Antecedentes e Contextos

Em Portugal, a consciência face à necessidade de existência de uma preocupação mais generalizada referente ao Património Cultural, remontam ao final do 1.º quartel do século XIX e inícios do século XX. Ou seja, genericamente, entre as Revoluções Liberais e a Primeira República.

Neste período foram tomadas algumas medidas tendentes à salvaguarda e proteção dos monumentos históricos, demonstrando-se preocupações estatais que gradualmente se foram transformando num corpo legislativo para dar respostas às necessidades vigentes[74].

Durante as primeiras décadas do século XX, nomeadamente depois da implantação da República, foi notório um esforço legislativo e administrativo em relação ao Património[75]. Em 1911 desenvolveu-se o que ficaria conhecido como a primeira tentativa de sistematização do ordenamento jurídico respeitante ao Património Cultural, que procurou definir as principais categorias classificativas que permaneceram ao longo do século XX[76].

A política nacional de restauro dos monumentos das décadas de 30 e 40 do século XX caracterizou-se pela reposição de uma unidade estilística arquitetónica e artística, realçando de forma desajustada alguns conceitos artísticos relativos à Idade Média. O regime do Estado Novo promoveu um conjunto significativo de alterações arquitetónicas em alguns monumentos históricos sob o escudo do restauro, ao mesmo que tempo que procurava legislar sobre questões de educação e do usufruto dos bens da nação, de forma a glorificá-la. Estas intervenções tiveram como propósito realçar as qualidades medievais dos monumentos, forçando uma ideologia que remetia pata a fundação da nacionalidade portuguesa, tornando visível o ideal do Nacionalismo. Este fenómeno pode ser analisado através do restauro dos castelos. Sendo os castelos, para o salazarismo o símbolo máximo do nacionalismo, foi-lhes conferida primazia na política de restauro. O caso de Guimarães, exemplo bastante elucidativo, serviu de referência e modelo para as restantes obras de restauro, como por exemplo o caso do acrescento propositado de ameias, assente numa questionável e pouco fundamentada base histórica para essa operação.

A construção do "Portugal dos Pequeninos" representava o engrandecimento da nação, através da composição de um conjunto arquitetónico que procurava realçar a arte, a arquitetura

[74] Pedreirinho, 2011: 70-74.
[75] Pedreirinho, 2011: 70-74.
[76] Pedreirinho, 2011: 70.

e a vida portuguesa, concentrando num só espaço o melhor da arte de Portugal em miniaturas, para deleite das crianças. Estas intervenções revelam a atuação de um sistema político com forte intervenção do Estado na vida quotidiana dos portugueses.

Este cenário de extrema regulação e acondicionação coexistia com uma sociedade culturalmente pobre, em que a elite intelectual escasseava, embora sobressaísse do cenário de elevada percentagem de analfabetos[77.] Para colmatar este problema, o Ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, nos anos de 1929 a 1936, desenvolveu um conjunto de reformas institucionais que pretendiam renovar o sistema político nacional, uma vez que "competia ao Estado direcionar o ensino da História, definindo a verdade nacional que se pretendia transmitir, pois essa seria a verdade que convém à nação"[78.]

Neste período, mais concretamente em 1929[79], foi criada a Junta de Educação Nacional (JEN) e as Escolas do Magistério. O grande objetivo era fazer do campo do espírito e da educação o papel central da força do regime, educando cidadãos com os ideais da nação[80]: "Os programas escolares estavam voltados, essencialmente, para o ensino tradicional, a memorização, a atitude passiva do aluno e sem grandes preocupações pela análise e interação com a realidade envolvente[81]".

As medidas especificas de defesa patrimonial surgiram a partir do final de 1931, incorporando uma relação muito próxima com a educação artística, desenvolvendo-se um enquadramento jurídico que servia de base para a estrutura corporativa e administrativa do Estado Novo.

Um dos grandes marcos legislativos deste período, o Decreto n.º 20 985 de 7 de março de 1932, atribuiu ao Concelho Superior de Belas-Artes a competência para a demarcação das zonas de proteção dos imoveis como monumentos nacionais ou de interesse público, o que já foi um contributo para a identificação e organização dos recursos disponíveis em Portugal.

A tentativa da reforma ministerial em manter a tutela do Património histórico-artístico no âmbito da educação acabou por não vingar, uma vez que a atuação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEM), iria assumir nesse mesmo ano algumas destas

[77] Pedreirinho, 2011: 73.

[78] Pedreirinho*, 2011:* 1-2.

[79] A Junta Nacional da Educação foi criada através do Decreto n.º 16 381, *DR*, I Série, nº 13, de 16 de Janeiro de 1929.

[80] Pedreirinho, 2011:80.

[81] Fernandes, 1983: 73.

responsabilidades, centralizando os serviços de arquitetura e construção civil do Estado numa única instituição.

A sua atuação veio alterar a forma de encarar o Património Cultural, uma vez que substituiu a ideia de que o Património deveria fazer parte das questões de ensino e do sistema educativo, para lhe conferir um domínio mais técnico, com preocupações de restruturação e obras públicas[82], ainda que o Património Cultural se devesse incluir na formação do indivíduo, corroborando a educação do espírito.

A educação passou a ser alvo de um programa ideológico, sofrendo reforços legislativos, com o intuito de criar uma expressão heroica que refletisse os altos valores da nação e promovesse a coesão e a valorização da pátria. O grande objetivo era formatar as consciências, formando cidadãos obedientes e trabalhadores. A educação apresentava como função a formação moral, de caracter e a depuração de sentimentos[83].

Em 1932 foi promulgado um corpo legislativo com vista à proteção artística que procurava tutelar também o domínio patrimonial, tornando-se a base regulamentar do regime neste setor. A reforma ministerial posterior, que transformaria o Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional, promoveu a criação da Junta Nacional da Educação (JNE) no ano de 1933. A JNE ficaria responsável pela promoção de atividades no âmbito da educação e da cultura, de modo a consagrar a política do Estado[84]. Este organismo integrava o Instituto de Alta Cultura, que foi dirigido por Gustavo Cordeiro Ramos até 1964. A criação da JNE fez parte do processo de consolidação do Estado Novo e inseriu-se num processo de difusão dos valores ideológicos do regime[85]. Mais tarde, em 1965, decorreu uma reforma da JNE, de modo a estabelecer as bases gerais da organização, porém nesse momento o regime já estava mais distanciado da sua fase propagandística e de exaltação da nação, encontrando-se na fase de diversificação do Regime, compreendida entre 1945 e 1961, que decorreu das consequências da II Guerra Mundial[86].

Em termos de organizações para a juventude destaca-se a atividade Mocidade Portuguesa, que estava encarregue do desenvolvimento físico e da formação dos jovens portugueses no que dissesse respeito aos ideais da nação. Pretendia desenvolver a disciplina, a ordem e o culto dos valores patriotas e nacionalistas defendidos pelo Regime.

---

[82] Pedreirinho, 2011: 82.

[83] Pedreirinho, 2011: 113.

[84] Pedreirinho, 2011: 115.

[85] Pedreirinho, 2011: 129.

[86] Pedreirinho, 2011: 138.

A Legião Portuguesa incluía uma faixa etária um pouco superior, sendo destinada a jovens com mais de 18 anos. Este organismo definiu-se como uma milícia organizada[87], que implicava aos seus membros o compromisso de servir a Nação segundo as diretrizes do Regime.

Nos anos 60, a política de espirito começava a desvanecer-se, através da pouca iniciativa das organizações governamentais para a juventude, para as artes e animação cultural. A própria Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa estavam a esmorecer.

Os anos seguintes, entre 1961 e 1968, revelaram um endurecimento do Regime que coincidiu com o início das guerras em África que tornaram o país mais militarizado. A substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano inaugurou outro período do regime, que vulgarmente ficou conhecida por Primavera Marcelista[88], correspondendo ao período de 1968 até à revolução de 25 de Abril de 1974.

A revolução veio quebrar totalmente os preceitos anteriores, criando uma rutura institucional e cultural, rompendo com a censura prévia, promovendo a democratização cultural e o livre usufruto do Património.

A dissonância do panorama português face à Europa era notável. O final da década de 60 e a década de 70 representaram a grande viragem europeia na política do Património construído, fruto da divulgação das conferências e convenções que se foram sucedendo por toda a Europa e que se iniciaram em 1931 com a Carta de Atenas, prolongaram-se em 1964 com a Carta de Veneza[89], consolidando-se em 1972 e 1975 com Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural e a Declaração de Amesterdão. Os países europeus "reconheceram por junto que, a guerra, o fogo, as catástrofes naturais, a ação depredados do homem, a especulação imobiliária, a manipulação política, a ausência de legislação adequada, a pouca planificação urbana, e a falta de técnicos especializados, são os piores inimigos do Património Arquitetónico e as suas envolventes naturais"[90].

2.2. Políticas de Defesa do Património Cultural

A revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu a integração de Portugal no conjunto de países democráticos. Esta alteração promoveu desde logo uma abertura ao exterior: a descolonização,

[87] Pedreirinho, 2011: 133-38.
[88] A autora Helena Pedreirinho emprega o termo Liberalização Bloqueada (Pedreirinho, 2011).
[89] Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Lugares, 1964.
[90] Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Lugares, 1964: 1.

ocorrida entre 1974 e 1978 gerou o movimento dos "retornados"; intensificara-se o comércio internacional e o país abriu-se ao Turismo.

Às tímidas iniciativas de mudança que ameaçavam fazer-se sentir no último período do regime anterior sucedeu-se um período de grande mudança com reflexos no nível de escolarização da população jovem que atingiu valores de quase totalidade[91].

No período de mudança de regime político a Educação sofreu alterações substanciais nos conteúdos de aprendizagem, disponibilizados em todos os graus de ensino. No que diz respeito às temáticas de preservação, salvaguarda e divulgação do Património Cultural passaram a ser inseridas na disciplina de História, ainda que fossem abordadas muito superficialmente[92]. O acesso à escola passou a ser encarado como elemento essencial da própria cultura democrática, tanto que se tornou um espelho da construção política do Estado democrático. Todas estas alterações tornaram necessária a reformulação da Constituição e adoção de reformas legislativas inerentes ao processo de mudança. No que concerne a tutela do Património importa perceber a ação do Direito Português.

O Direito Português apresenta como sendo uma das funções do Estado a proteção do Património Cultural[93]. O desenvolvimento de um ramo específico do Direito para o Património Cultural permite integrá-lo no corpo legislativo do país, realçando o seu papel na identidade territorial, uma vez que representa o conjunto de normas jurídicas que pretendem dar valor aos bens materiais, imateriais e simbólicos da cultura portuguesa. Como tal procurei perceber a evolução legislativa dos Governos Provisórios, no desenvolvimento do jogo político até à aprovação da Constituição de 1976.

Em maio de 1974, muito pouco tempo após a mudança de regime político, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 687-A/74 que previa a criação da Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC)[95].

Em dezembro do mesmo ano, o III Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, decidiu extinguir este organismo substituindo-o pela Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente. Passado menos de um ano, em agosto de 1975, muito perto do final do IV Governo Provisório, houve uma mudança na organização da Secretaria, sendo substituída pela Secretaria de Estado para a Cultura (SEC) que iria funcionar no Ministério da

[91] Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Lugares, 1964: 32.
[92] Pereira, 2003: 55.
[93] Miranda, Claro e Almeida (coord.) 1996.
[95] Santos (coord.), 1998: 76.

Comunicação Social. Este novo organismo incluiria um gabinete de programação cultural, uma comissão de classificação etária dos espetáculos, uma assessoria técnica e direções gerais de ação cultural, de espetáculos e Património Cultural. Simultaneamente também se promulgou a criação da Direção de Serviços de Direito de Autor, o Centro de Coordenação e Planeamento Cultural, a Secretaria-Geral, as Delegações Regionais de Cultura e o Conselho de Cultura[96].
O IV Governo Provisório assistiu ao seu término em Agosto de 1975, época que ficou conhecida pela forte agitação política, passando a ser designado por *verão quente*. O VI Governo Provisório, chefiado por José Pinheiro de Azevedo, esteve em funções entre setembro de 1975 e julho de 1976, tendo a sido aprovada a nova Constituição Portuguesa em abril de 1976.

2.2.1. A constituição Portuguesa de 1976

A Constituição Portuguesa de 1976 introduziu a expressão Património Cultural no ordenamento jurídico português. Até então o Património Cultural era referido como Património Artístico, Histórico e Arqueológico[99].

Segundo Maria de Lourdes Lima dos Santos, na obra *As Políticas Culturais em Portugal*, a noção de Património surge pela primeira vez associada a expressões vivas de criação cultural, tornando-se mais abrangente e representativa.

No título III da Constituição Portuguesa de 1976, referente aos Direitos e Deveres económicos, sociais e culturais, encontra-se um capítulo próprio para as questões do Património Cultural português (Capítulo IV). O Capítulo IV assume que "todos têm direito à educação e cultura" (Artigo 73.º, n.º1), tal como apresenta um conjunto de liberdades de criação cultural, incluindo a proteção dos Direitos de Autor (Artigo 42.º) e a promoção da democratização cultural (Artigo 73.º, n.º3). No artigo 78.º, em apenas uma frase, insere-se uma norma de preservação, defesa e valorização do Património Cultural.

Em suma, a Constituição de 1976 confere ênfase à preservação e valorização da identidade cultural, à promoção da qualidade de vida e à abertura face às relações culturais internacionais, tal como fomenta a liberdade e a democracia cultural.

Apesar de todas as novidades introduzidas na Constituição de 1976, o Património Cultural continuou a ser pouco valorizado, sendo muitas vezes relegado para segundo e terceiro plano, perante a forte agitação politica então vivida.

---

[96] Santos (coord.), 1998: *:* 76-77.

[99]Miranda e Almeida (coord.), 1996: 207.

2.2.2. Os Programas dos Governos Constitucionais

A 23 de julho de 1976 toma posse o I Governo Constitucional (julho 1976 - janeiro 1978) que teve como primeiro-ministro Mário Soares. Ainda em 1976, foram realizadas as primeiras eleições democráticas para a Presidência da República, tal como se promoveram ainda as eleições autárquicas.

O 1.º Governo Constitucional tentou aplicar da melhor forma as determinações da Constituição no seu programa eleitoral, assumindo algumas particularidades que o distinguem dos anteriores Governos Provisórios no que respeita ao grau de pormenor apresentado. Os detalhes encontram-se nas linhas condutoras do seu programa, que tornaram explícitas as tarefas do Governo na área da Cultura, nomeadamente no que diz respeito à autonomização da Secretaria de Estado da Cultura. Esta ficou encarregue de propor legislação com vista à regularização do funcionamento das instituições de natureza cultural e a atividade dos trabalhadores intelectuais.

O I Governo Constitucional definiu quatro áreas de trabalho para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo elas:

1. Património Cultural (através da inventariação, classificação, defesa do Património, democratização e descentralização cultural)

2. Investigação e fomento cultural (através do estimulo à criação e à cooperação e promoção cultural externa)

3. Espetáculos

4. Ação Cultural[100]

Nos anos seguintes, entre 1976 e 1980, sucederam-se quatro Governos que procuram retomar aos temas culturais dos primeiros meses da Democracia.

O II Governo Constitucional (janeiro- agosto 1978) teve como objetivo empreender ações de defesa do Património e para tal promoveu a articulação das estruturas orgânicas, como a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natureza e a Direção Geral do Património Cultural. Restruturou também a organização da Secretaria de Estado e Cultura que passou a integrar o Ministério da Educação e Cultura.

O programa do III Governo (agosto - novembro 1978) colocou a tónica na democratização, descentralização, incentivo à alfabetização, no associativismo juvenil e na animação

[100] Santos (coord.), 1998: 66.

sociocultural. Com este Governo, a Cultura procurou tornar-se mais acessível, esforçando-se por deixar de ser uma cultura de elites. Este Governo também desenvolveu preocupações com a revisão e atualização da legislação de modo a incentivar as práticas culturais[101].

O IV Governo (novembro 1978 - agosto 1979) orientou-se essencialmente para a valorização da língua portuguesa e difusão dos valores humanísticos por ela vinculados[102].

O V Governo (agosto 1979- janeiro 1980) apresenta uma continuidade nas linhas políticas dos anteriores Governos, com uma conceção cultural pluriforme. Tinha ambição de realizar uma restruturação no âmbito cultural de modo a aproximar a Cultura da política educativa, de desenvolvimento científico e de comunicação social, porém estas propostas não foram bem-sucedidas. Este Governo integrou a Secretaria de Estado da Cultura no Ministério da Coordenação Cultural / Ministério da Cultura e Ciência, situação que foi alterada no governo seguinte, pois a SEC passou a estar sob a dependência do primeiro-ministro[103].

Entre setembro de 1981 e junho de 1983 o organismo tutelar da Cultura assumiu a designação de Ministério da Cultura e Coordenação Científica, passando a Ministério da Cultura entre junho de 1983 e novembro de 1985. Voltou a Ministério da Educação e Cultura entre 1985 e 1987, no X Governo.

A partir dos anos 1980 a cultura constitui-se um elemento presente nos debates e discursos políticos, passando os temas culturais a serem mais discutidos na Assembleia da República, o que lhe conferiu importância no contexto político.

Os VI, VII e VIII Governos (1981 – 1983) foram dirigidos pela Aliança Democrática, composta pelo Partido Social Democrata, Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico. Nestes Governos, o Património integrou a noção de Cultura como elemento preferencial, fruto dos financiamentos externos canalizados para o Património edificado.

A criação do IPPC, em 1980, intensificou a produção legislativa para dar resposta aos desafios culturais. Foi com este organismo que o Património Cultural ganhou esfera de atuação, cabendo-lhe a promoção de pareceres vinculativos para a classificação de áreas de proteção.

O VII Governo (1981) conferiu mais enfâse ao valor simbólico, espiritual e histórico dos objetos patrimoniais, sendo esses valores fundamentais dos objetos físicos, não a sua materialidade ou o seu valor económico ou pecuniário. Daí resulta a importância que foi atribuída ao processo de inventariação dos bens culturais.

---

[101] Miranda e Almeida (coord.), 1996: 289.

[102] Santos (coord.), 1998: 67.

[103] *Ibidem*: 77.

O programa do VIII Governo procurou o ‹‹consenso cultural, que tendo por base a liberdade e o pluralismo, permita a melhor identificação de uma "imagem" e de uma "personalidade" culturais portuguesas›› (Capítulo III, n.º1). Deste modo procurava-se incentivar a investigação em ciências históricas, promover obras importantes para a cultura portuguesa, atenuar as assimetrias reginais através da criação de estruturas de apoio cultural que implicassem cooperação com as autarquias e/ou entidades privadas. Alguns dos objetivos seriam a promoção de um maior acesso à cultura, o estímulo à criação e à preservação e enriquecimento do Património Cultural.

Este governo pretendia elaborar uma lei orgânica do novo Ministério da Cultura e Coordenação Científica. (Capítulo III, n.º4.) A sua ação legislativa deu origem à revisão Constitucional de 1982.

Para além de uma produção legislativa e administrativa relevante, a década de 80 representou ainda o momento do *boom* das Associações de Defesa do Património, que se multiplicaram, tal como as movimentações dos professores e dos órgãos de poder local que reclamavam a atenção do poder central, para a defesa do Património Cultural dos seus concelhos. Neste sentido assumia-se o Património Cultural como "um conjunto de recursos herdados do passado, um testemunho dos valores, crenças e tradições[104]".

2.2.3. A Revisão Constitucional de 1982

Na revisão Constitucional de 1982, a temática da Cultura é tratada no Capítulo III, entre os artigos 73.º a 79.º A proteção e valorização do Património Cultural assumia-se como tarefa fundamental do Estado. O antigo Artigo 78.º é substituído, tornando-se mais completo:

> "1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.
> 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:
> a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;
> b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; Comissão Nacional de Eleições;
> c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
> d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;

[104] Rasquilho, 2005: 1.

e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais"

3. É conferido a todos o direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos factores de degradação do património cultural".

A proteção do Património Cultural também devia ser encarada como um dever do cidadão comum. Tal correspondia ao cenário que se verificava desde o final da década de 70, de um amplo movimento de cidadãos em torno da salvaguarda e defesa do Património e que se traduziu numa ampla criação de Associações de Defesa do Património, que se espalharam por todo território nacional. Destacando como exemplo a Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Alcobaça; o Centro de Estudos e Protecção do Património Da Região de Tomar; a Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, a Associação de Defesa do Património de Mértola[105]. Este tipo de Associações tinha como objetivo aproximar a população dos valores patrimoniais locais, incutindo o debate e a reflexão sobre as questões do Património Cultural, procurando intervir sobre ele. Um dos grandes campos de atuação das associações de Defesa do Património era no campo da Educação, promovendo estratégias, metodologias e modelos de intervenção para públicos de várias idades e vários segmentos num verdadeiro esforço de aproximação das comunidades ao Património[106].

Após momento de maior expressão deste movimento associativo, já no final da década de 80 do século XX, as dinâmicas sociais tenderam para um afastamento da população da relação com a defesa e salvaguarda do Património. Este afastamento resultou da ausência de ações de sensibilização social e de processos de formação de consciências cívicas, pois ninguém protege o que não ama e ninguém ama o que não conhece[107].

Para colmatar estas lacunas e conseguir inverter a situação foi retomado o projeto lei nº 394/II, que culminou no projeto lei seguinte, n.º 85/II, aprovado a 8 de Fevereiro de 1984. Estes projetos lei serviram de fontes jurídicas para a promulgação da lei 13/85, conhecida como Lei de Bases do Património Cultural Português.

2.2.4. Lei 13/85 Lei do Património

A dispersão da administração, gestão e estudo dos bens culturais por vários órgãos tutelares criou algumas dificuldades na promulgação da Lei 13/85, ainda que esta tenha sido fundamental pelo facto de se centrar unicamente no Património Cultural e por revogar um

[105] Magrinho, 2017.

[106] Magrinho, 2017.

[107] Parrado, 2016: 25.

regime jurídico disperso e que não dava resposta às necessidades latentes. Este documento assumiu-se como o mecanismo legal, que os profissionais da área tanto desejavam, para a proteção de um elemento chave da cultura portuguesa.

Cronologicamente, a lei foi aprovada a 21 de março de 1985, promulgada a 3 de junho de 1985 e referendada a 11 de junho de 1985[108].

A lei 13/85 contém sessenta e dois artigos, divididos em cinco títulos:

- Titulo I – Princípios fundamentais
- Titulo II – Das formas e regime de proteção do Património Cultural
- Titulo III – Do fomento da conservação e valorização do Património Cultural
- Titulo IV – Das garantias e sanções
- Titulo V – Disposições finais

O Artigo 1.º revela os elementos fundamentais até aqui enunciados: "O Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo".

Neste documento o Estado assume diversas responsabilidades, uma vez que fica encarregue da missão de salvaguarda e valorização do Património Cultural (alínea 2 do artigo 2.º). Esta medida foi para colmatar a realidade descrita anteriormente, no que respeita ao afastamento do Estado das suas responsabilidades. Neste sentido o Estado também ficou encarregue da promoção, sensibilização da população e divulgação dos bens nacionais, impedindo a venda de bens móveis para o estrangeiro e profanação dos mesmos (Título IV, Artigo 52.º).

O Estado ficou encarregue de salvaguardar o Património Imaterial, tornando-se responsável pela materialização das tradições e dos modos de fabrico de alguns dos objetos tradicionais, através do seu registo, classificação e divulgação.

O artigo 4.º faz referência ao Ministério da Cultura no sentido de promover o levantamento, registo, estudo, classificação dos bens nacionais e respetiva conservação.

[108] Lei 13/85, https://dre.pt/web/guest/pesquisa//search/182874/details/normal?q=Lei+13%2F85, consultado a 2 de março de 2017.

O artigo 5.º atribui ao IPPC uma personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira. As Associações de Defesa do Património ficam subalternas ao IPPC, no que respeita à sua prática pública, estreitando-se as relações de atividade.

O Titulo II da Lei 13/85 diz respeito ao processo de classificação e de inventariação dos bens patrimoniais, que passaram a ser agrupados em segmentações distintas. No que respeita aos bens imóveis, a lei afirma que "podem ser classificados como monumentos, conjuntos e sítios, eventualmente agrupáveis em categorias, nos termos que foram regulamentados". (Artigo 7). Os bens móveis correspondem aos "Bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica (...) bem como os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais;" (Artigo 8.º, número 2, alínea a). Independentemente se trate de um bem móvel ou imóvel, ambos podem ser classificados como bens de valor local, regional, nacional ou internacional, o que lhes confere algum destaque no cenário cultural.

O Artigo 8.º (número 1) também define o conceito de monumentos, conjuntos e sítios, com as suas especificidades. Resumidamente, "monumento" pode ser entendido como o edifício isolado, considerado um bem arquitetónico, incluindo as suas obras de escultura ou pintura monumental. Os "conjuntos" dizem respeito aos agrupamentos de bens arquitetónicos, conjuntos de edifícios ou monumentos, que têm de possuir uma clara delimitação geográfica. O termo mais abrangente é o de "sítios". Os sítios são "obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social."

A lei 13/85 reflete os principais princípios defendidos pela comunidade internacional, nomeadamente o Conselho da Europa, ICOMOS ou mesmo a UNESCO, de modo a redefinir o seu quadro legislativo e introduzir no panorama português alguns conceitos como é o caso dos monumentos, conjuntos e sítios[109]. Deste modo a legislação portuguesa teve influências

[109] Carvalho, 2011, p.139.

diretas das múltiplas conferências e reuniões europeias que a antecederam[110]. A Lei 13/85 também procurou incorporar os contributos das Associações no seu articulado[111].

Ao continuar a análise da lei, encontra-se o Artigo 22º que se refere aos processos de classificação dos bens culturais, que devem incidir sobre bens com necessidades de proteção especial ou urgente. Os bens culturais ao serem classificados passam a integrar o Inventário Nacional do Património Cultural Português, e é lhes atribuída uma zona especial de proteção.

Segundo o artigo 34.º, os bens patrimoniais não podem ser "indevidamente exportados", se isso acontecer o proprietário ficará sujeito às disposições do Código Penal Português.

Os bens Imateriais não foram esquecidos na Lei 13/85, pelo contrário, constam no Artigo 43.º, onde é referida a importância do Estado no respeito e salvaguarda dos valores gerais da cultura, identidade e memória coletiva.

A Educação Patrimonial foi abordada muito superficialmente no artigo 49.º, assumindo a designação de "acções educativas". Neste sentido, cabia ao Governo o fomento do "interesse e respeito público pelo Património Cultural". O Governo também ficaria encarregue de assumir "medidas adequadas à promoção e realce do valor cultural e educativo do Património Cultural"(Artigo 49.º, número 2).

O Artigo 50.º reflete sobre a colaboração do Estado com outros Estados e com organizações internacionais de modo a fomentar a "proteção, conservação, valorização, estudo e divulgação do Património Cultural".

Para terminar, o Artigo 62.º apresenta a informação específica sobre a entrada em vigor da lei 13/85.

Esta lei permitiu mudar o panorama cultural nacional, uma vez que revogou um sistema legislativo disperso e confuso, sendo que neste aspeto tornou-se fundamental para a defesa do Património Cultural, assim como para a sua preservação.

Em comparação com alguns países europeus, nomeadamente a França e o Reino Unido, esta lei do Património Cultural surgiu bastante mais tarde, tendo consequências diretas na gestão do conjunto patrimonial do país. Surge no mesmo momento em que surge a legislação espanhola de património cultural e está muito relacionada com as questões da negociação da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia, que viria a acontecer em

[110] Nomeadamente a Recomendação de Nairobi - Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea; Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da Unesco realizada em 1972 ou mesmo a Carta de Veneza, sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (Artigo 1º).

[111] Magrinho, 2017.

1986. Ainda assim, representou um momento marcante para o panorama político e institucional português. Apesar das melhorias significativas, este corpo legislativo apresenta algumas falhas, principalmente no que se refere à prática da preservação do Património, uma vez que se denota ausência de regulamentação dos procedimentos de atuação específicos nas normas de intervenção pública[112].

2.2.5. Questões educativas

No geral, nem a Constituição de 1976, nem a revisão Constitucional de 1982, nem a Lei 13/85 abordam a questão da Educação Patrimonial. Referem algumas questões do Património Cultural, demonstrando preocupações com a sua salvaguarda e proteção, porém não se aproximam das questões de interpretação, serviços educativos ou de Educação Patrimonial.

As questões educativas são referidas um pouco mais tarde, na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro). Este documento assinala que o sistema educativo do ensino básico se organiza de forma a desenvolver no indivíduo o sentimento de identidade nacional, que pode ser explorado através da consciencialização sobre o Património Cultural do povo português. Neste sentido possui como objetivos desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, da língua, da História e da Cultura portuguesas, além de promover o respeito e a valorização dos diferentes saberes e culturas. O sistema educativo é definido como o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa. Em termos financeiros, a Educação seria uma prioridade nacional na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado[113].

O Capítulo VII faz referência ao desenvolvimento e avaliação do sistema educativo, sendo muito explícito nas áreas complementares de ensino, nomeadamente o Artigo 47.º relativo aos planos curriculares do ensino básico, que deveriam incluir a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito. Segundo este excerto é fácil entender que a Educação Patrimonial ou as questões relacionadas com o Património Cultural ficam excluídas dos planos curriculares.

[112] Nabais, 2010: 96.

[113] Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86, Artigo 42º, Financiamento da Educação, *DR*, Série I, 237, 14 de Outubro.

Face à complexidade da nomenclatura ministerial da época, creio que se torna importante simplificar esta temática, expondo de forma ordenada e cronológica os dados, as nomenclaturas e referências dos Ministérios sob a forma de tabelas.

Organização do Setor Cultural			
Ano	**Denominação**	**Estrutura Orgânica**	**Ref. a Educação Patrimonial?**
1974/76	M.E.C A Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica é extinta neste Ministério (Decreto lei 687-A/74).	Decreto-lei n.º203/74 de 15 de maio aprovou a orgânica do I Governo Provisório (*Diário do Governo*, Série I, 113).	não
1974 (dezembro)	Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente	III Governo Provisório	
1975 (agosto)	S.E.C Integrada no Ministério da Comunicação Social. Simultaneamente são promovidas: Direção de Serviços de Direito de Autor, o Centro de Coordenação e Planeamento Cultural, a Secretaria Geral, as Delegações Regionais de Cultura e o Conselho de Cultura.[114]	IV Governo Provisório	
1976/83	S.E.C	Entre o I Governo Constitucional e o VIII, a SEC esteve na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, sendo alternada a tutela com o Ministério da Educação	

[114] Santos (coord.), 1998: 76-77.

1978	M.E.C	Lei Orgânica do II Governo Constitucional (Decreto Lei n.º 41-A/78, de 7 de março, *D.R*, 1ª série, nº55).	não
1978/79	S.E.C [115]	Orgânica do IV. Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 448/78, de 30 de dezembro (*D.R*, Série I, 5º Suplemento, 299/78).	não
1979/80	Ministério da Cultura e Ciência[116]	Orgânica do V Governo Constitucional (*D.R*, Série I, nº: 217). Decreto-Lei n.º 386/79, de 19 de setembro	não
1980	S.E.C [117] e criação do IPPC (Instituto Português do Património Cultural)	Lei Orgânica do VI Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 3/80 (*D.R,* Série I-2, nº: 32, 7 de fevereiro).	não
1981/83	M.C e coordenação científica [118]	Lei Orgânica do VIII Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 290/81 (*D.R* , Série I, nº 236, 14 de outubro).	não
1983	M.C	Lei Orgânica do IX Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 344-A/83 (*D.R*, Série I 1º	não

[115] Art. 17.º: "1 - É extinto o Ministério da Educação e Cultura; 2 - Os organismos e serviços do Ministério da Educação e Cultura, salvo os compreendidos na Secretaria de Estado da Cultura, ficam integrados no Ministério da Educação e Investigação Científica".

3 - Os organismos e serviços da antiga Secretaria de Estado da Cultura ficam na dependência direta do Primeiro-Ministro, integrados na Secretaria de Estado da Cultura.

[116] Art. 17.º: "1 - O Ministério da Cultura e da Ciência compreende as seguintes Secretarias de Estado: a) Cultura; b) Ciência; 2 - O Secretário de Estado da Cultura será coadjuvado no exercício das suas funções por um Subsecretário de Estado Adjunto.

[117] "Art. 21. - 3 - O Ministério da Cultura e da Ciência é extinto, transitando a Secretaria de Estado da Cultura para a Presidência do Conselho de Ministros e ficando os serviços e organismos da Secretaria de Estado da Ciência integrados no Ministério da Educação e Ciência, com exceção da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, que é transferida para o Ministério das Finanças e do Plano " (Decreto-Lei n.º 3/80, *D.R* , Série I-2, nº: 32, 7 de fevereiro).

[118] "Art. 16.º O Ministro da Cultura e Coordenação Científica é coadjuvado, no exercício das suas funções, por um Secretário de Estado da Cultura", **(**Decreto-Lei n.º 290/81, *D.R*, Série I, nº: 236/81, 14 de outubro).

		Suplemento, nº: 169, 25 de julho).	
1985	M.E.C [119]	Lei Orgânica do X Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 497/85 (D.R, Série I, nº: 290, 17 de dezembro).	não
1987	S.E.C [120]	A SEC passa para a tutela direta da Presidência do Conselho de Ministros Orgânica do XI Governo Constitucional Decreto-Lei n.º 329/87, *D.R* Série I 1º Suplemento, nº: 219/87 23 de setembro.	
1995	M.C	XIII Governo Constitucional	

Quadro 1.2. Organização do setor cultural.

Organização do Setor Educativo			
Ano	**Denominação**	**Estrutura Orgânica**	**Ref. Educação Patrimonial?**
1974/75	M.E.C	Decreto lei nº203/74 15 de maio, aprovou a orgânica do I Governo Provisório – Diário do Governo, 1, nº113	não
1975/78	M. Educação e Investigação Cientifica		
1978	M.E.C	Lei Orgânica do II Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto	não

[119] "Art. 17.º - 1 - É criado o Ministério da Educação e Cultura, que compreende os seguintes secretários de Estado: a) Secretário de Estado do Ensino Superior; b) Secretário de Estado da Administração Escolar; c) Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário; d) Secretário de Estado da Cultura. 2 - São integrados no Ministério da Educação e Cultura todos os organismos e serviços anteriormente integrados no Ministério da Educação e no Ministério da Cultura, à exceção do Fundo de Apoio aos Organismos juvenis. 3 - São integrados no Ministério da Educação e Cultura os organismos e serviços anteriormente integrados na Secretaria de Estado dos Desportos, da Presidência do Conselho de Ministros. 4 - É criada no Ministério da Educação e Cultura a Direção-Geral dos Equipamentos Educativos, que resulta da fusão da Direção-Geral do Equipamento Escolar e da Direção-Geral das Construções Escolares, anteriormente integradas no Ministério do Equipamento Social" (Decreto-Lei n.º 497/85, *D.R* Série I, nº: 290/85, 17 de dezembro).

[120] "Art. 28.º - 1 - São extintos os seguintes ministérios: a) Ministério da Indústria e Comércio; b) Ministério da Educação e Cultura.

		Lei n.º 41-A/78, de 7 de março. D.R, 1, nº55	
1978/79	M. E e Investigação Cientifica	Lei Orgânica do IV Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto Lei nº 448/78, de 30 de Dezembro. D.R, 1ª Série nº299	Não
1979/80	M.E	Lei orgânica V Governo Constitucional. Decreto lei 386/79, 19 de Setembro D.R serie I, nº217	não
1980/81	M.E e ciência	Orgânica do VI Governo Constitucional Decreto lei 3/80, 7 fevereiro. D. R serie I, nº32	Não
1981/82	M.E. e Universidades	Orgânica VIII Governo Constitucional, Decreto Lei 290/81, 14 Outubro. Diário da Republica, serie I, nº236	não
1982/85	M.E	Alteração da Lei orgânica do VIII Governo Constitucional, Decreto Lei nº295/82, 28 de julho. D.R serie I, nº336	não

Quadro 2.2. Organização do setor educativo.

Em suma, indicam-se as dinâmicas de alteração e fusão de organismos que foram sendo criados e adaptados em função dos governos e dos seus programas políticos. As múltiplas sucessões e correspondente alteração da nomenclatura dos organismos de apoio cultural geraram alguma confusão. Esta alteração toda deve-se principalmente à agitação política afeta ao período em questão.

Este contexto administrativo poderia ter investido na legislação sobre Educação Patrimonial, uma vez que se trata de um mecanismo de Interpretação Patrimonial muito útil às comunidades locais. A Educação Patrimonial permite fazer a síntese da informação e conectá-la com a comunidade envolvente. Deve ser trabalhada em contextos locais, com uma ou várias estratégias, definidas de modo a realçar o Património Regional. Posto isto, faria muito sentido ter-se anexado à Lei 13/85 um apêndice sobre Educação Patrimonial. Uma vez legislada a temática, seria mais fácil promover uma rede nacional de Educação Patrimonial.

Num contexto em que se acreditava intensamente nos valores da defesa e salvaguarda do Património, como foi o caso do início do período democrático, a Educação Patrimonial, devidamente integrada e conceptualizada ficou arredada das principais linhas de atuação, permanecendo no domínio de uma esfera de atuação muito informal e acima de tudo não institucionalizada. Os vários textos legislativos produzidos quer sobre a matéria cultural, quer sobre a matéria educativa são omissos em relação à Educação pelo Património, constituindo exceção a Lei 13/85 (art.º 49º), mas com uma formulação muito genérica. Constituiu também exceção as ações promovidas pela SEC e que constituem caso de estudo desta dissertação. Mas surgem como uma ação singular, quase única no panorama legislativo e administrativo português e acontecem, como vermos adiante por razões que entroncam em causas diversas. É certo que também a institucionalização do Património Cultural havia entrado numa nova fase na qual era mais relevante promover a sua salvaguarda e conservação. Não se acreditava, em termos legislativos, que a EP fosse o epicentro para a divulgação de uma identidade, fosse ela local, nacional ou mesmo mais vasta. Esse papel coube a entidades de outra natureza e era sobretudo "subentendido" pela matéria legal.

Esta ausência da EP na matéria legal e administrativa promovia algumas reflexões em alguns setores da sociedade que lembravam que "o papel do poder deve ser o de fornecer os utensílios necessários ao desenvolvimento das diferentes culturas regionais, que são essenciais ao equilíbrio da Cultura nacional. Para tal é necessário dispor de equipamentos polivalentes e de um corpo legislativo que promova a criatividade e diversidade cultural, em articulação com os elementos regionais, o que valorizaria as diversas regiões. Este processo iria envolver a participação das comunidades e deste modo seria combatida a alienação dos projetos e a desertificação das ideias"[121]. Estes agentes procuravam, ao mesmo tempo que refletiam e experimentavam e Educação Patrimonial, como veremos adiante, incluir a EP nos contextos escolares e curriculares, como elemento integrante da oferta oferecida pelas escolas, acreditando que esta ferramenta iria ser responsável por incutir valores cívicos e de proximidade com os elementos locais, criando vínculos com o meio local, promovendo afetos e identificação com o meio, desenvolvendo a necessidade de proteção. Acreditava-se que a EP deveria ser articulada com as Leis do Património Cultural, tal como deveria ser promovida em contextos formais de educação, de modo a fornecer às crianças e jovens uma perspetiva da sua Cultura regional e dos elementos patrimoniais da sua aldeia ou vila. Assim seria essencial que

[121] Rasquilho, Rui, *Considerações sobre Património Cultural, in* Abertura da Escola à Comunidade, *s.d,* p. 2. (Arquivo Particular).

a EP tivesse sido institucionalizada, que de facto, não foi. A formação de uma consciência política que promovesse a EP como forma de salvaguardar o Património Cultural não aconteceu no período estudado, embora tenha sido uma época com notórios contributos para a estruturação legal e administrativa do conjunto patrimonial português.

Atualmente, os contextos de educação formal, nomeadamente o Currículo Nacional do Ensino Básico defende que a escola deve conter uma consciência ecológica de modo a preservar o Património Natural e Cultural[123]. Porém aquilo a que assistimos reflete um reforço da Educação Ambiental, estando o Património Cultural inscrito nos conteúdos da disciplina de História de Portugal. Ambas as temáticas se tornam pertinentes no âmbito da valorização dos recursos endógenos, mas o esforço deve ser feito no conhecimento dos monumentos, museus, pormenores da cantaria e as formas tradicionais de trabalhar, as técnicas agrícolas mais tradicionais, as formas de decorar a calçada Portuguesa ou mesmo as danças tradicionais.

Para além dos contextos escolares e formais, a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em atividades de tempos livres, em oficinas, em campos de férias, mini cursos realizados em períodos de férias escolares, visitas guiadas que promovam a participação, *ateliers* de museologia, ou mesmo em campos de trabalho arqueológico em regime de voluntariado. Para tal, basta um pouco de criatividade para oferecer às crianças e jovens esta perspetiva de sensibilização e promoção do seu próprio país. Para que isto aconteça é necessário um esforço político através da promoção de Legislação para Educação Patrimonial, ou mesmo a nível local através do desenvolvimento de atividades em Associações de Defesa do Património, ou mesmo na organização e realização de campos de férias. Com um pouco de empenho e colaboração entre várias entidades locais como as escolas, autarquias, entidades privadas, museus, centros interpretativos e Associações de Defesa do Património é possível delinear estratégias de EP em pequenas escalas, de âmbito local e/ou regional, alargando o espectro Patrimonial a toda a comunidade, de modo inclusivo.

[123] Ministério da Educação, 2001: 15.

CAPÍTULO 3 – Educação Patrimonial em Portugal: Casos de Estudo

3.1. Cronologia dos principais eventos de dinamização da Educação Patrimonial

Os casos que foram alvo de investigação nesta dissertação correspondem a ações decorridas no tempo cronológico deste trabalho. São, portanto, ações que refletem o pensamento nacional face a esta matéria, no seu tempo.

Não conhecemos estudos realizados especificamente sobre estas ações, apenas algumas referências esporádicas às mesmas[125] e mesmo nos órgãos tutelares dos bens patrimoniais, atualmente a DGPC, não há informação que se possa consultar sobre a matéria, nem documental, nem em arquivo. A existir em arquivo, seria na Secretaria de Estado da Cultura, cujos esforços para acesso não produziram resultados positivos, aliado ao facto dos arquivos da SEC terem sido consumidos por um incêndio que deflagrou no edifício que está hoje ocupado pelo Museu de Arte Popular em Belém, Lisboa. Desta forma, e também devido a estas contingências, o acesso aos arquivos privados, e neste caso o de Rui Rasquilho foi essencial para iniciar este processo de conhecimento sobre esta matéria.

Contudo estas ações não surgiram de um vazio de acontecimentos. Pelo contrário, inserem-se numa filosofia que procurou materializar algumas ações em torno da salvaguarda do Património. Apresentam-se alguns acontecimentos chave que testemunham a criação de um contexto favorável ao desenvolvimento destas ações.

- **1977**: (1 a 30 de setembro) - 1.º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural. Participaram 120 professores do ensino preparatório e secundário de todo o país e ilhas, durante 30 dias.
- **1977**- setembro - colóquio da Associação Portuguesa de Museologia, realizado nos Açores.
- **1977 e 1978** (dezembro a janeiro) realização de 6 seminários: (Vila Real, Braga, Coimbra, Castelo branco, Lisboa, Faro. Temas abordados: "O que é o Património Cultural"; "Abertura da Escola à Comunidade".
- **1978 -** De abril a junho: 6 seminários:(Viana do castelo, Bragança, Fundão, Lagos, Figueira da Foz, Lisboa)

[125] Ver, por exemplo, Magrinho, 2017.

- **1978** (março) Sessões especiais para centros de estágios, primeiro o de educação visual e depois o de História, do ciclo preparatório: sessões sobre utilização de unidades didáticas nos programas do ciclo preparatório e ensino secundário.
- **1978 (**maio**)** Congresso Internacional para a Defesa e Investigação do Património em Alcobaça[126].
- **1978 (**julho) Seminário de Dinamização para a Conservação do Património Cultural; sessão de Abertura da Escola à Comunidade.
- **1978** (setembro) Sessão de trabalho sobre Património cultural, destinado a 60 profs de ensino secundário e representantes dos Arciprestados e autarcas. Évora.
- **1978 (**7 a 17 de setembro) – Seminário para 16 professores do secundário no Instituto Superior de Educação Física sobre o tema: Escola, Comunidade e educação permanente.
- **1980**: I Encontro de Associações de Defesa do Património Santarém "Os Professores e a salvaguarda do Património".
- **1980** Campanha Nacional para a Defesa do Património.
- **1980** – Exposição "Património 80" Lisboa, Alcobaça, Galeria da SEC e Dormitório do Mosteiro de Santa Maria.
- **1983**: II Encontro de Associações de Defesa do Património, Braga "As Associações e o Poder".

Em contraste com a ausência de medidas legislativas e de uma institucionalização da Educação pelo Património, entre 1975 e 1985 foram tomadas algumas medidas interessantes no contexto da Educação Patrimonial. Levantaram-se múltiplas e distintas vozes para a defesa do Património Cultural e vários movimentos decorreram simultaneamente. É de destacar o fervor associativista, que desenvolveu uma vasta rede nacional, promoveu modos de atuação local e descentralizados, incentivou a criação de iniciativas de divulgação e salvaguarda, atuando principalmente através do seu dinamismo e proximidade com a população. Simultaneamente, a Secretaria de Estado da Cultura, através da Direção Geral do Património Cultural, promoveu várias ações para professores, sobretudo do ciclo preparatório e do ensino secundário, que estiveram no cerne da sensibilização de largas centenas de professores dos mais variados pontos do país. Estes cursos, formações e seminários foram promovidos para

[126] Este foi o 1º Congresso Internacional que houve no país sobre o tema do Património. Nele participaram numerosos professores de Ciências Humanas/ Sociais; arquitetos; historiadores, etc.

professores, autarcas e membros da Igreja. O objetivo destas iniciativas era dar ferramentas aos docentes e ao público interessado para que pudessem transmitir, de forma alargada, as principais noções relativamente à defesa do Património Cultural. Ou seja, o objetivo era formar o maior número de professores possível, de todo o país, para que pudessem trabalhar estas temáticas com os seus alunos e assim difundir a mensagem da salvaguarda e proteção do Património cultural a um maior número, sendo as crianças e jovens o foco principal, uma vez que representavam a chave do futuro, assumindo-se como futuros consumidores culturais.

Selecionei alguns casos de estudo que dizem respeito a projetos desenvolvidos em contexto pedagógico que visaram a dinamização do Património Cultural em Portugal. Os dados que apresento foram recolhidos no âmbito da consulta do arquivo privado de Rui Rasquilho. O acesso aos documentos foi complementado pela realização de uma entrevista que decorreu a 6 de Abril de 2017, na casa do entrevistado em Aljubarrota.

Durante a sua atividade, Rui Rasquilho ficou encarregue da dinamização de alguns cursos e projetos culturais e fez questão de guardar a documentação original, constituindo atualmente um arquivo privado de grande riqueza informativa sobre estas questões.

Cabe-me então passar à análise detalhada de cada um destes projetos, de modo a esclarecer a sua relevância no contexto da EP em Portugal.

3.2. 1.º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural

As primeiras grandes iniciativas pós revolução decorreram em 1975. Tratam-se de vários cursos livres dinamizados pelo professor Jorge Henrique Pais da Silva por ocasião do Ano Europeu do Património Arquitetónico. Estes cursos foram influenciados pela *Carta Europeia do Património Arquitectónico* que procurava desenvolver esforços entre os diversos países europeus para a sensibilização da opinião pública para os valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, fossem eles urbanos ou rurais[127].

Os cursos de Jorge Henrique Pais da Silva visavam o Património Arquitetónico, porém levaram o autor a desenvolver uma perspetiva mais abrangente, dando origem ao texto "Pretérito Presente", postumamente editado, que serviu de base teórica a toda uma geração de profissionais que procurassem salvaguardar o Património Histórico- Artístico português.

Um pouco mais tarde, em 1977, foi promovido um grande curso na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este curso é conhecido como o 1.º Curso de Dinamização para a

[127] Carta Europeia do Património Arquitectónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de setembro de 1975.

Defesa do Património Artístico e Cultural, cujo tema central insidia sobre a "Escola e a Salvaguarda do Património Cultural."

O curso surgiu de uma conversa na FLUL entre o professor Pais da Silva e o então estudante Rui Rasquilho, ambos defensores da valorização do Património Histórico e Artístico português. Pais da Silva havia participado ativamente no amplo debate sobre o Património Cultural que, desde o final dos anos 60 do século XX, emergia pela Europa. O Ano Europeu do Património Arquitectónico, comemorado em 1975, tinha contado com a participação de Pais da Silva que havia sentido a necessidade de promover uma maior consciencialização sobre a matéria. Neste contexto, foi considerado pertinente aumentar o círculo de defensores e adeptos das questões culturais e patrimoniais. Para tal, seria importante formar professores, para que estes pudessem difundir a mensagem entre os alunos e desta forma aumentar exponencialmente o número de pessoas a contactar com estes temas.

Este curso foi coordenado por Rui Rasquilho, a convite de Jorge H. Pais da Silva, e integrou professores de todo o país. Incluía casos práticos e exemplos para depois serem aplicados em contexto escolar. O curso teve a duração de um mês, com horário completo (manhã e tarde) e decorreu durante todo o mês de setembro de 1977, de forma intensiva. Nele foram desenvolvidos elementos com uma componente teórica, prática e exemplos de visitas, que pudessem ser replicadas pelos professores.

Segundo Rui Rasquilho, tratava-se do primeiro curso, da primeira ideia de sensibilização e formação de professores para o Património Cultural e Artístico e como tal não havia preconceitos ou pré-conceitos, entraves burocráticos ou administrativos que dificultassem a sua realização. O curso "era um pássaro que não podia ser afetado por predadores nem caçadores"[128] devido ao seu teor inovador. O tema e o curso apresentaram uma evolução gradual e segura de si mesma, devido à sua estrutura, organização e programa, onde foram empregues diversas ferramentas para começar a sensibilização sobre o Património. O objetivo era a promoção da diferença face ao que era empreendido no regime político anterior, pois vivia-se num contexto em que se acreditava ser possível mudar, em que se tinham as ferramentas para a alteração dos paradigmas sociais e políticos e para a definição de algo que se pretendia ser estruturante, de modo a cimentar a consciência Patrimonial no futuro.

A perspetiva recolhida através da entrevista realizada, refere o período do curso e os meses sequentes como um período inaugural, quase com um sentimento heroico, o que confere imenso destaque aos acontecimentos. Tratando-se da primeira grande experiência que

[128] Entrevista a Rui Rasquilho, realizada a 6 de abril de 2017.

pretendia levar às escolas e às crianças umas noções básicas sobre o Património e como poderiam intervir na sua preservação, usufruto e salvaguarda. Pretendia-se criar uma maior proximidade com estas temáticas e valorizar a memória coletiva refletida tanto nos elementos quotidianos como nos monumentos nacionais.

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi a entidade que acolheu o curso e que o integrou na totalidade, sem constrangimentos. Os professores envolvidos na dinamização do curso acreditavam que era importante conservar a memória do povo português e evitar a sua manipulação por parte do poder.

A divulgação do curso ficou a cargo da Secretaria de Estado da Cultura e do Ministério da Educação e Investigação Científica, o que permitia que a informação chegasse de um modo mais alargado às escolas, gerando um aumento no número de inscrições de professores.

Este curso intensivo foi o exemplo e o mote para os restantes que se foram promovendo por todo o país, incluindo nos Açores e na Madeira, sendo que até aos anos 80 foram realizados cursos mais pequenos e em vários locais, que reproduziram o curso lecionado na Faculdade de Letras. Estes cursos apresentavam a duração de uma semana, mas também foram realizados cursos mais sucintos, tendo a duração de um dia apenas, funcionando como ações de formação. Graças a estes cursos e ações de formação, entre 1977 e 1980 foram formadas centenas de professores.

Através da documentação analisada e da entrevista a Rui Rasquilho, foi possível obter a lista dos formadores de um curso realizado em Évora entre os dias 4 e 13 de Setembro de 1978. Os professores envolvidos no Curso de Évora foram os mesmos formadores do Curso da Faculdade de Letras. Apresenta-se em seguida o programa do Curso e os formadores convidados.

Programa, Temas e Oradores:

Dia 4 de setembro

- 9-12.30h – *Defesa do Património Cultural (*Secretariado), Dr. Jorge Henrique Pais da Silva e Dr. Rui Mário Gonçalves
- 15-17-30h – *Identidade Cultural*, prof. António José Saraiva
- 21-23h – Trabalho de Grupo em Mesas Redondas

Dia 5 de setembro

- 9.30-12h – *Defesa do Património Natural*, Arq. Ribeiro Teles
- 15-18-30h – *Problemas Ecológicos,* Equipa da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)

- 21-23h – Filmes

Dia 6 de setembro

- 9-12.30h – *Artes Decorativas*, Dr. Luís Teixeira
- 15-18-30h – *Literatura Oral,* Dr. Jorge Adragão
- 21-23h – Trabalho de Grupo

Dia 7 de setembro

- 9.30-12h – *Problemas de Museologia*, Dra. Alice Chicó
- 15-17.30h – *Restauro e Conservação*, pintor Abel de Moura
- 21-23h – Trabalho de Grupo

Dia 8 de setembro

- 9-12.30h – *Arte Popular,* Dr. Hélder Pacheco
- 15-18h – *A Influencia do Árabe no Alentejo*, Dr. Borges Coelho
- 21-23h – Trabalho de Grupo

Dia 9 de setembro

- 9.30-12h – *Defesa do Património Arquitetónico,* Arq. Fernando Peres
- 15-17.30h – *Defesa do Património Cultural*, Dr. Nunes de Oliveira
- 21-23h - Filmes

Dia 10 de setembro

- 9-12.30h – *Urbanismo,* Dr. Jorge Gaspar
- 15-18.30h – *Conservação Integrada*, Dr. Cláudio Torres
- 21-23h – Trabalho de grupo

Dia 11 de setembro

- 9-12.30h – *Arqueologia,* Dr. Vítor Gonçalves
- 15-18.30h – *Composição do Texto Antigo,* Dr. Ivo de Castro
- 21-23h - Trabalho de grupo

Dia 12 de setembro

- 9-12.30h – *Escola, Museu e Comunidade*, Dr. Rui Rasquilho
- 15-18.30h – *Conservação de Documentos,* Dr. Maria Alves
- 21-23h - Trabalho de grupo

Dia 13 de setembro

- Conclusões

O curso destinava-se a professores, párocos e autarcas, devendo os professores frequentar a totalidade do curso. Os temas de especial interesse para os párocos seriam divulgados nos dias 8 e 9, e para as autarquias nos dias 9 e 10. Esta organização deve-se ao enquadramento das temáticas, sendo elas importantes para determinado tipo de público, de forma a transmitir eficazmente a mensagem e criar estratégias de atuação prática.

A adesão ao curso foi elevada, sendo a maioria dos participantes formados em História. Os dias 4, 5 e 6 de Setembro corresponderam ao período introdutório do curso. Os dias 7, 8 e 9 corresponderam à divulgação dos temas abordados. Os últimos dias eram destinados à abordagem de temas especiais. O curso não tinha avaliação, pois era um curso livre, em que o objetivo era aumentar a formação dos docentes e sensibiliza-los para a área em destaque. Desse modo incentivavam-se os valores de camaradagem, liberdade e prazer de aprender. Pretendia-se que cada docente pudesse difundir entre os seus alunos a mensagem de proteção da memória coletiva de forma eficaz.

O curso de Évora tornou-se importante porque concentrou em 10 dias o que foi tratado no curso realizado na FLUL.

O programa do 1.º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural, e o de todos os restantes cursos realizados pela mesma organização, eram definidos por Pais da Silva e por Rui Rasquilho, sendo inspirados nas grandes conferências internacionais às quais Pais da Silva assistira. Deste modo eram referenciadas as Cartas de Atenas (1931), de Veneza (1964), e a Declaração de Amesterdão (1975).

O programa proposto para este curso radicava na experiência pessoal dos seus organizadores que estavam próximo das realidades escolares, no que diz respeito à falta de uma abordagem patrimonial nas escolas.

Os cursos focavam todos os tipos de Património, abrangendo mesmo as categorias de Património Imaterial, que na época detinha outra designação, tratando-se de Património Etnográfico, ou mesmo folclore. Após os anos 80 intensificaram-se as discussões sobre os centros Históricos e iniciava-se também a abordagem sobre Património Imaterial, já com esta designação.

Nestas formações era promovida a utilização de ferramentas pedagógicas para que os docentes as utilizassem de futuro com os seus alunos. Estas ferramentas eram bastante diversificadas. Incluíam fichas, slides para projeção, fotografias comparativas (exemplos de "antes" e "depois" de uma intervenção de salvaguarda patrimonial), jogos, planeamento de visitas de estudo, KITs de Educação Patrimonial, etc. Todos estes elementos podiam ser utilizados em contexto de sala de aula e com alunos de diversas faixas etárias, no entanto

deveriam ser aplicados consoante os diversos níveis de dificuldade aos diferentes graus de ensino.

O Curso envolveu diferentes docentes, internos e externos à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um deles foi Pedro Barbosa[129], cujo contributo se refletiu na organização do curso. Através da entrevista foi possível perceber o alcance e a projeção do curso no panorama cultural português.

O 1.º Curso de Dinamização do Património Histórico-Artístico integrou professores de vários pontos do país e os seus conteúdos e aprendizagens foram refletidas em diversos contextos, nomeadamente o que aconteceu em Coimbra na Faculdade de Ciências e Tecnologia. Neste caso, o que importa destacar é a ação do serviço educativo do Museu e Laboratório Antropológico, que pretendia aumentar os quadros do Museu e iniciar atividades dos serviços educativos. O Museu pretendia criar uma maior integração das populações locais, que geralmente não detinham contacto com as universidades e consequentemente também não o teriam com o Museu da Universidade. Para a realização deste projeto seria necessário o destacamento de um profissional em comissão de serviço, em pareceria com a Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário e da Secretaria de Estado da Cultura. No seguimento da participação no 1º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural, a candidatura de Maria Ivone da Paz Soares anexava o seu certificado de participação no curso[130]. Por conseguinte este curso não só serviu como elemento de formação base para que os profissionais da área conhecessem as potencialidades do Património Cultural Português, como pôde servir também de elemento diferenciador entre currículos para a ocupação de um cargo, nomeadamente este, de responsável dos serviços educativos do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

3.3. Seminários Regionais

No seguimento do 1.º Curso de Dinamização do Património Artístico e Cultural surgiram vários seminários regionais que pretendiam difundir entre um público mais alargado, as atividades e os conhecimentos neles adquiridos. Os seminários regionais pretendiam fazer

[129] Professor da Faculdade de Letras envolvido na dinamização do 1º Curso. (Entrevista realizada a 28 de junho de 2017, na Faculdade de Letras da UL).

[130] O certificado em questão encontra-se no anexo a).

chegar o conhecimento aos diferentes distritos do país, descentralizando a informação e o conhecimento sobre as problemáticas patrimoniais.

Os seminários incluíam pequenos cursos temáticos para professores: Arte Popular, Urbanismo, História de Arte, Abertura da escola à Comunidade, relação Escola/Museu, Literatura Oral, Artesanato, Defesa do Património, Ecologia, entre outros sendo as temáticas definidas de acordo com a necessidade regional. Aproveitava-se esse período para inaugurar uma exposição escolar, quando esta fosse preparada. Deste modo intensificava-se a ligação escola/comunidade. Tendencialmente os seminários incluíam sessões abertas à população, projeção de filmes ou documentários e comunicações que refletissem sobre a salvaguarda da nossa herança cultural.

Acreditava-se que esta metodologia permitia desenvolver ações regionais promovendo simultaneamente a inclusão de elementos locais. Segundo esta lógica cooperavam duas estratégias: A primeira dizia respeito à ação dos professores sobre os alunos, assumindo-se como um processo lento de sensibilização participativa, uma vez que se tratava de uma aprendizagem de raiz, que daria frutos no futuro, formando uma geração de futuros consumidores culturais, que ficariam com aptidão e sensibilidade para as temáticas da Defesa Patrimonial. A segunda estratégia prendia-se com a ação da escola sobre a comunidade, sendo promovida através de seminários inclusivos, de modo a expandir mentalidades e torná-las sensíveis, na medida do possível.

"Estas acções de defesa do Património se continuarem, se se estruturarem e crescerem contribuirão seguramente para evitar a cilindrarem cultural do país (...)pela afirmação consciente da identidade cultural das regiões.[131]" Esta valorização regional seria fundamental para a promoção de uma identidade local.

Destes seminários regionais tive acesso ao relatório detalhado de atividades sobre o Seminário do Natal e da Páscoa com o seguinte título: *Relatório de atividades: Relação das actividades entre os Seminários do Natal e o da Páscoa,* referentes aos seminários realizados em Vila Real, entre dezembro e janeiro 1977 e 1978 e em Abril de 1978.

Os seminários regionais inseriam-se no âmbito do Programa "Acções de Defesa do Património", que decorreu entre 1978 e 1979. Este programa tornou-se uma referência nacional devido à sua vasta oferta de conteúdos programáticos de Educação Patrimonial e à sua abrangência territorial.

---

[131] Rasquilho, Rui (1978), *Vamos defender a nossa Herança Cultural, Abertura da Escola à Comunidade*, p 3. Documento policopiado (arquivo particular de Rui Rasquilho).

Os seminários foram organizados em dois grandes períodos, sendo o primeiro correspondente ao mês de dezembro e janeiro de 1977-1978 com seminários em Vila Real, Braga, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Faro. O segundo conjunto de seminários foi realizado entre abril e junho de 1978, nas localidades de Viana de Castelo, Bragança, Fundão, Lagos, Figueira da Foz e Lisboa. Os seminários focavam os temas: "Abertura da Escola à Comunidade" e "O que é o Património Cultural?"

O documento em análise insere-se nos dois períodos de seminários, uma vez que o Natal corresponde à primeira fase e a Páscoa integra-se na segunda fase. Posto isto, na primeira fase foram promovidos sete seminários ao invés de seis.

O relatório de atividades inicia-se com um texto de Lourenço Alves[132], com uma breve descrição das atividades realizadas em âmbito escolar, desenvolvendo competências no levantamento bibliográfico, visitas dos monumentos e exploração das temáticas da salvaguarda e proteção patrimonial e investigação sobre a história oral. Também foram definidas as atividades extra escolares, destacando-se a divulgação e contacto com outras entidades, comunidades e pessoas locais, de modo a promover e divulgar o seminário e as suas atividades.

Programa do seminário da Páscoa em Viana do castelo:

Dia 5 de abril de 1978- Quarta-feira

- 9.30h - Liceu Nacional: abertura pelo Secretariado Nacional
- 9.45h – Projeção de filmes *Defesa do Património Arquitetónico Europeu; Solares Portugueses; Interior da Casa Portuguesa*
- 11.00h:- Comunicações

- *Duas Igrejas – Monumentos esquecidos: S. Cláudio de Nogueira e Paroquial a Montaria.*
- *Necessidade de Inventariação e defesa da Arte Popular Religiosa: Cruzeiros, Nichos e Lápides Funerárias.*
- *Museificação do Património Artístico das/nas igrejas da cidade.*

- 12.00h: *O Museu regional e a sua importância na vida actual*
- 14.30h: Paço de Anha: *Defesa da Pureza do traje*
- 15.30h: *Valorização dos Solares*
- 16.30h: Visita ao paço.

[132] Lourenço Alves era docente na escola de Viana do Castelo em 1978.

Dia 6 de abril de 1978 – Quinta Feira

- 9.30h: Escola Preparatória Frei Bartolomeu dos Mártires - Relatórios das atividades exercidas pelos participantes nos Seminários do Natal realizado em Braga.
- 10.00h: *Passado Cultural de Viana, numa óptica do presente (sua defesa e conservação*).
- 14.30h: *O Eco-Museu deCaminha uma experiencia nova* - .
- 15.30h: *A Necessidade de recuperar o Arquivo Distrital de Viana do Castelo; O Estado de abandono das igrejas de S. Francisco do Monte e do Santo António,* por
- 16.30h: - Projetos para o futuro e conclusão.

O relatório de atividades continha, juntamente com o programa, os textos das conferências apresentadas. Seguidamente apresento uma síntese dos principais tópicos abordados.

A primeira conferência era referente ao plano de instalação de uma exposição permanente de objetos de arte sacra na sacristia anexa da Sé de Viana, incluindo todos os procedimentos para a sua realização.

O Padre Manuel Dias[133], na sua conferência sobre as duas igrejas como monumentos esquecidos, refere que estes não se encontravam nas preocupações da Câmara Municipal. Ainda que fossem referidas no *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios do M.N*. n.º 50, e no *Guia de Portugal – Entre-Douro-e-Minho*, encontravam-se ao abandono. Também refletia sobre a necessidade de inventariação e defesa da arte popular religiosa, nomeadamente os Cruzeiros, Nichos, e Lápides Funerárias.

A conferência seguinte foi sobre o conceito de Museu Regional e a sua relevância no presente[134]. Destacando-se também as dinâmicas de centralização/descentralização. Neste sentido a "cultura não pode hoje centralizar-se, como antigamente (...), deve proceder-se a uma descentralização cada vez maior permitindo a intervenção em crescente escala de todas as camadas das populações para que se possa efetivamente encontrar meios de combater ou travar esta desordenada marca de degradação do meio em vivemos (...)"[135]. O êxodo das populações rurais só iria contribuir para o isolamento das povoações, que por falta de população residente perderiam as suas tradições culturais. O autor defendia que para contrariar este movimento

[133] Pároco de Nogueira, em Trás-os-Montes.
[134] No presente da época, referindo-se a 1979.
[135] *Relatório de atividades, 1978: 8.*

demográfico era necessário investir na formação dos mais jovens e sensibilizá-los para estas temáticas. A formação cultural, cívica e artística dos jovens torna-los-ia mais interessados e mais conscientes. Estas valências permitiriam que eles assumissem mais responsabilidades cívicas, de modo a representar as suas tradições regionais.

A evolução do conceito de Museu também foi tratada na conferência, uma vez que "a evolução do conceito de Museu, segundo o qual ele deverá ser encarado, deixando de ser só uma exposição estática e clássica para ser, uma instituição viva e acessível a todos" [136]. Segundo esta lógica o Museu deveria "abordar temas sociais, artísticos e políticos, de modo a ser abrangente a todas as camadas de população, permitindo-lhes lutar pelo amanhã com o conhecimento exato do terreno que pisam"[137]. Como polo cultural o Museu deveria promover a educação através da sua linguagem própria, de modo a dar a conhecer os problemas ambientais, quer a nível rural como urbano. Uma vez que "o objectivo (…) é fornecer a cada individuo o máximo de elementos de informação obtidos cientificamente e tendo em conta os factores sociais, económicos e políticos[138]."

A conferência seguinte deu a conhecer o Ecomuseu de Caminha, apresentando-o como um "centro de atividades culturais que certos poderes constituídos de certa população concebem, criam e exploram em conjunto"[139]. Para o conferencista, o Ecomuseu de Caminha deveria ser "um espelho onde esta população se comtempla para aí se reconhecer a si própria e onde ela procura a explicação do território a que está ligada".

Este conceito deriva da Nova Museologia francesa que se fez sentir nos anos 1980, fruto do movimento pós-colonial e das novas experiências de vanguarda aplicadas aos museus[140]. Este fenómeno pretendia uma maior participação da comunidade local na procura das raízes da cultura, fosse ela rural ou industrial. Deste modo procurava-se um contacto íntimo como com a memória coletiva, que pretendia ser inclusiva. Esta nova tipologia assentava nos princípios base da Etnologia[141].

Em Portugal, a aplicação do conceito de Ecomuseu seria tanto melhor recebido quanto maior fosse o esclarecimento e divulgação dos conteúdos do espaço e das suas valências através

[136] *Relatório de atividades, 1978: 8.*
[137] *Relatório de atividades, 1978: 8.*
[138] *Relatório de atividades, 1978: 9.*
[139] *Relatório de atividades, 1978: 9.*
[140] Mairesse, 2002: 101.
[141] Brulon, 2015: 1.

de sessões culturais para a comunidade. Estas sessões poderiam ser de temática variada, de forma a estimular o interesse da população.

A apresentação seguinte foi de Maria João Vasconcelos, conservadora do Museu de Guimarães, que defendeu a ideia de preservação dos diversos elementos patrimoniais e não exclusivamente os bens de museu ou com maior destaque. Defendia também que um Ecomuseu deveria ser um museu do homem e da natureza, como também poderia ser um museu do tempo e do espaço, "na medida em que ajuda a preservar e a dar valor ao Património da Cultura e da natureza da população a que diz respeito. É um laboratório na medida em que é matéria para estudos teóricos e práticos à volta daquela população e do seu meio ambiente.[142]"

O Padre Lourenço Alves desenvolveu alguns tópicos sobre Ecomuseus, que aprendeu no Curso de Setembro (1º Curso de Dinamização do Património Artístico e Cultural), em Lisboa e no Seminário do Natal, em Braga[143].

Apesar da predominância do tema Ecomuseu, o seminário abordou outras temáticas, como a importância do traje na definição da cultura local. Também se destacou a importância do artesanato ou mesmo a valorização dos solares. O Seminário encerrou com a apresentação de um plano de futuras atividades.

O documento seguinte diz respeito ao Seminário da Páscoa, para professores dos ensinos preparatório e secundário das zonas de Lisboa, Santarém e Setúbal, que decorreu entre 22 e 24 de abril de 1978.

A lista de participantes e o programa seguem em anexo, de modo a simplificar a leitura[144]. Os trabalhos decorreram na Escola Industrial Marquês de Pombal. No decurso do seminário foram distribuídos alguns textos aos participantes, nomeadamente os Estatutos da Associação de Defesa do Património de Sintra; Documentação da Secretaria de Estado da Cultura sobre a Defesa do Património Cultural; "Castelos, Palácios e Igrejas, um Património a defender" – algumas notas a acompanhar a exposição com o mesmo nome e por fim alguma informação sobre os subsídios audiovisuais concedidos pela SEC, através de empréstimos de material.

O seminário iniciou-se com as palavras dos representantes do secretariado, que realçaram os aspetos da descoberta e divulgação do conhecimento local, de modo a ampliar as bases de apoio. Para tal sugeriam o intercâmbio de ideias, saberes e experiências, seguindo um fio condutor, previamente delineado pelas entidades competentes.

---

[142] *Relatório de atividades: Relação das actividades entre os Seminários do Natal e o da Páscoa, 1978: 9* (arquivo particular).

[143] *Ibidem*: 20-21.

[144] Veja-se o anexo b).

No decurso da conferência foi destacada uma iniciativa semelhante ao seminário que estava a decorrer. Iniciativa esta que fora promovida pela Direção Geral do Património Cultural, realizada em Lisboa nas instalações da Biblioteca Nacional, entre os dias 12 e 15 de outubro de 1977. Tratou-se da Semana de Trabalho sobre conservação de documentos gráficos para bibliotecários e arquivistas de todo o país, englobando trinta participantes.

Algumas das conclusões deste ciclo começaram logo a ser desenvolvidas de modo a preservar os documentos, nomeadamente a criação de um centro de investigação, conservação e restauro. Para além da criação deste centro, foram previstos seminários regionais sobre a conservação de documentos gráficos para bibliotecários e arquivistas. O objetivo era sensibilizar os responsáveis locais para a tomada de medidas urgentes no campo da conservação e restauro de documentos. Os seminários iriam realizar-se de um modo descentralizado por todo o país, de junho a novembro de 1978, incluindo cerca de 130 pessoas.

Em suma, "gritar pela defesa do Património Cultural sem uma definição de objetivos, sem um enquadramento das actividades em projectos bem estruturados e delineados e em instituições verdadeiramente operantes, é continuar a assistir, embora de olhos abertos, à ruína, à destruição dos bens que nos pertencem e que devemos legar intactos às gerações vindouras"[145].

Seguidamente apresento uma síntese das atividades desenvolvidas nas diferentes escolas, com os professores responsáveis e o relato das atividades promovidas.

Escola	Professores responsáveis	Relato oral / escrito	Atividades
Amora **Escola Preparatória Paulo da Gama**	- Maria Antónia Aleixo Pinto de Matos - Maria Elvira Duarte Ganda Evaristo - Horácio Augusto Peixeiro	escrito	- Inventariação - Fichas, desenhos e fotografias - Visitas - Exposição dos trabalhos dos alunos A experiência iniciada com poucos professores foi divulgada e estendida a mais docentes.
Odivelas		oral	- Visitas de estudo - Preparação de uma exposição
Santiago do Cacém		oral	- Levantamento fotográfico do Castelo - Objetivo – criação de um museu escolar
Almada		oral	- Trabalho de dinamização da escola

[145] *Seminário da Páscoa:* 9 (arquivo particular).

			- Programação dos Estatutos Sociais da História - Levantamento das associações de cultura e recreio; transportes e órgãos do poder local; indústria e comércio; monumentos da região - Estudo sobre o urbanismo e espaços verdes - Preparação de uma exposição para Maio
Cacém		oral	- Recolha de brinquedos, cerâmicas e mascas - Preparação de uma exposição
Setúbal		oral	- Não houve trabalho de interligação - Sensibilização - Inventariação dos tipos de barcos - Preparação de uma exposição para Maio - Levantamento dos monumentos locais - Estabelecimento de contactos com o Museu - Apresentação de 2 exposições: Pesca e Agricultura; Origem e Evolução do Homem.
Tomar		oral	- Realização de uma exposição (através da escola) - Fora da escola: - exposição de espeleologia com fotos do C.I.E.S. - Projeção de filmes -Pedidos de classificação de alguns monumentos. - Quase terminado o "Roteiro das Festas do Espirito Santo em Portugal" – inclui trabalhos de inventariação, significação e ramificações das Festas do Espirito Santo. - Lançamento de "Acção de Santa Iria".
Lisboa **Liceu D. Dinis**	Pedro Alboim A. M. Paula	oral	- Sensibilização dos alunos - Pedro Alboim Jorge realizou um inventário artístico da margem esquerda do Guadiana - A M. Paula com os alunos fez o levantamento dos edifícios com interesse (objetivo de estudo da evolução da malha urbana).

Lisboa, Sintra, Entroncamento e Abrantes **Grupo de Lisboa**		escrito	- Não houve trabalhos de conjunto: motivos: dispersões, ocupações, estágios e conclusões de cursos. -Sensibilização e dinamização: inquéritos; levantamento das estações de caminho de ferro dos séculos XIX; Levantamento de actividades culturais (artesanato, folclore, medicina caseira, teatro em Abrantes); - Visitas a Museus - Levantamento de traje antigo de Alcanena. - Passagem de filmes sobre a defesa do ambiente e Património Artístico. - Entroncamento: realizou uma exposição sobre a origem do Homem. - Preparação da exposição "A Arte rupestre no Vale do Tejo" - Comunicação sobre a igreja e convento de Santa Iria Tomar.
Lisboa **Escola Marquês de Pombal**		oral	- Relação com as aticidades anteriores: - Visitas de estudo ao Museu da Escola - Sensibilização de alunos e profs - Pesquisas sobre as peças a expor - Inventariação das peças do museu da escola
Sintra		oral	Programação para Outubro de uma exposição de rendas portuguesas, com o possível apoio da D.G.P.C para a conceção de subsídios e solicitação de peças a particulares.

Quadro 3.3. Síntese das atividades realizadas

No decurso do seminário ficaram apresentadas algumas sugestões para o encontro de julho a realizar em Lisboa, na Escola Industrial Marquês de Pombal. As comunicações deveriam ser apresentadas por escrito, de modo a ficar registado os seus conteúdos de forma duradoura. Os temas do próximo encontro seriam: *O Artesanato e a História da encadernação e as suas técnicas*.

Das comunicações apresentadas por escrito é possível aferir o que foi abordado e as temáticas discutidas.

José Godinho da Silva, professor no Liceu Nacional de Sintra, apresentou a Igreja de Santa Iria de Tomar. Elaborou uma extensa descrição dos dados que se conhecem sobre a igreja de Santa Iria e como tal, descreve a austeridade da vida monacal das clarissas. Após dar conhecimento da História da igreja e do seu estado de conservação, José Godinho apresenta uma sugestão de salvaguarda do imóvel, que teria de contar com o apoio da DGPC e da SEC. Neste sentido propunha-se a: 1) fazer o levantamento de todo o conjunto; 2) elaborar plantas, corte e alçados de todo o conjunto; 3) elaborar um ficheiro exaustivo do conjunto e de cada peça; 4) sugerir nova classificação, global de todo o conjunto, como Monumento Nacional; 5) salvaguardar o Património do interior da igreja; 6) demarcação com precisão da área de proteção ao monumento, não esquecendo os critérios de Conservação Integrada.

A conferência seguinte refletiu sobre a região de Trás-os-Montes, mais concretamente Vilar de Izeu, uma pequena aldeia que tem sofrido processos de vandalismo consecutivos. Do Património Cultural da aldeia apenas restam os vestígios da muralha e uma torre de menagem, uma vez que as suas pedras foram sendo gradualmente roubadas. O pelourinho da localidade foi transferido para Chaves de modo a evitar o seu furto ou destruição.

Deste seminário apenas foram recolhidas estas comunicações, as restantes não foram entregues por escrito.

Antes de encerrado o seminário ainda foi explicada a essência da exposição "Castelos, Palácios e Igrejas, um Património a Defender", que nasceu de uma sugestão de um professor que participou no seminário. A seleção dos elementos que iriam integrar a exposição tinha de respeitar alguns critérios, tais como: os monumentos selecionados tinham de integrar a lista de monumentos restaurados pela DGMN; tinham de ser representativos dos fins visados, ou seja, os seus restauros deviam ser distintos (consensuais ou polémicos), de modo a promover a discussão; os monumentos em causa teriam de ser reflexo do passado e ser analisados de modo a sensibilizar os alunos para a necessidade de não deixar apodrecer esse mesmo passado, escrito nos monumentos; era importante incutir a necessidade de restauro e a hipótese de conterem finalidades dignas. Este seria então um trabalho experimental, que iria valorizar as técnicas e critérios de restauro. Tudo isto seria visível ao longo da exposição, tendo em conta que os restauros excessivos, muitas das vezes, levaram à destruição de boas peças, simplesmente pela pretensão puritana de restaurar a traça primitiva, gerando debate sobre a Conservação Integrada[146].

[146] *Seminário da Páscoa para professores dos ensinos preparatório e secundário das zonas de Lisboa, Santarém e Setúbal,*1978: 18 (arquivo particular).

Ainda no âmbito do seminário da Páscoa foram desenvolvidas propostas de classificação de alguns monumentos. Paralelamente, foi proposto à Câmara Municipal de Lisboa a mudança do nome de uma rua, para Rua Mestre Leopoldo Battistini, pintor e ceramista, 18864-1936, devido à sua importância enquanto artista e pelo seu contributo para a cidade de Lisboa, uma vez que restaurou um grande número de azulejos e imoveis pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa.

Em termos de documentação do arquivo selecionado[147], apenas constam estes dois exemplares da vasta realidade de seminários que aconteceram por todo o país nos dois grandes períodos, o do Natal e o da Páscoa entre 1977 e 1978. Estes seminários estavam integrados no "Programa Acções de Defesa do Património". Este programa foi bastante ambicioaso e incluiu vários projetos dentro da mesma designação. Foram promovidas conferências e textos de apoio, tendo em conta que o programa incluiu o projeto *Abertura da Escola à Comunidade* tal como os seminários regionais.

Os seminários foram acompanhados com um documento anexo, chamado de *KIT*, publicado pelo ICOM, intitulado *Working Party on Kids*[148] e datado de 1973. O KIT encontrava-se disponível em três línguas, sendo elas o sueco, francês e espanhol. As imagens e ilustrações são o elemento fundamental do KIT de atividades de salvaguarda do Património, tornando-se exemplificativo das iniciativas que pretende demonstrar.

O KIT é um conjunto de atividades imaginado para ser produzido em serie, ser apresentado e vendido às escolas, uma vez que era representado como uma unidade de resposta às necessidades específicas no que diz respeito ao ensino. O tema da atividade foi previamente concebido, de modo integrativo, ou seja, promovendo a junção de várias temáticas, criando pontos de debate através do mesmo objeto ou realidade. "A escolha do tema e a seleção dos elementos que compõe cada unidade são o resultado de uma intima colaboração entre os especialistas dos museus, da pedagogia e de outras disciplinas, que tiveram em consideração as necessidades dos utilizadores desses espaços e de potenciais visitantes ou usufruidores do kit"[149].

Em suma, o KIT contém vários elementos:

1. Objetos e mostras originais
2. Representações de alguns objetos: cópias, imagens, esculturas, reproduções ou modelos, para mostrar aos alunos como se pode explorar um elemento de diversas formas

[147] Refiro-me ao arquivo particular do Dr. Rui Rasquilho.
[148] Documento disponível para consulta no anexo c).
[149] ICOM, *KIT: Working Party on Kids:* 7 (arquivo particular).

e que o importante é o discurso sobre o mesmo objeto, podendo ser analisado segundo diversas interpretações e daí se retirarem conclusões diferenciadas, tendo em conta que há diversas formas de debater um problema ou um objeto. Neste sentido as ilustrações do KIT são fenomenais e refletem estas palavras de modo muito mais simples e elucidativo.

3. Meios audiovisuais, diapositivos, filmes, gravações, cassetes, projeções, música, relatos áudio
4. Materiais complementares: mapas geográficos, diagramas, desenhos, fotografias, escalas
5. Materiais consumíveis: fichas de trabalho, recortes, trabalhos manuais, corta e cola
6. Sugestões para melhor usufruto do KIT, tanto a nível metodológico, didático como a nível de aspetos práticos.

O KIT estava embalado de forma a ser portátil, tanto para as demonstrações do mesmo como para a exibição dos seus elementos. Deste modo assegurava-se a comodidade e facilidade no seu transporte, bem como a segurança dos seus elementos. Pretendia-se que o KIT fosse encarado como uma ferramenta auxiliar para professores, podendo ser desenvolvidas inúmeras aulas e múltiplos pontos de vista tendo em conta os objetos a explorar.

3.4. Programa "Acções de Defesa do Património" / Projeto Abertura da Escola à Comunidade"

O programa "Acções de Defesa do Património" também incluía o projeto "Abertura da Escola à Comunidade". Este projeto encontra-se presente em vários documentos, nomeadamente num texto escrito por Rui Rasquilho intitulado: "Vamos defender a nossa Herança Cultural", tendo como subtítulo: "Como pode a escola ajudar a desenvolver acções de defesa do Património Cultural? Eis a pergunta que cada vez mais se põe aos professores interessados em divulgar, proteger e activar junto dos seus alunos e através deles à comunidade, o Património Cultural Português"[150].

Segundo o autor, o documento era muito importante para perceber as dinâmicas de Educação Patrimonial em Portugal, uma vez que apresentava uma cronologia com os principais eventos que foram promovidos neste sentido. Nesta cronologia encontra-se o 1.º Curso de

[150] Rasquilho, Rui (1979), *Vamos defender a nossa Herança Cultural, Abertura da Escola à Comunidade*, p. 1 (arquivo privado).

Dinamização do Património Artístico e Cultural, da Faculdade de Letras, os seminários regionais e as ações especiais para centros de estágio.

O projeto "Abertura da Escola à Comunidade" pretendia colocar os professores de Português, História, Estudos Sociais, Educação Visual, Trabalhos Manuais ou mesmo de Ciências da Natureza a pensar e a promover uma nova perspetiva de abordar o Património Cultural de forma interdisciplinar. Neste sentido não seria necessária a criação de uma nova disciplina, uma vez que a abordagem pelas diferentes disciplinas das temáticas do Património iria criar uma consciência ativa e participativa, promovendo uma maior sensibilização patrimonial nos alunos envolvidos. Porém podiam ser discutidas outras possibilidades, como a criação de uma disciplina própria ou mesmo um tempo horário para debater os problemas da salvaguarda do Património Cultural e do Património Natural. Neste sentido, os temas poderiam ser tratados sem a preocupação de "perda de tempo" face ao programa letivo[151]. O objetivo era desenvolver nos alunos uma atitude crítica, ainda que se considerasse que este processo levaria o seu tempo e implicaria trabalho para se desmontarem os preconceitos e promover uma maior abertura, que incentivasse a crítica e o debate.

Tornava-se mais importante procurar as causas e a origem dos problemas patrimoniais, do que se apontar os males da degradação e do abandono dos monumentos da arte popular, ou da poluição do ambiente, uma vez que para apontar as causas dos problemas "é necessário que se tenha no mínimo consciência dos valores sociais, históricos e políticos para que eles contribuiriam, ao longo dos tempos, e daí a necessidade interdisciplinar e o tempo horário proposto"[152].

O autor referia que muitas das escolas portuguesas, nomeadamente de Olhão, Lagos, Viseu, Figueira da Foz, Porto, Bragança, Viana do Castelo e Lisboa, organizaram algumas atividades de Educação Patrimonial com bastante êxito. Estas atividades promoviam uma intervenção mais ativa por parte dos alunos e professores, na divulgação das temáticas afetas ao Património regional.

A Secretaria de Estado da Cultura apresentou uma metodologia própria, em que o objetivo era fornecer instrumentos teóricos e práticos que permitissem aos professores realizar ações com os meios disponíveis (cartolinas, canetas de cor, livros de trabalho

[151] Rasquilho, Rui (1979), *Vamos defender a nossa Herança Cultural, Abertura da Escola à Comunidade*: 2. (arquivo privado).

[152] Rasquilho, Rui (1979), *Vamos defender a nossa Herança Cultural, Abertura da Escola à Comunidade*: 2. (arquivo privado).

quotidiano). Criando, aliás, a possibilidade de fornecer alguns meios mais dispendiosos. Toda esta dinâmica seria para a realização de uma exposição em cada escola participante.

Dentro do projeto "Abertura da Escola à comunidade" destacam-se outras perspetivas, nomeadamente a de José Augusto França, que escreveu o documento *A cidade e as suas imagens*.

Este documento assume-se como uma reflexão sobre a mudança e o progresso urbanístico, tentando perceber a relevância do passado urbano e da sua História. Segundo o autor, no século XIX o progresso era pouco sensível aos valores históricos, definindo-os como "valores de museu"[153]. O "urbanismo que se dizia progressista confundiu, pois durante bastante tempo (e continua a confundir) o desenvolvimento das cidades com a recusa, senão a negação do seu passado"[154]. Este fenómeno podia ser traduzido na especulação imobiliária, uma vez que a intenção era destruir o velho para dar espaço ao progresso. Neste sentido os antigos monumentos não estariam de acordo com os ideais estéticos dos aglomerados progressistas. A proteção e a salvaguarda do Património nacional ao nível urbano deveria ser sempre objeto de estudos, de propostas e de legislação apropriadas, de modo a fazer sentido na imagem e no significado da urbe[155]. A ideia do progresso e da modernização iria sair demasiado caro, uma vez que "há coisas que o dinheiro não paga (...) Os interesses de certos privilegiados não podem com certeza sobrepor-se aos interesses da comunidade que é roubada, se se alteram as suas imagens informativas e formativas. Há sempre que tentar processos de conservação integrada"[156].

Um outro documento analisado refere-se às tradições locais. Trata-se, de *Tradições artesanais e Identidade Cultural: a responsabilidade da Escola,* de Hélder Pacheco.

Hélder Pacheco também foi responsável pela organização dos volumes monográficos *Artes e Tradições* de vários pontos do país, como Vila Real (Escola Preparatória Diogo Cão), Abrantes (Escola Preparatória de Abrantes), Aveiro (Escolas Preparatórias João Afonso de Aveiro e S. João da Madeira), Portalegre (Escolas Preparatórias de Évora e Portalegre) e Bragança (Escola Preparatória de Bragança). Estes volumes foram realizados com o apoio do Centro de Estágio de Educação Visual e em colaboração com a Direção Geral do Ensino Básico

[153] *A cidade e as suas Imagens, s.d:*1 (arquivo particular).

[154] *A cidade e as suas Imagens, s.d* :1 (arquivo privado).

[155] *A cidade e as suas Imagens, s.d*:2 (arquivo privado).

[156] Rasquilho, Rui (1979), *Vamos defender a nossa Herança Cultural, Abertura da Escola à Comunidade*: 2. (arquivo privado)

e a Direção Geral da Divulgação. Neste período Hélder Pacheco era o inspetor principal da Inspeção Geral de Ensino e mais tarde (entre 1980 e 1993) esteve associado ao Ministério da Educação. O autor refere a importância das tradições artesanais pela sua dinâmica de ligação do homem ao seu ambiente. Os elementos locais diferenciados pela sua região, que correspondem às necessidades e tradições culturais próprias, devem ser compreendidos no seu contexto e preservados como tal.

Hélder Pacheco considerava que a Educação através da escola podia ser bem mais eficaz do que os meios de comunicação social, pois servia para desmistificar as temáticas e apresentá-las de forma critica, de modo a fazer pensar e a criar respostas. A escola podia incentivar os alunos a pesquisar, recolher e inventariar o Património Cultural de raiz popular e artesanal de cada região. Podia e devia promover ações diversificadas e que aproximassem a escola da comunidade, criando pontes de ligação e ações conjuntas. Estes projetos de Educação partilhada poderiam incluir a participação dos próprios artesãos, de modo a reconstituir os meios de produção artesanal e inclusivamente os instrumentos de trabalho. Estas dinâmicas iriam contribuir para o desenvolvimento de uma escola democrática, que se ligaria aos problemas, necessidades e capacidades dos alunos e da respetiva comunidade[157]. A escola deveria constituir-se como um elemento catalisador de ações culturais, dinamizadora das tradições locais, e não fornecer informação padronizada que faz com que as crianças se afastem do seu meio envolvente e percam a noção dos costumes, tradições e cultura local. Este modelo de Educação Integrada desenvolveria características fundamentais nas crianças e uma maior ligação com a sua aldeia, vila ou cidade. Isto seria possível através de um modelo de educação que se preocupasse com as tradições locais, com o artesanato, com as técnicas e procedimentos dos mais velhos. As crianças do Alentejo saberiam o que é a tosquia das ovelhas, os modelos de fabricação do queijo, tal como as crianças do algarve saberiam as cantigas locais, o que é e de onde vem a alfarroba, algumas das técnicas de pesca utilizadas na costa algarvia. Estes pequenos elementos seriam os "cliques" para a mudança de um plano educativo centralizado, que esquece as tradições locais.

Estas foram as ideias chave do programa "Abertura da Escola à Comunidade", devendo funcionar como princípios fundamentais. Estes textos deveriam ser apresentados nos seminários regionais, de forma a difundir-se a mensagem de forma coerente.

[157] *Tradições Artesanais e Identidade Cultural: A responsabilidade da Escola*, s.d,: 5 (arquivo particular).

Um outro documento, pertencente ao arquivo de Rui Rasquilho e escrito pelo autor é intitulado "Modelos de Intervenção Cultural no Algarve, o que podemos todos fazer?". Este documento vai ao encontro do programa "Abertura da Escola à Comunidade", pois reflete as mesmas problemáticas, sob uma perspetiva mais ampla, realizando uma contextualização do panorama Cultural português, especificamente da Educação Patrimonial e suas valências.

Esta reflexão resultou de uma conferência realizada no Algarve no ano de 1978, no decurso dos seminários regionais, funcionando como texto de apoio para os seminários seguintes.

O autor começa por apresentar uma contextualização da Cultura, que tradicionalmente era trabalhada pelas elites e que gradualmente passou a ser explorada pelo cidadão comum. Este processo foi desenvolvido através da democratização cultural, que pretendia promover uma ação coletiva, que visasse a participação e a cooperação, sendo este o mote de atuação. O objetivo era promover a movimentação social em prole da Cultura e do dinamismo local, uma vez que era importante ter em conta a malha social envolvida na afirmação da identidade local e da sua valorização. Portanto "a malha social, será tanto mais interventiva quanto a afirmação consciente de cada um dos seus elementos constitutivos for conseguida"[158]. Para além da Cultura como elemento de dinamização social o autor também refere a Educação e a necessidade de alterar os seus métodos. Uma vez que o professor não podia impor o conhecimento, "porque a alegria e a satisfação do seu magistério passa pelo saber oferecer aos seus alunos a possibilidade do empenhamento de todos na activação de um bom projeto"[159]. Ou seja, o conhecimento não devia ser forçado, mas sim trabalhado e cativado de forma integrativa, de modo a promover a participação dos alunos nas matérias mais complexas. A participação promoveria a identificação com os conteúdos e permitiria uma aproximação dos estudantes aos temas desenvolvidos. Pelo contrário, a passividade corresponderia ao afastamento do aluno aos conteúdos divulgados.

Acreditava-se que a Educação devia ser promovida em diversos contextos. O importante era o que o aluno captasse e apreendesse de forma ativa. Nas escolas e nos Museus pretendia-se que houvesse uma participação ativa[160], sendo esta participação o motor de interesse que promove a responsabilidade na educação permanente. Estas seriam as dinâmicas que permitiam a concretização de uma ação cultural, tendo como base o binómio escola-museu, como campo de excelência para a realização de um projeto educativo com êxito, uma vez que

[158] *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve*, 1978: 1 (arquivo particular).
[159] *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve*, 1978: 2 (arquivo particular).
[160] *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve*, 1978: 3 (arquivo particular*)*

a escola e o museu partilhavam premissas comuns que passavam pela pedagogia do saber olhar e interpretar os elementos quotidianos.

Com a comunicação aconteceria o mesmo fenómeno, destacando-se a importância da comunicação ativa, que permitisse o contacto entre a instituição e o seu público.

De modo a favorecer a comunicação e a sequente simbiose entre a Escola e o Museu, o autor propôs três modelos.

O primeiro modelo (modelo A) passaria pela abertura cultural, apresentando como intervenientes a escola, o museu e as instituições de cultura ao serviço da população. No caso prático do Algarve, um projeto como este iria representar a primeira experiência participativa entre escolas, promovendo o conhecimento interdisciplinar e envolvendo diferentes entidades locais.

O segundo modelo apresentado iria efetivar a colaboração da escola e do Museu, sendo propostas exposições conjuntas, tal como a preparação de visitas guiadas e levantamentos histórico, artístico ou etnográfico.

O último modelo teria como pressuposto a abertura da escola à população/comunidade. Este projeto poderia ser realizado na escola ou numa associação recreativa que recebesse os alunos e a as suas iniciativas. O grande objetivo deste projeto seria a promoção de uma exposição conjunta, que contasse com uma coleção pertinente, acompanhada de textos de apoio, que não deveriam conter terminologia especializada para serem de largo alcance etário. Esta exposição deveria estimular a discussão e promover a dialética homem-natureza. Quanto aos modelos expositivos encontram-se várias hipóteses, de modo a promover a dinâmica e a escolha dos materiais, podendo ser eles painéis, vitrinas, audiovisuais, filmes, organização de conferências, livros de apoio ou mesmo excursões. Para melhor gestão dos projetos seria necessário algum empenho (voluntário) dos colaboradores dos museus, professores, alunos, e população que se quisesse dedicar-se a este tipo de ações[161].

Este documento termina com um pedido especial do autor que passo a citar: "É urgente fazer alguma coisa pelo futuro dos portugueses. Há uma herança cultural para defender e somos nós os responsáveis pela sua transmissão aos nossos filhos. Vamos assumi-la! Vamos saltar por cima da nossa diferença e da nossa incompetência e avançar[162]". Posto isto tornava-se bem presente a necessidade e a vontade de agir para melhorar o cenário nacional no que respeitava a colaboração de várias entidades e a realização de diferentes projetos que envolvessem a

[161] *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve*, 1978: 5 (arquivo privado).

[162] *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve, 1978*

população. Assim se ia criar um elo de ligação entre os diferentes intervenientes. Este ideal reflete a necessidade de mudança, o desejo de a promover de imediato, o fervilhar de ideias e de intenções. Esta ebulição de iniciativas são a prova do espirito pós 25 de abril e do sentimento que se podia realmente transformar a sociedade através do ensino.

3.5. Concurso "Um Tesouro para Descobrir- Uma Herança para Defender"

Em 1979 foi promovida uma iniciativa por Natália Correia Guedes, na altura, diretora geral do Património Cultural. A iniciativa correspondia a um concurso dinamizado pela DGPC, com o apoio do Ministério da Educação, para as crianças de todo o país que frequentassem a segunda fase do ensino primário ou do ciclo preparatório. Este concurso tinha a designação de "Um Tesouro para Descobrir, uma Herança para Defender"[163].

O concurso enquadrava-se no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança e tinha como objetivos "despertar o interesse das camadas mais jovens pelo Património Cultural Português, pois estamos conscientes de que sem a ajuda das populações – as crianças são o melhor veículo para a educação dos adultos – não seria possível obstar à destruição continuada dos valores de uma cultura que pertence a todos e que todos devemos defender. O nosso futuro está ali; neles há, nesses milhares de crianças, formas novas de fazer o mundo - saibamos nós estar à sua medida"[164].

O propósito do concurso era despertar o interesse dos jovens, nas camadas escolares selecionadas, para que procurassem e conhecessem melhor a sua localidade e procurassem os bens ou tradições que pudessem estar a perder-se. Para documentar esses elementos poderiam utilizar várias ferramentas, de modo a diversificar a sua apresentação: reportagem, cartaz, banda desenhada, etc. A metodologia era livre, o que realmente importava para o caso é que fosse captada a mensagem e que os alunos procurassem realmente inventariar os bens em degradação e as tradições locais.

Este processo de inventariação ativa forneceria à DGPC conteúdos que pudessem estar em falta, contribuindo assim para os inventários gerais dos bens patrimoniais. Os trabalhos coletivos, escritos e ilustrados pelos alunos, tinham como meta cronológica o dia 31 de Janeiro de 1980 e deveriam ser enviados para a DGPC. Os prémios do concurso ficariam à escolha dos alunos, devendo ser proposto no envio do projeto.

[163] Documento disponível no anexo d).

[164] Concurso *Um Tesouro para Descobrir – Uma Herança para Defender, 1979* (arquivo privado)

A parte mais importante do concurso era a chamada de atenção para que os alunos não tentassem fazer restauro por conta própria, alertando que isso poderia realmente destruir os monumentos. Estes bens apenas deveriam ser inventariados, para que posteriormente pudessem ser analisados por profissionais da DGPC. Seguidamente, Natália Correia Guedes apresentava uma carta dirigida aos professores para que estes prestassem atenção aos "pedaços da nossa memória coletiva que correm graves riscos de degradação, logo, de perca irreparável"[165].

Seria valorizado que os alunos destacassem alguns dos elementos culturais que se encontrassem presentes na sua localidade, sendo eles: utensílios de trabalho rural; danças; cantares; maquinaria de fábricas; pelourinhos; antas; portais; arcos; janelas; alpendres; chafarizes; bandas de música; corais; ranchos, etc. Face a esta diversidade era necessário desenvolver nos alunos o amor pelo rico Património que os rodeava, tornando-o mais presente nas suas vidas.

Juntamente com a carta dirigida aos alunos e aos professores foram enviados alguns documentos de apoio, nomeadamente a designação de *Monumento* e *Sítios,* segundo o ICOMOS e uma Resolução da Conferência de preparação do Ano Arquitetónico Europeu que havia decorrido em 1975. Aparecia também definido o conceito de restauro e conservação de monumentos, uma vez que um dos objetivos do concurso era também alertar os alunos para o Património local ameaçado, fazendo chegar essa informação à DGPC. A escola ou o grupo que o fizesse de forma mais criativa e mais completa seria o vencedor do concurso.

No final da carta-convite, encontrava-se um desenho com duas imagens, a primeira alegórica ao Património destruído, sem manutenção, ao abandono, contendo marcas visíveis do tempo e da destruição: destruição do meio ambiente envolvente, através do corte de árvores, ou o pelourinho em ruinas, a igreja ao abandono, com portas estragadas e à mercê das intempéries, ou mesmo lixo e depósitos humanos nas áreas laterais do mesmo espaço. O objetivo do concurso era fazer os alunos perceber a situação local, que esse estado de degradação não era de todo sustentável nem deveria ser um exemplo para a preservação da memória coletiva. Tinha-se em vista a manutenção e conservação desses espaços, tendo como exemplo o arranjo parcial da igreja ou do pelourinho, que voltaria à sua forma original, a limpeza do lixo e a proteção das árvores e dos jardins envolventes, de modo a tornar a praça

[165] Concurso *Um Tesouro para Descobrir – Uma Herança para Defender, 1979,* (arquivo particular)

ou o local agradável e frequentado pela população, uma vez que o Património podia ser cuidado e deste modo promover-se-ia a identificação e proteção do bem pelas suas comunidades.

As ações analisadas, desenvolvidas entre 1975-1980 (falamos portanto de um período de cinco anos) no âmbito da Educação Patrimonial, destinavam-se a promover a Cultura e a sensibilização dos mais novos para a realidade Patrimonial. Do seu estudo podemos concluir duas grandes linhas:

- Num curto período de tempo – cinco anos – as ações tendo em vista a cimentação de uma estratégia, a nível nacional, de promoção de conhecimento e de salvaguarda do Património, tiveram uma grande expressão. O Curso na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, os Seminários descentralizados, as ações difundidas em todo o país e um concurso nacional, lançado por uma entidade com valência sobre todo o território tiveram lugar neste espaço de tempo, acolhidos sempre pela mesma instituição: a Secretaria de Estado da Cultura. Era necessário "evitar o desaparecimento das ricas culturas regionais, quase sempre ajoelhadas perante a evolução tecnológica e impotentes para resistir à invasão de novas referências culturais estandardizadas, veiculadas *ad-hoc* pelos grandes meios de informação"[166]. De certa forma era como se, de repente, todo o país fosse acordado para as mais valias de uma Educação pelo Património.

- Apesar do apoio institucional da SEC, a EP continuou arredada dos meios legislativos e administrativos. Talvez o concurso "Um Tesouro para descobrir, uma Herança para Defender" tivesse constituído, neste caso um exemplo mais significativo. Porque era lançado diretamente pela Direcção-Geral do Património Cultural aos alunos, e não apenas aos professores, preconizava uma estratégia de intervenção diferenciada, procurando chegar diretamente aos alunos. Talvez sim, esta poderá ter sido a primeira grande ação de Educação Patrimonial que o país viu surgir após a Revolução de 1974. Contudo parece também marcar o fim de uma atuação nesta matéria. Nem o IPPC, criado em 1980, dirigido em primeiro lugar pela mesma Natália Correia Guedes implementou ações desta natureza. Nem tão pouco no domínio da Educação estes projetos tiveram uma continuidade formal e institucional.

A concretização destas estratégias só era possível com o envolvimento alargado de diversos agentes da sociedade, sendo necessário chamar a atenção do poder local, das Associações Culturais e de Defesa do Património, mas sobretudo era necessário estimular o interesse político. Tornava-se urgente "uma reestruturação profunda, uma regionalização

[166] Rasquilho, 2005: 1.

efetiva dos serviços para cobrir realmente o nosso país, facultando às autarquias locais o apoio técnico especializado que carecem para de acordo com as suas competências e autonomia financeira, promoverem a salvaguarda do Património à sua guarda"[167].

A situação estudada ganha maior projeção por se tratar de um momento histórico de grande dinâmica socio, politico e cultural e em que o exercício da cidadania e a participação geral da população no sentido de equacionar os problemas que existiram e pensar medidas para os ultrapassar, foi muito forte. Como tal, foram colocadas questões diversas, nomeadamente as relacionadas com a Educação Patrimonial, relativamente à qual foram definidas diversas reflexões, ações e iniciativas, abordadas ao longo do trabalho de investigação.

Os atores deste período representam a sua época com uma enorme dinâmica, um período de sensibilização inicial, que se popularizou e procurou a voz ativa e participativa das comunidades, encarando este período como um período inaugural. Este movimento será aquilo que podemos entender como o início de um processo de afirmação da Educação Patrimonial, que resulta naquilo que temos hoje.

Perante uma dinâmica muito acelerada entre 1974 e 1985, o processo de afirmação do valor educacional do Património passou a evoluir de uma forma menos fulgurosa, mais gradual e paulatina. Sendo que se traduziu num momento inicial que impulsionou a prática de Educação Patrimonial em Portugal.

Atualmente encontramos outras dinâmicas, outros contextos e formas de pensar um pouco mais abrangentes derivadas da maior mobilização da sociedade e do conhecimento de outros casos práticos. Trata-se, portanto, da continuação de uma dinâmica iniciada nas décadas anteriores, ainda que este processo apresente um ritmo de evolução distinto do período inicial.

[167] Rasquilho, 2005:1.

CONCLUSÃO

Os casos estudados nesta dissertação, nomeadamente o "1.º Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural", os Seminários Regionais, o programa "Acções de Defesa do Património", o projeto "Abertura da Escola à Comunidade" e o concurso "Um Tesouro para Descobrir - Uma Herança para Defender" foram fundamentais para a definição de um conjunto metodológico de Educação Patrimonial e para a formação de docentes neste âmbito.

Entre 1975 e 1985 denotou-se um grande esforço para promover e realizar iniciativas de teor patrimonial, de modo a realçar a sua importância nos públicos mais jovens. Largas horas foram despendidas no planeamento e organização dos cursos e dos seminários regionais.

Foram sugeridas várias estratégias de atuação no âmbito da Educação Patrimonial, sendo elas a criação de currículos escolares que motivassem as novas gerações para a defesa dos bens culturais, a criação de horários dedicados exclusivamente à Educação Patrimonial, ou mesmo o desenvolvimento de uma maior interdisciplinaridade que incluísse o Património Cultural e Natural nos currículos das diferentes disciplinas. Havia a consciência de quer era necessário explorar estas diversas alternativas e pô-las em prática, efetivando-as através da restruturação dos currículos escolares e de atividades extra curriculares. Era preciso manter vivo o entusiasmo do grande curso e dos seminários regionais de modo a transformar o sistema de ensino.

Todas estas iniciativas ficaram aquém das expectativas, uma vez que esta vontade de mudança não teve os resultados esperados, não se conseguiu alterar efetivamente os planos curriculares dos ensinos preparatório e secundário. Dada esta frustração de objetivos, tornou-se imperativo repensar estas temáticas e dar-lhes vida novamente, criando alternativas de modo a enriquecer a sociedade e prolongando o processo iniciado na década em análise.

A Educação Patrimonial assentou, na década de 1975-1985, na realização de um plano de estudos cuidados que dessem conta dos diferentes particularismos regionais e que se adaptassem ao contexto onde estivessem inseridos os bens patrimoniais. Para cumprir a totalidade dos seus objetivos, esse plano necessitava de uma sistematização a uma escala alargada e de vontade política para que tal pudesse ser uma realidade. Essa sistematização só seria possível com a colaboração de vários agentes, sobretudo educativos e tendo os professores como fortes aliados na defesa e salvaguarda do Património Cultural Português.

Percebeu-se também que o objetivo de um modelo de Educação Patrimonial a implementar assentaria na inclusão destes pressupostos no sistema educativo formal. Daí o esforço em integrar professores nas ações realizadas. Ou seja, embora reconhecendo o valor das atividades

em contexto não formal era essencial, para promover uma maior generalização do valor da defesa do Património, que esta fosse integrada nos contextos formativos gerais, abrangentes, aumentando o número de envolvidos. Acreditava-se ainda que a salvaguarda do Património deveria ser promovida desde cedo e entre os mais novos. Esta salvaguarda seria possível através de novas abordagens e de uma aproximação entre o docente e o aluno, promovendo-se a compreensão e o espírito crítico.

A Educação Patrimonial poderia ser posta em prática segundo diferentes moldes, adaptando-se o plano metodológico à realidade envolvente. Desta forma a EP era tida como uma ferramenta pedagógica que permitia a aproximação dos alunos aos valores culturais locais e consequentemente envolver a comunidade nesta interação. Procurava-se aplicar critérios baseados numa certa ”informalidade” dos modelos à ”formalidade” escolar.

Um dos grandes contributos deste trabalho parece-me ser o facto de mostrar como o primeiro decénio pós 25 de abril de 1974 foi rico em termos de descoberta do Património Cultural Português, da sua importância como tema dinamizador de iniciativas e projetos a nível local e nacional. Houve uma abertura do caminho, um entusiasmo pela identidade própria, pelo conhecimento da memória coletiva, um desejo de envolver os jovens e de tornar o respeito pelo Património uma constante.

Entre 1977 e hoje decorreram 40 anos. Em Portugal, a Educação Patrimonial assenta sobretudo em modelos educativos não formais ou informais, sendo os mais conhecidos os Serviços Educativos, que podemos encontrar um pouco por todo o panorama museológico nacional. Em termos de educação formal, ainda não é possível verificar uma metodologia orientada para as questões do Património, como por exemplo a que foi aplicada para as questões do ambiente. Em Portugal verifica-se, contudo, um aumento de produção teórica e de conhecimento sobre a matéria e sobre a eficácia da sua aplicação, que se baseia em excelentes exemplos de aplicação da Educação Patrimonial, no contexto internacional, nomeadamente do Brasil, de Espanha e de Inglaterra que, para além da produção académica, apostam em projetos eficazes neste âmbito.

Este caminho deve ser continuado, projetando no presente os tais sonhos e ambições almejadas nas décadas anteriores. Há bons exemplos a seguir, boas referências internacionais e projetos de sucesso, por isso refletir sobre estes casos pode ser uma boa base de sustentação para a alteração do projeto educativo português.

FONTES

Arquivos

a) Arquivo Particular de Rui Rasquilho[168]

França, José Augusto, (1968), *Abertura da Escola à Comunidade – A Cidade e as suas Imagens.*

Certificado de Maria Ivone da Paz do I Curso de Dinamização para a Defesa do Património Artístico e Cultural, 1977.

Acções de Defesa do Património, (1978) - *2ª Fase do Seminário de formação para os participantes do Seminário de Julho de 1978.*

Acções de Defesa do Património, (1978) - *Seminário do Porto, Secretaria de Estado da Cultura.*

Acções de Defesa do Património, (1978), *Defesa e Conservação do Património Cultural – Seminário da Páscoa para professores dos ensinos preparatório e secundário das zonas de Lisboa, Santarém e Setúbal.*

Acta do Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade, Congresso de Alcobaça, 1978.

Programa do Curso realizado em Évora entre 4 e 13 de Setembro de 1978.

Informação Local, Acções de Defesa do Património, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

Acções de Defesa do Património*, Professores, Párocos, Autarquias, Associações. 2ª fase, ano lectivo 1978-1979,* Secretaria de Estado da Cultura.

Acções de Defesa do Património (1978/79) - *Modelos de Intervenção Cultural no Algarve,* Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura.

Concurso "Um Tesouro para descobrir – uma herança para defender", Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

Campanha nacional para a defesa do património, Comissão organizadora, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, 1980.

Pacheco, Hélder, *Abertura da escola à Comunidade*, *Tradições Artesanais e Identidade Cultural: A responsabilidade da Escola.*

Rasquilho, Rui *(s.d),* "Vamos defender a nossa Herança Cultural?".

[168] A Organização do arquivo de Rui Rasquilho apresenta-se por ordem cronológica.

b) Arquivo particular de Jorge Custódio

Defesa e Conservação do Património Cultural, Seminário de Páscoa, 22-24 de Abril de 1978 (Arquivo particular de Jorge Custódio).

Fontes Impressas

(Legislação Portuguesa)

Lei Orgânica do I Governo Provisório, Decreto lei n.º 203/74, *DG*, Série I, n.º : 113, 15 de maio de 1974.

Lei Orgânica do II Governo Constitucional, Decreto Lei n.º41-A/78, *D.R*, Série I, 1º Suplemento, n.º: 55, 07 de Março de 1978.

Lei Orgânica do IV Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 448/78, *D.R*, Série I, 5.º Suplemento n.º : 299/78, 30 de setembro de 1978.

Lei Orgânica do V Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 386/79, *D.R*, Série I, n.º : 217/79, 19 de setembro de 1979.

Lei Orgânica do VI Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 3/80, *D.R*, Série I-2, n.º : 32/80, 7 de fevereiro de 1980.

Lei Orgânica do VIII Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 290/81, *D.R*, Série I, nº: 236/81, 14 de outubro de 1981.

Lei Orgânica do IX Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 344-A/83, *D.R,* Série I 1º Suplemento, n.º : 169/83, 25 de julho de 1983.

Lei Orgânica do X Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 497/85, *D.R,* Série I, n.º: 290/85, 17 de dezembro de 1985.

Lei de Bases do Sistema Educativo / Lei 46/86, *DR,* Série I, n.º : 237/86, 14 de Outubro de 1986.

Lei Orgânica do XI Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 329/87, D.R, Série I, 1º Suplemento, n.º: 219, 23 de setembro de 1987.

ADEPA (1978), *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, Actas,* Alcobaça, Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça.

Canavarro, Pedro (1978), "Achegas documentais para o estudo e defesa do património", *Minia,*

2ª Série, pp. 34-41.

ICOM, (1973), *KIT – Working party on kits*, Swedish Travelling Exebitions.

UNCESCO, (1972), Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultura e Natural.

Silva, Jorge Henriques Pais da Silva (19), *Pretérito Presente, Para uma Teoria da preservação do Património Histórico-Artístico,* Lisboa*,* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Rasquilho, Rui, (2005)*,* "Salvar o Património I", Região de Cister, Fio de Ariadne.

Rasquilho, Rui, (2005)*,* "Salvar o Património II", Região de Cister, Fio de Ariadne.

Rasquilho, Rui, (1980), "A propósito do nosso Património, A maioria do nosso povo vive culturalmente desarmado", Portugal HOJE.

"Vamos salvar (finalmente) o nosso património Cultural e Artístico?", *Ciência e Técnica*, 14 de Julho de 1977.

Fontes Orais

Entrevista, gravada em áudio, a Rui Rasquilho, Historiador e Diplomata, a 4 de Abril de 2017.

Entrevista, gravada em áudio, a Pedro Barbosa, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 28 de Junho de 2017.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1993), *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

AAVV (1996), *Direito do Património Cultural*, [s.l], Instituto Nacional de Administração.

AAVV (1998), *Urbanidade e Património*, Lisboa, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

AAVV (1999), *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/ Livros Horizonte.

AAVV (2005), *Direito do Património Cultural e Natural*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.

AAVV (2008), *Arte & Poder*, Lisboa, Instituto de História da Arte.

Abreu, Regina (2005), "Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação", *Sociedade e Cultural*, nº2, pp. 37-52.

Alarcão, Adília (1993), "O Património Museológico e a(s) tutela(s)", *Vértice*, nº 54, pp. 32-36.

Alexandrino, José de Melo (2009), *O Conceito de Bem Cultural, Lisboa,* Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Almeida, Eliane de Sousa (2008), *O património edificado do Centro Histórico de Caxias: entre a materialidade e a imaterialidade,* Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Piauí, UFPI.

Alves, Alice Nogueira (2013), *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Amador, José Maria da Rocha Machado (2002), *A gestão do património artístico em Portugal, no século XX. Do regime jurídico à realidade prática*, Dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Amaral, Diogo Freitas do. (1995), *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand.

Antón, María Azcona, *et al* (2015), *Proyectos educativos y culturales en museos – Guía básica de planificación,* Laboratorio Permanente de Público de Museos, Ministerio de Educacíon, Cultura y Deporte.

Barca, Isabel (2007), "*A Educação Histórica uma sociedade aberta"*, *Currículo sem Fronteiras,* v.7, nº1, pp.5-9.

Barranha, Helena, org. (2016), *Património Cultural, conceitos e critérios fundamentais,* Lisboa, IST Press e ICOMOS-Portugal.

Barriga, Sara, Susana Gomes da Silva, coord. (2007), "Serviços Educativos na Cultura", *Colecção Públicos*, Setepés, nº2, pp. 12-14.

Barros, Luís Aires (2003), "As «dimensões» intangíveis do Património Cultural", *Artis,* Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº2, pp. 261-270.

Bazán, Héctor Guillermo (2014), "La interpretación del Patrimonio como estratégia para la educación y socialización en el medio rural", *Monográfico*, nº 9, pp. 5-8.

Bergson, Henri (1991), *Matter and Memory,* New York, Zone Books.

Bryman, Alan, (2012), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press.

Burgess, Robert G. (1997), *A pesquisa de terreno, Uma introdução*, Oeiras, Celta, pp. 12-31; 178-199.

Cano, Lídia Rico, Rosa Maria Ávila Ruiz (2003), "Difusión del patrimonio y educación. El papel de los materiales curriculares. Un análisis crítico", *in* E. Ballesteros, (coord.) *et al*, *El patrimonio y la didáctica de las Ciencias Sociales,* Cuenca, Asociación Universitária de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, pp. 31-39.

Carter, James, ed. (2001), *A Sense Of Place, An Interpretive planing handbook,* 2º ed., Scottish Natural Herritage, European Life Programme, Inverness.

Carvalho, Ana (2011), *Os Museus e o Património Cultural Imaterial, Lisboa,* Edições Colibri.

Cepeda, Sofia Marin e Olaia Fontal Merillas (2011), "Enfoques y modelos de educación en programas significativos de OEPE"*, EARI – Educación Artística, Revista de Investigación*, nº2, pp. 90 – 98.

Cepeda, Sofia Marin (2014), *Educación Patrimonial y Diversidad: Evaluación de Programas y Definición de un Modelo baseado en los processos de Patrimonialización*, Dissertação de Doutoramento apresentada no Programa de Investigación en Educación Artística y Corporal en Contextos Educativos y Socialiles, Universidad de Valladolid.

Chagas, Maria da Assunção Pinheiro (2014), "O Conceito de Património Cultural no Século XXI: A Comunicação Social no Processo Colecionístico de Arte", *Tritão - Revista de História, Arte e Património,* nº 2, dezembro, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, pp. 1-17.

Chaoy, Françoise (2014), *A Alegoria do Património*, 2ª ed., Lisboa, Edições 70.

Chaves, Duarte Nuno, *et al* (2015), *Projeto raízes: um olhar sobre. Mediação cultural e educação patrimonial na ilha de S. Miguel, Açores*, Máster en Museos: Educación y Comunicación. Universidad de Zaragoza.

Chervel, A. (1990), *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa, Teoria e Educação*, Porto Alegre.

Connerton Paul (2009), *How Modernity Forgets,* Cambridge University Press, Cambridge.

Costa, António Firmino da (1997), "Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas", *in* Observatório das Actividades Culturais, nº2, pp. 16-25.

Costa, António Firmino da (2005), "A pesquisa de terreno em sociologia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, org., *Metodologia das Ciências Sociais*, 13ª ed., Porto, Edições Afrontamento, pp. 12-18.

Cruz, Nicole (2015), I*nterpretação e Valorização do Património Cultural no Bairro Histórico da Mouraria,* Dissertação de Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura, Lisboa, ISCTE-IUL.

Custódio, Jorge (2000),"Educação Patrimonial", *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, nº1, pp.10-11.

Custódio, Jorge (2010), "Globalização e património cultural", in Custódio, Jorge, coord. (2010), *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010,* Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, pp. 346-348.

Custódio, Jorge, coord. (2010), *100 Anos de Património. Memória e Identidade*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Duarte, Ana (1992), *Educação Patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora.

Edensor, Tim (2002), *National Indentity, Popular Culture of Everyday Life,* Oxford, Berg.

Esperança, Eduardo Jorge (1996), *Património, políticas e práticas culturais*, Tese de Doutoramento em Sociologia apresentado à Universidade de Évora.

Fentress, James e Chris Wickham (1992), *Memória Social – Novas Perspetivas sobre o Passado*, Lisboa, Teorema.

Florêncio, Sônia Regina Rampim, *et al* (2013), *Educação patrimonial, Manual de aplicação – Programa Mais Educação,* Brasília, IPHAN.

Florêncio, Sônia Rampim, *et al* (2014), *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, Brasília, IPHAN.

Folgado, Deolinda (2010), "Património inclusivo. Das expetativas aos desafios", *in* Custódio, Jorge, coord., (2010), *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010,* Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, pp. 323-335.

Galzerani, Maria Carolina Bovério (2010), "A cidade como espaço de aprendizagem da História: em foco um projeto de educação patrimonial" *in*: L. L. de C. P. Santos, Org., *et.al Convergências e tensões no campo da formação do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, p.600-605; 612-620.

Galzerani, Maria Carolina Bovério (2013), "Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais*",* Campinas, *Pro- Proposicções,* vol.24, nº1, pp. 40-49.

Geertz, Clifford (1973), *The Interpretation of Cultures, Selected Essays by Clifford Geertz,* New York, Basic Books Inc. Publishers.

Gil, Carmem Zeli de Vargas, Rhuan Targino Zeleski Trindade, orgs. (2014), *Património Cultural e Ensino da História*, Porto Alegre, Edelbra.

Gil, Carmem Zeli de Vargas, Zita Rosane Possamai (2014), *"*Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações", *Mouseion*, nº19, Canoas, UnilaSalle Editoras, pp. 13-26.

Gillate Aierdi, Iratxe (2014), *Programas de Educacíon Patrimonial en contextos informales: analísis y valoración de su influencia en el alumnado de eso de la zona Minero-Industrial de Bizkaia,* Dissertação de Doutoramento em Psicodidactica y Psicologia de la Educacion y Didacticas Especificas, Universidade del País Vasco.

Gimblett, Barbara (2004),"Intangible Heritage as Metacultural Production", *Museum International*, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 221-222.

Greenhill, Eilean Hooper (2007), *Museums and Education, purpose, pedagogy, performance,* New York, Routledge.

Grunberg, Evelina (2007), *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial,* Brasília, IPHAN.

Guasch, Óscar (1997), "Observación participante*", Cuadernos Metodológicos*, nº20, Madrid CIS.

Guillaume, Marc (2003), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.

Halbwachs Maurice (1992)*,On Collective Memory, The Heritage of Sociology,* Chicago, The University of Chicago Press.

Harrison, Roodney (2013), *Heritage: Critical Approaches*, London, Routledge.

Hobsbawm, E. J. (2014), *Tempos de rutura: cultura e sociedade no século XX*, Lisboa, Divina Comédia.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras (2000), "Fundamentos da Educação Patrimonial", *Ciências e Letras*, nº 27, pp. 13 a 35.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras, coord. (1999), *Guia Básico de Educação Patrimonial,* Brasília, IPHAN.

Itaqui, José (2000), "Educação patrimonial e desenvolvimento sustentável", *Ciências e Letras*, nº 27, pp. 229-245.

Janeiro, Pedro (2006), "Património: As Memórias e o Esquecimento", *Arte e Teoria,* nº 8, pp. 306-313.

João, Maria Isabel (2005), *Memória, História e Educação*, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho.

Jorge, José Duarte Centeno (2003), "A Matéria do Património", in M.J Ramos, coord., *A matéria do património: memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 9-16.

Lameira, Sandra, coord. (2006), *Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal,* Lisboa, Instituto para a Qualidade na Formação.

Laville, C. (2005), "Em educação histórica a memória não vale a razão", *Educação em Revista*, nº 41, pp. 14-15.

Lawson, Elaine, Meredith Walker (2005)*, Heritage Information Serie: Interpreting Herritage Places and Items Guidelines, s.l,* NSW Heritge Office.

Lofland, John, Lyn H. Lofland (1995), "Analysing Social Settings", *A Guide to Qualitative Observation and Analyses*, California, Wadsworth Publishing Company, pp. 12-15; 66-99.

Londres, Cecília (2012),"O Património Cultural na formação das novas gerações: Algumas considerações", *Educação Patrimonial: Reflexões e práticas*, Paraíba, IPHAN, pp. 14.22.

Lowenthal, David (1985), *The Past is A Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

Magalhães, Fernando (2005), *Museus, Património e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição,* Porto, Profedições.

Magrinho, Sofia d'Almeida da Costa Macedo (2017), *A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997*), Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL.

Marchand, Filipe (1989), "Defesa e Preservação do Património", *in* Freitas do Amaral (ed.lit.), *Direito do Urbanismo,* Oeiras, Instituto Nacional de Administração.

Martins, Cristina Maria Fonseca (2011), *Educação patrimonial: o património industrial da Covilhã como recurso educativo,* Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta.

Mateus, Augusto, coord. (2010), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal, Estudo para o Ministério da Cultura, Relatório Final,* Lisboa, Augusto Mateus e Associados Sociedade de Consultores.

Mattoso, José, (1988), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

Merrillas, Olaia Fontal (2003), *La Educacion Patirmonial, Teoría y Práctica en el aula, el museo e internet,* Gijón, Ediciones Trea SL.

Merrillas, Olaia Fontal, Alex Ibañez Etxeberria (2015), "Estratégias e instrumentos para la educación patrimonial en España", *Educatio Siglo XXI,* nº 33, pp. 15-32.

Miranda, Jorge, coord. (1996), *Direito do patrimônio cultural,* Lisboa, INA.

Muñoz, Marie-Claude (1998), "Cultural heritage and its educational implications: a factor of tolerance, good citizenship and social integration: proceedings", *Cultural Heritage*, nº36.

Nabais, José Casalta (2010), *Introdução ao Direito do Património Cultural,* Coimbra, Almedina.

Neto, Maria João Baptista (1995), *A Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Nora, P. (1993),"Entre memória e história: a problemática dos lugares", *Projeto História* - PUC, nº10, p. 7-28.

Nóvoa, António Sampaio da (1992), "A «Educação Nacional»", *in* Joel Serrão, A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Presença. pp. 456-522.

Parrado, Patrícia Silva (2016), *A Educação Patrimonial no Museu do Fado,* Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Lisboa, ISCTE.

Pedreirinho, Helena Cristina Marques da Silva (1999)*, A Evolução do Conceito de Património na Legislação Portuguesa do Século XX,* Dissertação de Mestrado em História de Arte, Universidade Lusíada.

Pedreirinho, Helena Cristina Marques da Silva (2011), *A defesa do património imóvel histórico-artístico no Estado Novo: a contribuição da legislação para a definição de uma*

política patrimonial, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Lusíada.

Peregrino, Umberlino (2012), "Património Cultural: uma construção de cidadania"*in Educação Patrimonial: Reflexões e práticas,* Paraíba, IPHAN, pp.4-6.

Pereira, Maria, Ana Paula Cardoso, Ana Paula Pereira Oliveira (2010) "A Escola e a Educação Patrimonial: perspectivas de intervenção", Mille*nium Journal of Education, Technologies and health*, nº 38, pp. 107-121.

Pereira, Paulo (1997), "O Património como Problema e como Ideologia", *in Intervenções no Património 1995-2000*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 11-12.

Pérez, Xerardo Pereiro (2009), "Turismo Cultural – Uma visão Antropológica", *Colección Pasos edita,* nº2, pp. 10-12.

Pinto, Maria Helena Nabais (2011), *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Braga, Universidade do Minho.

Postman, Neil (1996), *The End of Education, Redefining the value of Shcool,* Vintage Books, New York.

Quivy, Raimond, Luc Van Campehoudt (2005), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 4ª ed, Lisboa, Gradiva.

Ramos, Manuel João, coord. (1993), *A matéria do património: memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri.

Ramos, Paulo (1993), *Reviver o passado em torno da Educação Patrimonial e do ensino à distância,* Tese de Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia, Lisboa, Universidade Aberta.

Raposo, Luís (2014), "O papel do Associativismo na construção de uma política democrática de museus", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Universidade do Porto, vol. XIII, p. 261-274.

Ribeiro, Raphael Rajão e Michelle Márcia Cobra Torre (1993), "Diálogos com a Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas: Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte", *Revista Acervo do Arquivo Nacional*, nº 1, pp. 67-88.

Rover, Óscar (2012), "O Método Científico em Ciências Sociais: dos Documentos, Questionários e Entrevistas à Análise de Enunciados" *Revista Grifos*, nº 32/33, p. 14-28.

Salgado, Lucília, coord. (1993), *Educação para todos: a construção local dos currículos –a relação escola-meio*, Lisboa, Ministério da Educação.

Salomon, A. (2000), *Educação e património: Uma experiência francesa*, Mem Martins, Associação de Professores de Sintra.

Sanches, José Luís Saldanha (1996), "Direito Fiscal e Património Cultural", *in* AAVV. *Direito do Património Cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, pp. 355-373.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2010), *Novos Trilhos Culturais,* Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos, coord. (1998), *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, OAC.

Saxl, Fritz, Hugh Honour e John Fleming (1979), *A Heritage of images: a selection of lectures*, London, Penguin Books.

Smith, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, London & New York, Routledge.

Solé, Glória, org. (2014), *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial: resumos*, Braga, Universidade Minho, Instituto de Educação, Centro de Investigação em Educação (CIEd).

Solé, Glória, org. (2014), *Educação Patrimonial: Novos Desafios Pedagógicos*, Braga, Universidade Minho, Instituto de Educação, Centro de Investigação em Educação (CIEd).

Telmo, Isabel Cottinelli (1994), *O Património e a Escola –Do Passado ao Futuro*, Lisboa, Colecção Educação Hoje, Texto Editora, Lda.

Tilden, Freeman (1977), *Interpreting our Heritage,* 3ª ed., Chapel Hill, The University of North Carolina Press.

Tinoco, Alfredo (2012), "Educação Patrimonial e aprendizagens curriculares – A História", *Cadernos de Sociomuseologia*, nº42, pp. 101-112.

Tinoco, Alfredo (2012),"Para uma política de preservação do património industrial em Portugal", *Cadernos de Sociomuseologia*, nº42, pp. 27-50.

Tomé, Miguel J. Biscaia Ferreira (2002), *Património e Restauro em Portugal (1920- 1995),* Porto, FA/Universidade do Porto.

Torrico, Juan Agudo (1993), "Património e Discursos Identitários", *in* Manuel João Ramos, *a matéria do património: memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 21-34.

UNESCO (2002), "Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural", tradução de Comissão Nacional da UNESCO (Portugal), Paris, UNESCO.

UNESCO (2005), "Textos fundamentais da Convenção do Património Mundial de 1972", tradução de Comissão Nacional da UNESCO (Portugal), Paris, UNESCO.

Wijesuriya,Gamini, Jane Thompson,Christopher Young *et al (2016), Manual de Referência - Gestão do Património Mundial cultural*, Brasília, UNESCO Brasil/IPHAN.

Yin, Robert K (2003), Case Study Research, Design and Methods, 3ª ed., Londres, SAGE Publications.

Yin, Robert K (2011), Qualatitive Research from Start to Finish, New York, The Guilford Press.

ANEXOS

Anexo A

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Direcção-Geral do Património Cultural

CERTIFICADO

CONFERIMOS O PRESENTE CERTIFICADO À ....MARIA.....IVONE...DA...PAZ..
...SOARES..... POR HAVER PARTICIPADO NO I CURSO DE DINAMIZAÇÃO PA
RA A DEFESA DO PATRIMÓNIO ARTÍSTICO E CULTURAL; REALIZADO NO PERÍODO DE 1 A 30
DE SETEMBRO DE 1977, COM O PATROCÍNIO DAS SECRETARIAS DE ESTADO DA CULTURA, SE
CRETARIA DE ESTADO DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRA
ÇÃO E EQUIPAMENTO ESCOLAR NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

LISBOA, 30 DE SETEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO COORDENADOR

O DIRECTOR GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Anexo B

LISTA DOS PARTICIPANTES

NOME	GRUPO	QUALIFICAÇÃO	ESCOLA
Maria de Lourdes Lopes Neves	1º	Provis.	Esc. P. Avelar Brotero - Odivelas.
José M. Augusto Rodrigues da S.	1º	Estagiário	E. P. Luisa Todi - Set.
Mª. Augusta B.D.S. Henriques		Efectiva	Centro de Recuperação Inf. de Abrantes
Lídia Mª Bragança Paisana	5º	Profission.	E. P. D. Miguel de Almeida - Abrantes.
Mª Bela Jardim de Carvalho	4º	Eventual	Liceu Camões - Lx.
Mª Sidónio Soares Rodrigues	4ºA	Efectiva	L. Nac. de Sintra
Mª Orlanda dos S. Martins P. de Santana Rêgo	1º	Efectiva	Esc. P. Frei André da Veiga - Sant. do Cac.
Mª Eugénia G. Tabosa Dias	5º	Efectiva	E. P. Antº Sérgio -Cac.
Manuel Joaquim Gandra	1º	Provisório	Esc. P. de Tomar
Segismundo Pinto	7º	Provisório	E. I. Marquês de P. Lx.
José Pedro Aboim Borges	4º	Eventual	L. N. D. Dinis - Lx.
Ludovico Antº Alves Rosa	8ºA	Provisório	E.S. de Torres Novas
Emanuel da Costa Correia	5º	Estagiário	E. Antº Arroio - Lx.
José Guilherme Silva		Eventual	L. N. de Sintra
Isabel Mª F. da Silva Graça	1º	Profission.	E.P. D. Antº da Costa Almada.
Natália Mª G. Pinto Vermelho	1º	Estagiária	Idem
Joaquim José de J. Marques	1º	Provisório	E. P. de Albarraque
Francisco Rodrigo M. Belles	5º	Provisório	E. S. Sacavém
Horácio Augusto Peixeiro	1º	Provisório	E.P. Paulo da Gama Amora
Mª Antª Aleixo Pinto de Matos	1º	Provisória	Idem
Mª Elvira D. Ganda Evaristo	1º	Provisória	Idem
Mª Paula Picciochi A. Alves	9º	Eventual	L. N. de D. Dinis -Lx.
Mª José Varela Gomes	10ºA	Eventual	E.S. do Seixal
Reinaldo Varela Gomes	9º	Eventual	Idem
Eleutério Sanches	5º	Agregado	E.I. Marquês de Pombal
Mª Silvana Pereira	10ºA	Provisória	E.I. Marquês de Pombal

DEFESA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

SEMINÁRIO PARA PROFESSORES DOS ENSINOS PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO

ESCOLA INDUSTRIAL MARQUÊS DE POMBAL
LISBOA, 22, 23, 24 de ABRIL de 1978

A G E N D A

Dia 22 - Sábado - 16 às 20 horas
1. Abertura e projectos da Direcção Geral do Património Cultural.
2. Exame e relato das actividades desenvolvidas.

21 e 30 horas
Filmes: A Ourivesaria Portuguesa
A iluminura
Comentários.

Dia 23 - Domingo - 10 às 13 horas
Museu Leopoldo Batistini
1. Biografia de L. B.
2. Visita ao Museu
3. Comunicação: "O cartão de visitas", por Segismundo Pinto.
4. Comunicação: "A romeira", por Maria Silvana Pereira.

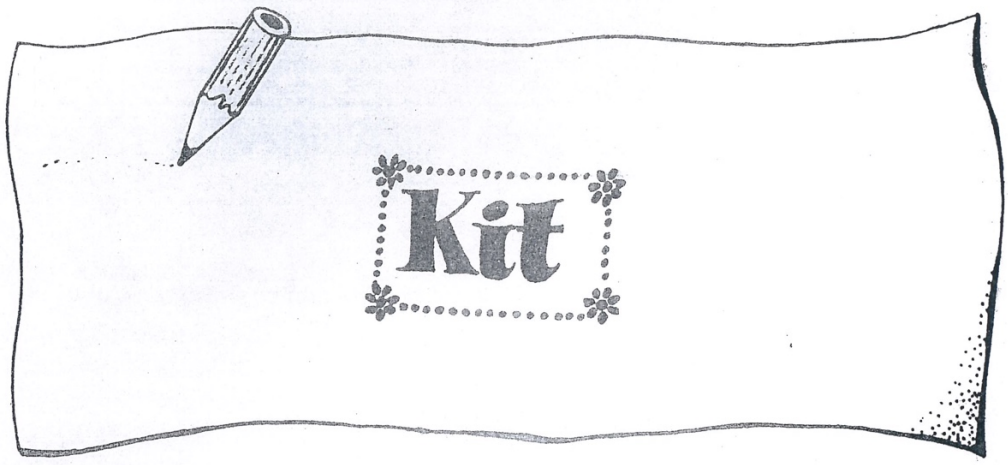
15 horas
1. Comunicação: "Algumas noções de conservação integrada",
por José Pedro Aboim Borges.
2. Exposição: "Castelos, Palácios e Igrejas: Um património a defender".
Montagem, comentários e críticas.

18 às 20 horas
Programação das actividades futuras.

21 horas
Jantar

Dia 24 - Segunda-feira - 10 horas
Visita à Torre do Tombo e encerramento dos trabalhos.

Anexo C



PUBLIÉE PAR L'ICOM-GROUPE DE TRAVAIL SUR LES KITS 1973
PRODUCTION: CENTRE SUÉDOIS DES EXPOSITIONS ITINÉRANTES
©LES DESSINS DE Marianne, Bodil et Ingela

PUBLISHED BY ICOM-WORKING PARTY ON KITS 1973
PRODUCTION: SWEDISH TRAVELLING EXHIBITIONS
© THE DRAWINGS BY Marianne, Bodil and Ingela

FÖR SPRIDNING INOM UTOMLANDS
PRINTED BY: CARL SVANBERG AB, VÄXJÖ, SWEDEN

Suggestion pour une définition du »KIT»

Dans le champ d'action des musées et des institutions culturelles le »kit» désigne une unité portative, susceptible de production en série et destinée à être prêtée, louée ou vendue.

Vorschlag für eine Definition des »KIT»

Im Tatigkeitsbereich der Museen und anderer kultureller Einrichtungen bezeichnet der Begriff »Kit» eine tragbare Einheit, die serienmäßig hergestellt werden kann und die zum Verleih, Vermieten oder Verkauf bestimmt ist.

Sugerencias para una definición del KIT

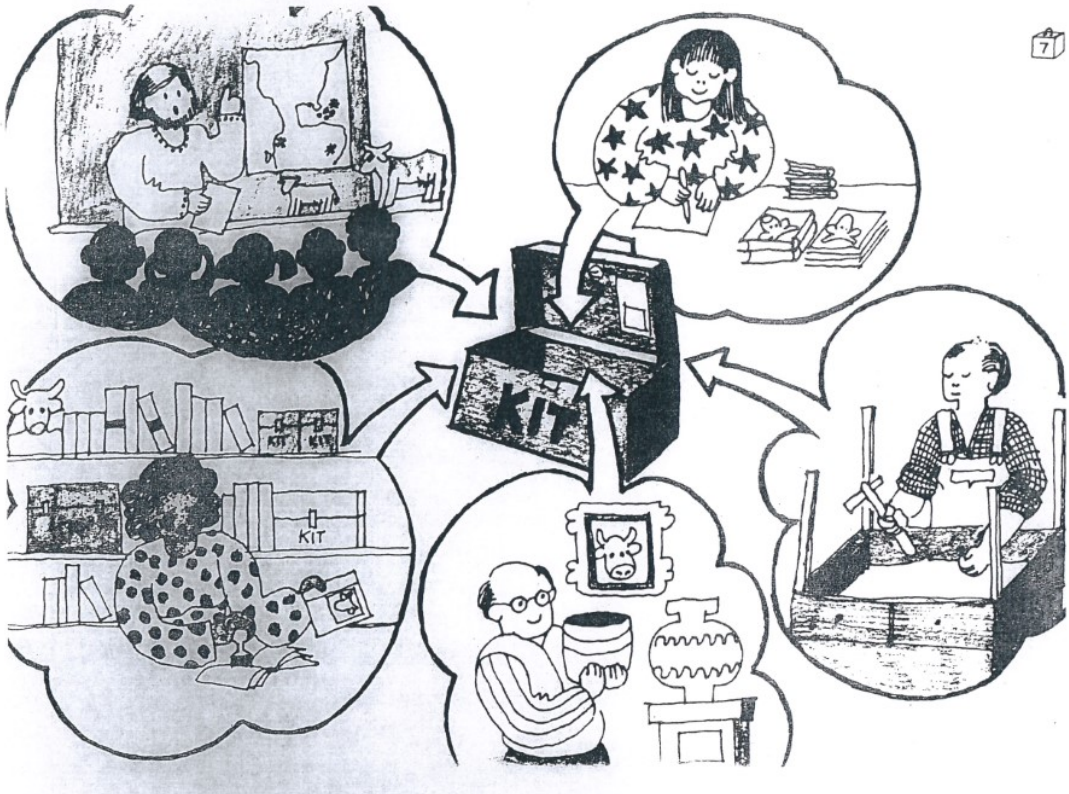
En el campo de actividades de los museos y las instituciones culturales, la voz KIT expresa una unidad portátil imaginada para ser producida en serie y destinada a ser prestada, alquilada o vendida.

A. Cette unité répond à des besoins spécifiques en matière d'enseignement et d'éducation; elle est conçue plus particulièrement pour stimuler l'activité personnelle, individuelle et collective.

A. Esta unidad responde a necesidades específicas en materia de enseñanza y educación; ha sido expresamente concebida para estimular la actividad personal, tanto individual como colectiva.

B. Les éléments composant l'unité sont choisis en fonction d'un thème clairement défini. Un soin tout particulier est apporté à l'intégration de ces divers éléments.

B. Los elementos que componen la unidad han sido elegidos en función de un tema claramente definido. Se ha dado especial importancia a la integración de todos estos diversos elementos.

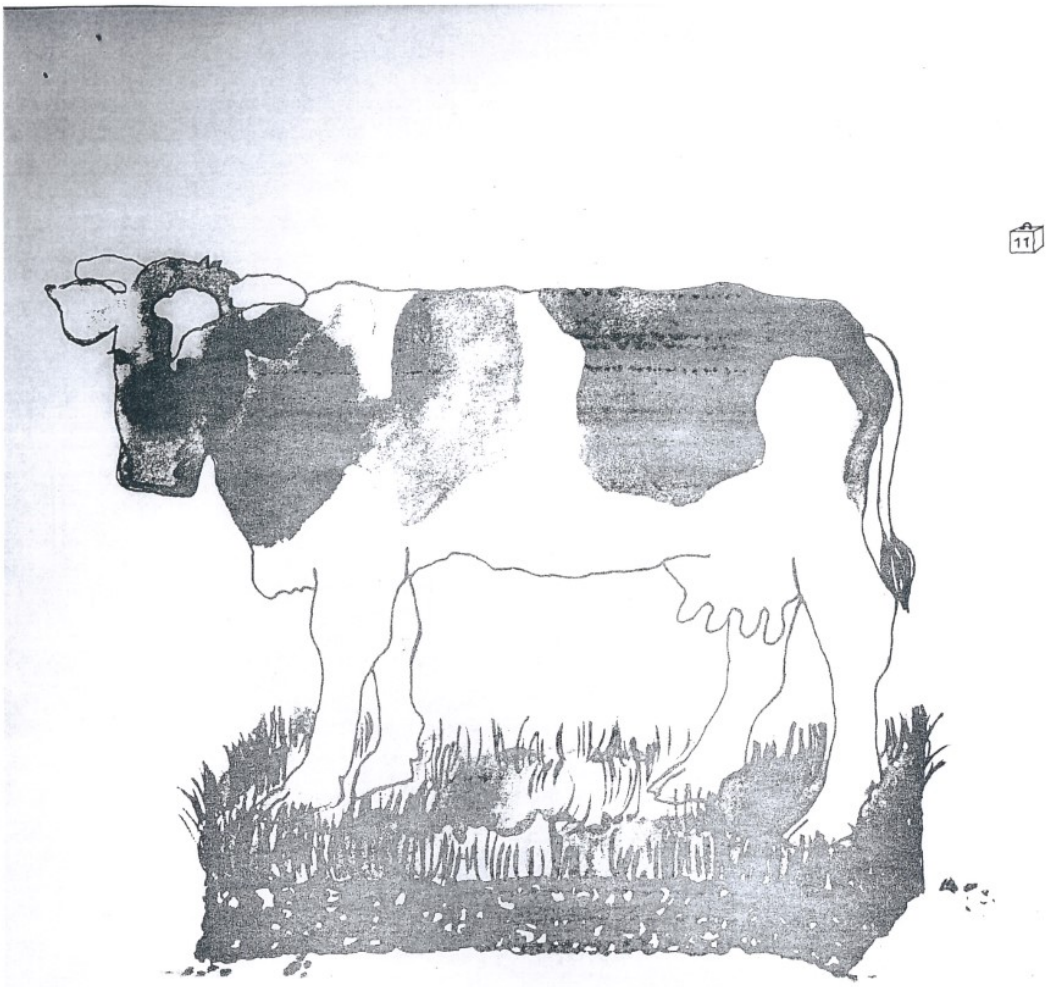


C. Le choix du thème et la sélection des éléments composant chaque unité sont le fruit d'une coopération entre les spécialistes des musées, de la pédagogie et d'autres disciplines; ils tiennent compte des besoins des utilisateurs connus ou potentiels.

C. La elección del tema y la selección de los elementos que componen cada unidad son el resultado de una íntima colaboración entre los especialistas de los museos, de la pedagogía y de otras disciplinas, quienes han tomado muy en consideración las necesidades de los usuarios conocidos o potenciales.

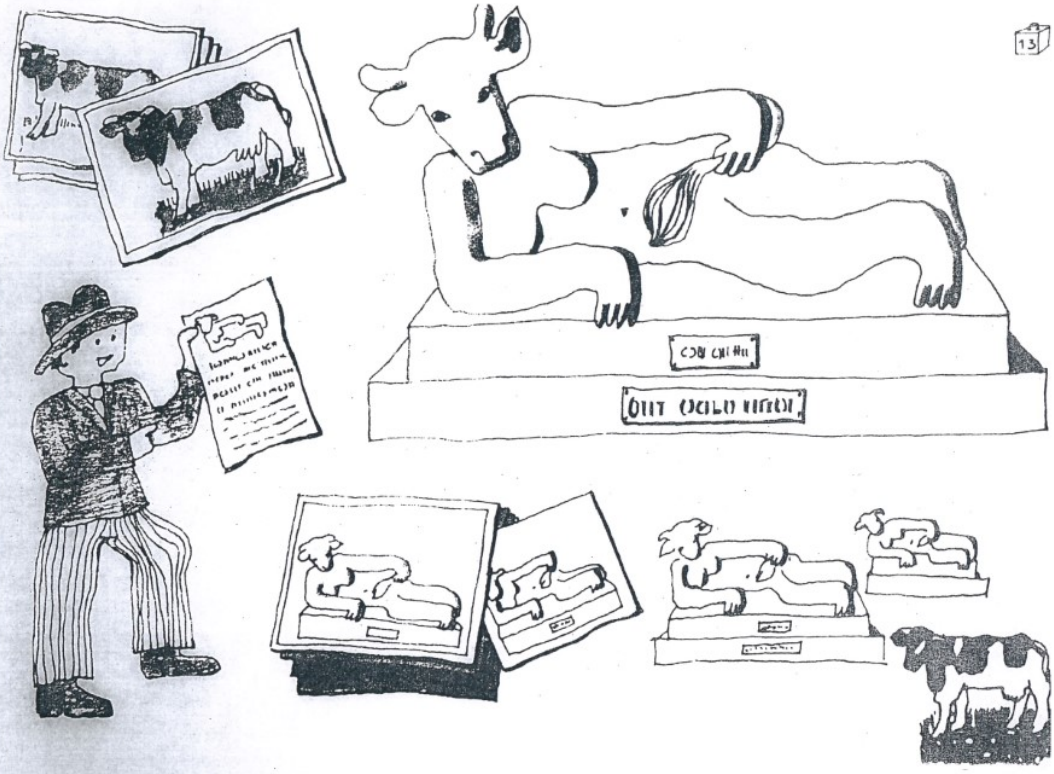
D. Avant la production en série, les différentes possibilités d'utilisation de chaque »kit» sont testées.

D. Antes de iniciar la producción en serie de estas unidades, las diferentes posibilidades de utilización de cada KIT han sido minuciosamente ensayadas y comprobadas.



E. Un »Kit« peut comporter:
a. des objets et spécimens originaux;

E. Un KIT puede contener:
a. objetos y muestras originales;

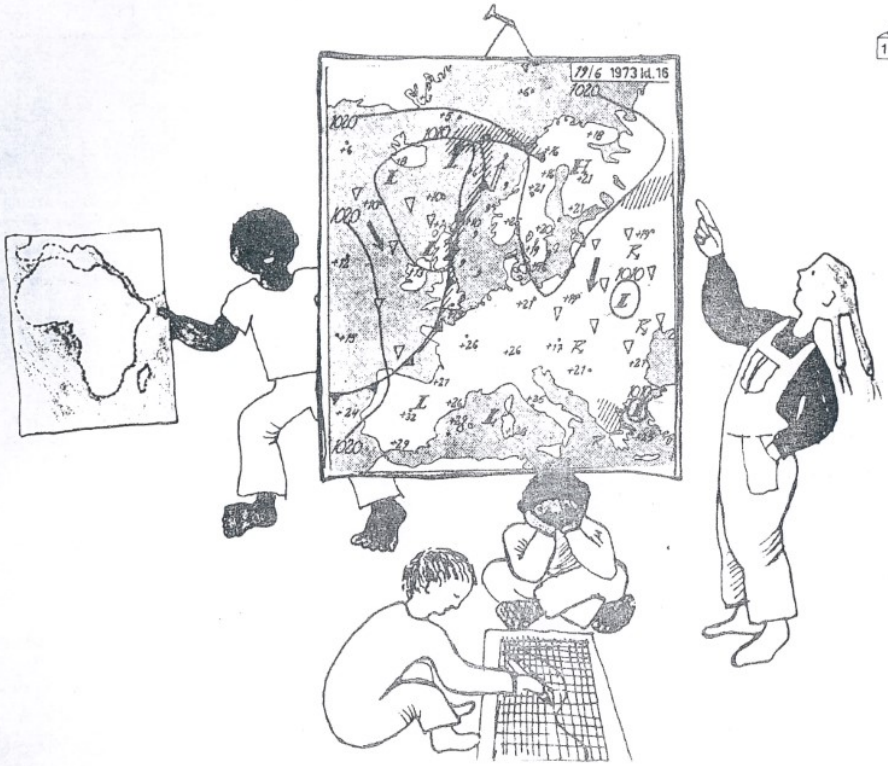


b. des représentations de ceux-ci sous la forme de répliques, de fac-similés, de reproductions, de modèles,

b. representaciones de dichos objetos en forma de copias, facsímiles, reproducciones o modelos;

c. des moyens audio-visuels: disques, bandes magnétiques, diapositives, films, enregistrement vidéo, vidéo-cassettes, etc.,

c. medios audio-visuales: discos, cintas magnetofónicas, diapositivas, películas, videograbaciones, video-cassettes, etc.,

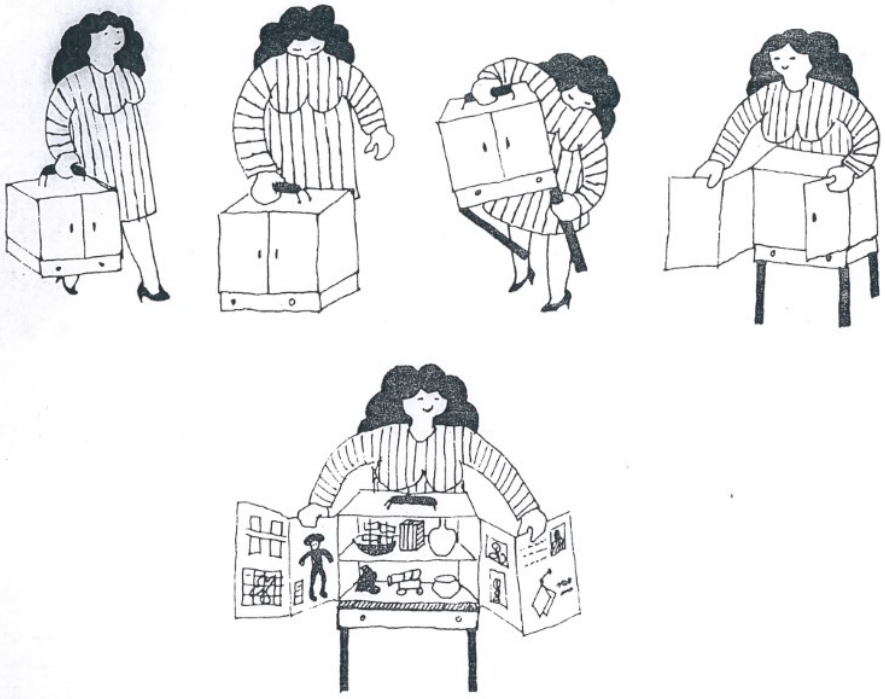


d. des matériels complémentaires: cartes géographiques, diagrammes, dessins, photographies, etc.,

d. materiales complementarios: mapas geográficos, diagramas, diseños y dibujos, fotografías, etc.;

e. des matériels consommables tels que des fiches de travail, étudiés spécialement pour les utilisateurs.

e. materiales consumibles, como por ejemplo fichas de trabajo ideadas especialmente para los usuarios;



f. des suggestions pour l'utilisation du »kit» tant du point de vue didactique et méthodique que du point de vue pratique.

f. sugerencias acerca de la mejor utilización del KIT, tanto desde el punto de vista didáctico y metódico como en lo que se refiere a sus aspectos prácticos.

G. L'administration, le contrôle et l'évaluation de l'utilisation du «kit» exigent la mise en place d'un système approprié.

G. La administración, comprobación y evaluación de la utilización del KIT exigen la puesta en práctica de un sistema adecuado.

24

F. Pour l'emmagasinage et le transport, les éléments de l'unité sont emballés dans des boîtes protectrices d'un maniement commode, qui peuvent être utilisées dans la présentation.

F. Para su almacenamiento y transporte, los elementos de la unidad son embalados en cajas preservativas de cómodo manejo que pueden utilizarse también para la presentación y exhibición de dichos elementos.

Anexo D

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência G.E.P.10(7)/79

Rua Ocidental ao Campo Grande, 83, 1.º Piso
(Edifício da Biblioteca Nacional) — LISBOA-5
Telefone 76 28 21

ASSUNTO
Concursa " um tesouro para descobrir - uma herança para defender "

Junto envio o texto do concurso " um tesouro para descobrir - uma herança par defender " que esta Direcção-Geral está a promover, dirigindo-se a crianças de todo o País, alunos da 2ª fase do ensino primário ou do ciclo preparatório.

Esta iniciativa, que se enquadra no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança, tem como objectivo despertar o interesse das camadas mais jovens pelo Património Cultural português, pois estamos conscientes de que sem a ajuda das populações - e as crianças são o melhor veículo para a educação dos adultos - não será possível obstar à destruição continuada dos valores de uma cultura que pertence a todos e que todos devemos defender.

Conhecendo o interesse que o Departamento que Vossa Excelência dirige tem vindo a dedicar a este assunto gostaríamos de contar com a colaboração que possa dispensar na sua divulgação

Com os melhores cumprimentos

A DIRECTORA - GERAL

Na resposta, indicar a referência deste documento

Mod. PC 1-D

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

CONCURSO

" UM TESOURO PARA DESCOBRIR - UMA HERANÇA PARA DEFENDER "

Menino que ainda passeias pelas ruas, olha à tua volta e repara que muitas coisas existem na tua terra, que não foram feitas agora. Nasceram há muitos anos, fizeram-nas homens que já morreram e dos quais ninguém se lembra. Mas elas trabalharam para ti, para todos os meninos que hão-de suceder-te nos bancos da escola. E tu, como nós todos, deves contribuir para que essa herança não se perca, não seja destruida pelo tempo ou pelos maus tratos dos homens.

Se estás na 2ª fase do ensino primário ou no ciclo preparatório poderás, juntamente com os teus colegas de classe, dizer-nos o que existe na tua terra que esteja em risco de se perder se não for salvo a tempo. Utilizareis a forma que quiserdes: reportagem, cartaz, banda desenhada, etc.

O trabalho colectivo, escrito e ilustrado por vós, deverá chegar até ao dia 31 de Janeiro de 1980 à Direcção-Geral do Património Cultural - Campo Grande - 83 1º Piso - 1799 Lisboa CODEX.

Ficaremos muito contentes por receber notícias vossas e saber o que gostaríeis de receber como prémio, no caso de serdes contemplados no Concurso.

Entretanto, cuidado ! Não comecem a tentar remediar as coisas sozinhos ! Os monumentos, as estátuas, tudo aquilo a que chamamos o "património cultural" poderá ser destruído se não for tratado por pessoas muito experientes e conhecedoras dessas matérias.

Para já, digam-nos o que se passa, está bem ?

A DIRECTORA-GERAL,

PC 3

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Concurso: "Um Tesouro Para Descobrir - Uma Herança Para Defender"

Amigo Professor:

De há muito que todos nós assistimos mais ou menos impotentes à degradação dos bens culturais do nosso País.

A poluição destroi a vida animal e vegetal, a ruína instala-se nos monumentos, da pequena igreja ao Solar, do Convento ao Palácio.

O tempo e os homens para isso têm contribuido; mas a casa popular, genuina representante do diálogo entre o homem e a natureza, e os preciosos utensílios que nos contam uma fase da história do trabalho rural, as danças e os cantares, a maquinaria das fábricas hoje tornadas obsoletas pelo avanço tecnológico são outros tantos pedaços da nossa memória colectiva que correm graves riscos de degradação, logo, de perca irreparável. E são os pelourinhos, as antas, os portais, as janelas, os alpendres, os chafarizes, as bandas de música que vão acabando, os corais e ranchos, a necessidade de refazer tudo isto na nossa dimensão, em memória-verdade para projecto de futuro.

Há um pouco de tudo isto na comunidade onde dá aulas, e há muito concerteza que lhe apetecia trabalhar com os seus alunos, ou trabalhou já até, desenvolvendo neles o amor pelo rico património do nosso povo.

Pois bem, conjuntamente com esta carta, seguem alguns documentos que lhe permitirão colaborar com uma iniciativa da Direcção-Geral do Património Cultural que conta com a colaboração do Ministério da Educação.

Pretendemos fazer um "concurso" com as crianças portuguesas do Ensino Primário e Preparatório, um concurso em que a imaginação e o trabalho colectivo terão função vital.

Pela palavra, pelo desenho, pela fotografia, pelo som os seus alunos referirão, por exemplo, o que há na aldeia ou na vila, na estrada entre a escola e a sua casa, que mais os interesse, e que necessita de atenção urgente, do pelourinho à fonte, do cruzeiro ao moinho de vento, do carro de bois ao arado, do candeeiro de petróleo ao móvel antigo, da igreja às varandas da rua, aos espelhos das portas, aos silhares de azulejo passando pela casa popular, pela anta mais próxima, pelas ruínas romanas ou pelo castro do monte sobranceiro.

Os cantares, as danças ou as particularidades linguísticas da região, também têm o seu lugar neste concurso, como tem a preservação da vida animal, o cantar do

cuco ou a história dos lobos nos montes gelados do Norte, os rios poluídos que foram lugares aprazíveis na infância dos pais ou as lixeiras das grandes cidades, interessam-nos igualmente.

Ora, o que nós gostávamos, o que nós queríamos, era que, na sua qualidade de professor, nos ajudasse, através dos seus amigos mais directos - os seus alunos.

O nosso futuro está ali; neles há, nesses milhares de crianças, formas novas de fazer o mundo - saibamos nós estar à sua medida.

Pensamos que lhe dissemos quase tudo, mas se tiver dúvidas, escreva-nos, ou deixe-os a eles escrever, mas sobretudo ajude-os e ajude-nos a levar por diante este projecto.

Os nossos melhores cumprimentos

A Directora-Geral

TEXTO DE APOIO

1 - Considera-se como monumento todo o imóvel constituído ou não, que se distingue pelo seu interesse arqueológico, histórico, estético ou etnográfico.

Incluem-se nesta definição os bens imóveis e os bens móveis conservados nos monumentos.

2 - Considera-se como sítio um conjunto urbano ou rural, uma paisagem natural ou de intervenção humana ou produto de ambos.

Incluem-se os jardins e os parques históricos, cuja conservação apresenta interesse público.

(ICOMOS)

_____ ''' _____

3 - Reconhece-se que os tesouros arquitectónicos insubstituíveis da Europa, são património comum de todos os povos, apesar da existência de fronteiras nacionais e de diferenças ideológicas.

- Resolução da Conferência do ano arquitectónico Europeu - 1973.

4 - A conservação e o restauro de monumentos visa salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

5 - A conservação de monumentos é sempre melhorada quando existe uma ocupação efectiva do imóvel.

Não deve todavia, esta ocupação alterar a estrutura do edifício.

6 - O monumento é inseparável da história do qual é testemunho e do ambiente em que se situa, não pode por isso ser alienado ou transferido no todo ou em parte.

MUSEU BIBLIOTECA